



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Vol. 841 - 1º quadrimestre de 2020



A estratégia russa no conflito da Ucrânia: contribuições para a doutrina militar brasileira

Pág 04

Carlos Eduardo de Matos Barboza

Tributo ao major da Alemanha Otto von Westernhagen, aluno da ECUME assassinado em 1968

Pág 24

João Paulo Diniz Guerra
Renato Rocha Drubsky de Campos

As operações de informação no Exército Brasileiro

Pág 40

Robson Pinheiro Dantas
Joel Henrique Fonseca de Ávila

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Bda Paulo Afonso Bruno de Melo

Editor

Cel Cav Marco André Leite Ferreira
Diretor da BIBLIEx

Corpo Redatorial

Rodrigo Pereira Vergara (presidente)
Carlos Eduardo de Francisco Ramos

José Maria da Mota Ferreira

Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista

Ariel Martim de Oliveira e Silva Junior (editor executivo)

Composição

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Praça Gen. Tibúrcio, 125

Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 22.290-270

Tel.: (21) 3873-3868

Direção, revisão, diagramação e distribuição

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (BIBLIEEx)

Palácio Duque de Caxias - Praça D. de Caxias, 25
3º andar - Ala Márccilio Dias - Centro - Rio de Janeiro-RJ

CEP 20.221-260

Tel.: (21) 2519-5711

Revisão

2º Ten Martieli da Silva Machado Pereira

Diagramação

Cb Vladson Elias dos Santos

Projeto Gráfico

3º Sgt Marcos Côrtes Pimenta

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser enviados para o editor executivo (adefesanacional@gmail.com) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 96dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de exclusiva responsabilidade dos autores e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Vol. 841 – 1º quadrimestre de 2020 – A Defesa Nacional

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Tenentes : HERTMOSO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO & J. DE SOUZA REIS

Nº 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARY Editorial. PARTE JOURNALISTICA : O efectivo e a organização do Exército. Subsídios táticos. — A Infanteria no combate. Infanteria em face dos actos efectivos. — Caçada de munição para a infantaria e metralhadoras. — Comando do grupo de artilharia em combate. — Artilharia de campanha. — Artilharia de campanha francesa. NOTICÍARIO : A parada de 7 de Setembro. Raid hípico. — O desenvolvimento progressivo do exército alemão. — Reorganização da Guarda Nacional. — Equipamento aligerado pelo abandono da mochila. — Stereophotogrammetria. — Arreioamento para a cavalaria. — O abastecimento da frota. — A Defesa Nacional. — O ensaio da guerra dos Balkans sobre artilharia. — A infantaria japonesa. — Colaboração. BIBLIOGRAFIA : Os intermediários táticos e a tração animal. — Exercícios de quadros e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros franceses e alemães.

Fac-Símile da portada do Nº 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**

NOSSA CAPA

Foto: Cb Estevam/CComSEEx



EDITORIAL



A DEFESA
NACIONAL

Prezados Leitores.

Iniciamos esta edição com o artigo “*A Estratégia Russa no Conflito da Ucrânia: contribuições para a doutrina militar brasileira*”, do major Carlos Eduardo de Matos Barboza. Nele, apresentam-se questões da história e da geopolítica, trata-se da evolução da doutrina militar russa que, valendo-se das operações de informação, empregando de forma inovadora meios civis, também os de guerra eletrônica e cibernética e priorizando a estratégia indireta, resultaram em maior liberdade de ação no contexto mundial e na imobilização dos meios ucranianos em conflito recente. É assunto indispensável para militares.

Com o tema “*Tributo ao Major da Alemanha Otto Von Westernhagen, aluno da ECEME assassinado em 1968*”, os maiores João Paulo Diniz Guerra e Renato Rocha Drubsky de Campos esclarecem a trajetória do militar alemão, seus traços de personalidade evidenciados como aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e em que condições ele foi morto, o foi obscurecido, propositalmente, para não evidenciar ainda mais os graves erros cometidos pelos terroristas, naquela época.

Com o intuito de permitir conhecer suas particularidades, com “*As Operações de Informação no Exército Brasileiro*”, os maiores Robson Pinheiro Dantas e Joel Henrique Fonseca de Ávila destacam o ambiente e as capacidades dessas atividades, bem como a operação da célula de informação dos estados-maiores que planejam e controlam essas missões.

Esta edição também traz a seus leitores um estudo elaborado pelo coronel Luiz Carlos Tomaz Silva sobre “*A Doutrina Góes Monteiro e a Evolução Organizacional do Exército, durante a Era Vargas (1930-1945)*”, que lança luzes sobre a reestruturação do Exército Brasileiro naquele momento tão conturbado de nossa história e, ainda, a doutrina e o papel destacado nesse processo daquele líder militar.

O século XXI assiste à crescente utilização das ações da Guerra Cibernética (G Ciber) visando negar, explorar, corromper, degradar ou destruir capacidades de Comando e Controle do adversário, mesmo em tempo de paz. Sobre esse tema o major Samuel Bombassaro Neto nos traz o artigo “*A atuação da Guerra Cibernética como elemento multiplicador do poder de combate da Força Terrestre Componente em operações ofensivas*”. O autor apresenta, para iniciados ou não, as capacidades da G Ciber em campanhas militares e conclui com sugestões do emprego mais adequado para suas frações.

O desembargador Reis Friede contribui nesta edição com o instigante artigo “*O DNA Norte-Americano do Estado Islâmico*”. Nele são examinadas as ações dos Estados Unidos da América no Oriente Médio e na Ásia, concluindo sobre as contraproducentes consequências a médio prazo verificadas. Adicionalmente, em suas notas complementares, nos brinda com nove verdadeiras aulas sobre assuntos variados que, por certo, agradarão nossos leitores.

A partir de sua experiência profissional como instrutor e piloto de helicópteros, o major Marcos Peres de Castro nos apresenta o trabalho “*O emprego dual da Aviação do Exército em situações de guerra ou não guerra e as capacidades requeridas para as operações no amplo espectro*”. O autor apresenta as condicionantes do seu emprego considerando as aeronaves disponíveis; as possíveis ameaças; os ambientes, com destaque para as áreas mais humanizadas; técnicas, táticas e procedimentos empregados; e a crescente

EDITORIAL

utilização dos meios aéreos em situação de não guerra, bem como as consequências mais relevantes para o adestramento das tripulações.

Fecha esta edição o artigo *“Guerra do Paraguai: uma análise da decisão paraguaia de deflagrar o conflito com base na avaliação do Poder Nacional daquele país à época”*, do coronel Luiz Duarte de Figueiredo Neto. Resultado de competente e minuciosa pesquisa histórica e aplicação o conceito de Poder Nacional, valendo-se da metodologia preconizada pela Escola Superior de Guerra, podemos, nesta leitura, refletir e concluir sobre os erros de avaliação estratégicos que foram ratificados ao final daquele conflito.

Tenham todos uma excelente leitura!

SUMÁRIO



A DEFESA
NACIONAL

04

A estratégia russa no conflito da Ucrânia: contribuições para a doutrina militar brasileira

Carlos Eduardo de Matos Barboza

24

Tributo ao major da Alemanha Otto von Westernhagen, aluno da ECEME assassinado em 1968

João Paulo Diniz Guerra

Renato Rocha Drubsky de Campos

40

As operações de informação no Exército Brasileiro

Robson Pinheiro Dantas

Joel Henrique Fonseca de Ávila

51

A Doutrina Góes Monteiro e a Evolução Organizacional do Exército durante a Era Vargas (1930-1945)

Luiz Carlos Tomaz Silva

63

A atuação da Guerra Cibernética como elemento multiplicador do poder de combate da Força Terrestre Componente em operações ofensivas

Samuel Bombassaro Neto

74

O emprego dual da Aviação do Exército em situações de guerra ou não guerra e as capacidades requeridas para as Operações no Amplo Espectro

Marcos Peres de Castro

84

Guerra do Paraguai: uma análise da decisão paraguaia de deflagrar o conflito com base na avaliação do Poder Nacional daquele país à época

Luiz Duarte de Figueiredo Neto

98

O DNA norte-americano do Estado Islâmico

Reis Friede

A estratégia russa no conflito da Ucrânia: contribuições para a doutrina militar brasileira

Carlos Eduardo de Matos Barboza*

Introdução

A interferência da Federação Russa no conflito da Ucrânia, em 2014, trouxe à tona o que muitos consideram um novo conceito de guerra, conhecido no mundo ocidental pelo nome de guerra híbrida ou guerra de nova geração. O que se viu foi a combinação sinérgica de ações de forças convencionais e irregulares, realizando operações de informação, de guerra eletrônica e de guerra cibernética, gerando efeitos no campo de batalha bem maiores do que se realizadas por meio do combate convencional.

Para compreender a interferência russa e sua participação no conflito, é preciso lembrar sua história e geopolítica, sua influência étnica-cultural sobre os Estados vizinhos e seus objetivos políticos na pós-bipolaridade. Da outra parte, é mister entender por que a Ucrânia, que teve sua formação territorial umbilicalmente ligada à Rússia, se fez vítima indefesa dos objetivos políticos de Putin, e como suas vulnerabilidades foram exploradas militarmente.

Por meio da ligação entre as ações e os fins políticos da Federação Russa, é possível concluir sobre a estratégia adotada, verificando-se que o papel dos meios não militares de atingir objetivos

políticos e estratégicos cresceu e, em muitos casos, excede o poder da força das armas em sua eficácia. Porém, resta evidente que as ações militares convencionais não deixaram de existir, mas foram aplicadas de uma nova forma e em sinergia com as não militares, fornecendo contribuições cujo estudo é útil para a Doutrina Militar brasileira.

Contexto histórico e geopolítica

Cada país possui uma interpretação específica da sua conjuntura geopolítica. Deve-se buscar, em uma breve volta ao passado, as condições geográficas e políticas que influenciaram a atual conjuntura geopolítica russa, justificando assim a atuação de sua política externa.

Contexto histórico

Os Vikings da Escandinávia invadiram a região compreendida entre o mar Báltico e o mar Negro, no século IX, procurando ampliar suas rotas comerciais. Ao longo das rotas comerciais Vikings, ficavam as cidades de Novgorod (na atual Rússia, a sul de São Petersburgo) e Kiev (atual capital ucraniana).

Rurik, o líder de um povo escandinavo chamado Rus, assumiu o controle de Novgorod em

* Maj Cav (AMAN/00, EsAO/08). Atualmente é aluno da ECEME.

862 d.C. Rurik e seus sucessores estabeleceram um governo sobre Kiev e sobre as tribos eslavas próximas. A grande região sob seu controle era chamada de Rus.

Segundo a historiografia russa, o primeiro líder a começar a unir as terras eslavas do Leste, no que se tornou conhecido como Rússia de Kiev, foi Oleg, príncipe viking que, juntamente com seu povo, deslocou-se de sua terra de origem, a Escandinávia, seguindo o curso dos rios do Leste Europeu, fixando-se nesta região. Para melhor controlar as rotas comerciais, Oleg deslocou a capital, de Novgorod para Kiev, que era um posto avançado central ao longo da rota do rio Dnieper e um entroncamento com a rota de comércio terrestre Leste-Oeste, entre os khazares, seminômades da Ásia Central, e as terras germânicas da Europa Central. Essas conexões comerciais enriqueceram os mercadores e príncipes de Rus, financiando forças militares e a construção de igrejas, palácios, fortificações e outras cidades. Bielorrússia, Ucrânia e Rússia reivindicam a Rússia de Kiev como seu ancestral cultural. (PLOKHY, 2006)

Por volta do século XIV, o território hoje conhecido como Ucrânia foi conquistado pela Polônia e pelo Grão-Ducado da Lituânia, iniciando a série de influências externas e migrações populacionais.

Uma rebelião em 1648 contra a Polônia ocasionou a partilha da Ucrânia entre a Polônia e a Rússia, após o tratado de Pereyaslav. A partilha da Polônia, no século XVIII, entre a Prússia, a Áustria e a Rússia, dividiu aquele pedaço do território ucraniano, conquistado no século XIV pela Polônia, entre o Império Austríaco e o Império Russo.

A queda do czar após a Revolução Russa de 1917 e o esfacelamento da Áustria-Hungria após

a Primeira Guerra Mundial fizeram renascer um movimento ucraniano de autodeterminação.

Fruto desse esfacelamento da Áustria-Hungria, a porção ocidental do território foi incorporada à Polônia e a parte maior, no centro e no leste, transformou-se na República Socialista Soviética Ucraniana, posteriormente unida à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), quando esta foi criada em 1922.

Após a Segunda Guerra Mundial, as fronteiras da Ucrânia soviética foram ampliadas na direção oeste, unindo a maior parte dos ucranianos sob uma única entidade política. A maioria da população não-ucraniana dos territórios anexados foi deportada e Joseph Stalin incentivou a migração russa para a região.

A Crimeia, que fazia parte do império russo, teve sua população nativa, os tátaros, deportados após a Segunda Guerra Mundial, bem como perdeu sua condição de república autônoma. O governo soviético, então, enviou levas de colonos russos para ocupar as terras da Crimeia. (RINGIS, 2016)

A fim de conter o movimento nacionalista ucraniano pós-guerra, a Crimeia foi cedida por Nikita Kruschev à Ucrânia em 1954. Assim, a Ucrânia ficou de posse da terra que pertencia ao povo táraro, que era muçulmano. Isso colocou, intencionalmente, as repúblicas da Ásia Central e os muçulmanos da URSS em oposição à Ucrânia, que deixaram de considerá-la como aliada contra o imperialismo russo. Além disso, outro resultado foi a mudança na relação entre a Turquia e a Ucrânia. (INTERNATIONAL COMMITTEE FOR CRIMEA, 2005)

Após a dissolução da URSS em 1991, a Ucrânia conquistou sua independência. No entanto, em seguida, passou por profunda recessão econômica e por instabilidades políticas, culminando,

em 2004, na Revolução Laranja, grandes manifestações após a disputa eleitoral entre Viktor Yushchenko e Viktor Yanukovych. O resultado oficial declarou Yanukovych como vencedor e os protestos alegando fraude eleitoral eclodiram em diversas regiões do país. Após novas eleições, Yushchenko foi finalmente declarado presidente.

Disputas com a Rússia sobre dívidas de gás natural interromperam brevemente todos os fornecimentos de gás à Ucrânia em 2006 e novamente em 2009, levando à escassez do produto também em vários outros países europeus (QUEIROZ e QUINTSLR, 2018). Logo depois, Viktor Yanukovych foi novamente eleito presidente, em 2010.

Em fins de 2013, a Ucrânia encontrava-se novamente abalada por uma forte crise econômica. O presidente Yanukovych tendia em aceitar um empréstimo de cerca de US\$15 bilhões da Rússia, enquanto os cidadãos ucranianos exigiam uma maior integração do país com a União Europeia (UE). A recusa de Yanukovych em assinar um acordo comercial com a UE resultou no movimento conhecido como *Euromaidan* e os protestos provocaram a sua destituição pelo Parlamento da Ucrânia em 22 de fevereiro de 2014.

No fim dos anos 90, a OTAN já ia se expandindo para leste, desde a Alemanha até as fronteiras da Federação Russa com os Países Bálticos. E em 2014 essa situação era ainda mais preocupante, com essa expansão ameaçando chegar às fronteiras russas com a Ucrânia.

Geopolítica

O acesso da Rússia aos oceanos, com exceção do Ártico (cujos portos ficam em águas congeladas na maior parte do ano), é limitado. Os acessos que possui são limitados por outros países europeus, que os controlam. Um deles é através

do mar Negro e do estreito de Bósforo, uma passagem estreita controlada pela Turquia e que facilmente pode ser fechada. O outro é a partir de São Petersburgo, onde os navios podem navegar através de águas dinamarquesas, passagem também facilmente bloqueável. O terceiro é por meio da longa rota do Oceano Ártico, a partir de Murmansk e passando por entre a Groenlândia, a Islândia e o Reino Unido. Isso mostra a vulnerabilidade que a Rússia enfrenta devido à restrição de acessos aos oceanos.

Além disso, a maior parte da sua população concentra-se ao longo da fronteira Oeste, com a Europa, e da fronteira Sudoeste, com o Cáucaso, entre o mar Negro e o Cáspio. As regiões a Oeste e a Sul da Rússia são consideradas as áreas mais produtivas e vitais para o país. Portanto, a maior vulnerabilidade russa está no Oeste, e em segundo lugar, no Cáucaso. (FRIEDMAN, 2016)

A Rússia situa-se na planície europeia, com poucas barreiras naturais para bloquear um inimigo que venha de Oeste. A Leste dos Cárpatos, estende-se uma planície para o Sul, abrindo-se “uma porta” para a Rússia. E, com muitas atividades econômicas próximas à fronteira, com poucas barreiras naturais, reside o risco do acesso facilitado.

Daí explica-se a histórica tentativa de mover a fronteira o mais para Oeste possível, proporcionando profundidade a sua defesa, assim como maiores oportunidades econômicas.

Neo-eurasianismo ou Escola Expansionista Eurasiana

O termo eurasianismo surgiu pela primeira vez no século XIX. Defendia que o Império Russo fosse desenvolvido sobre valores e instituições derivadas de tradição autóctone, e não a partir daqueles

importados do ocidente. Rejeitava, categoricamente, o projeto do Czar Pedro, “o Grande”, para “europeizar” a Rússia. (SANTOS, 2008)

Para Gaspar (2004, apud TEIXEIRA, 2009), pretendendo voltar a ser reconhecida como uma grande potência e na busca de um reequilíbrio geopolítico, surgem, na Rússia, sinais dos antigos ideais do Eurasianismo. Essas ideias tornaram-se marcantes nos governos de Dmitri Medvedev (2008-2012) e Vladimir Putin (2000-2004; 2004-2008; 2012- 2018; 2018-___).

O principal teórico do Eurasianismo na atualidade é Alexander Dugin, professor da Universidade Estatal de Moscou. Fundador do Movimento Político e Social Eurásia, prega a primazia do Estado sobre o indivíduo. Sua obra reintroduz temas da geopolítica clássica, de autores como Halford Mackinder e Klaus Haushofer. Se a Eurásia é o centro do mundo, a Rússia tem que ser, na opinião de Dugin (1997),² o centro da Eurásia. Ele se inspira na ideia das pan-regiões de Haushofer e as redesenha para defender, contra o mundo unipolar da globalização atual, um novo modelo de globalização multipolar. Assim, a zona Anglo-Americana (Atlantista) seria contrabalançada.

Segundo Teixeira (2009), Dugin “apresenta o conceito filosófico de Eurasianismo do século XXI ou Neo-eurasianismo como sendo uma alternativa à globalização”. Na sua avaliação, “a globalização pretende universalizar o pensamento ocidental, é a unificação de diferentes estruturas sociais, políticas, econômicas, étnicas, religiosas e nacionais em um só sistema. É a imposição do paradigma Atlântico”. O pensamento neo-eurasiano não visualiza o sistema de governo com base nos valores liberais e democráticos como sendo o único caminho para a humanidade,

rejeitando a versão Atlântica de globalização. O Império Eurasiano será construído sob o princípio fundamental do inimigo comum: a rejeição do Atlanticismo - o controle estratégico dos EUA, e a recusa em permitir que valores liberais nos dominem, escreveu Dugin (1997).

Doutrina militar russa

Em 25 de fevereiro de 2013, a revista russa de assuntos militares chamada VPK publicou um artigo escrito pelo Chefe do Estado-Maior Geral da Federação da Rússia, general Valery Gerasimov, com o título “O Valor da Ciência Está na Previsão: novos desafios demandam repensar as formas e os métodos de conduzir as operações de combate” (tradução nossa). Nesse artigo, Gerasimov apresentou suas ideias a respeito da guerra no futuro.

O foco dos métodos aplicados nos conflitos foi alterado na direção da ampla utilização de medidas políticas, econômicas, informativas, humanitárias e outras não militares – aplicadas em coordenação com o potencial de protesto da população. Tudo isto complementado por meios militares de um personagem oculto, incluindo a realização de ações de conflito informacional e as ações das forças de operações especiais. O uso aberto de forças – muitas vezes sob o disfarce de manutenção da paz e regulação de crise – é utilizado apenas em um certo estágio, principalmente para o alcance do sucesso final no conflito.

[...]

A derrota dos propósitos do inimigo é conduzida ao longo de toda a profundidade do seu território. As diferenças entre os níveis estratégico, operacional e tático, bem como entre as operações ofensivas e defensivas, estão sendo apagadas. (GERASIMOV, 2013) (tradução nossa)

O artigo foi publicado um ano antes dos protestos na praça Maidan que deram sequência aos eventos que culminaram com a anexação da Crimeia e com a insurreição da população de origem russa no leste ucraniano.

Por ter sido produzida antes da anexação russa da Crimeia e das ações no leste ucraniano, a doutrina contida nesse artigo é considerada no Ocidente como a nova forma de guerra que foi utilizada nos conflitos na Ucrânia, conhecida como “Doutrina Gerasimov” (BARTLES, 2016). Devido as semelhanças com os aspectos do conceito já existentes da guerra híbrida e ao sucesso das ações russas apresentado no conflito da Ucrânia, ocorreu o alargamento do citado conceito, sua vinculação ao conflito e sua consagração nos dias atuais.

No entanto, essa percepção do conceito e do conflito é geralmente apresentada sob o prisma Ocidental. Para analisá-los com maior precisão, é preciso entendê-los sob a ótica russa.

Do ponto de vista russo, os EUA, a fim de atenderem a objetivos geopolíticos, provocam interferências e mudanças de regime nos países ao redor do mundo.

Porém, os russos acreditam que a maneira como os EUA provocam trocas de regime mudou, por meio do emprego da força militar de uma forma adaptada (GERASIMOV, 2014). Em vez de realizarem uma invasão militar declarada, com possibilidade de desgaste face à opinião pública, a primeira ação é a instalação e/ou reforço de uma oposição política por meio de propaganda, utilizando redes de televisão, a internet, as mídias sociais e as organizações não-governamentais (ONG). Após a provocada instigação da dissensão política, do separatismo e do conflito social, o governo legítimo passa a ter dificuldades

em manter a ordem. À medida que a situação interna se deteriora, os movimentos separatistas são estimulados e fortalecidos. Então, operações especiais encobertas e forças militares privadas podem ser introduzidas para lutar contra o governo e causar mais danos. E quando o governo é forçado a usar crescentes e violentos métodos para manter a ordem, os EUA ganham o pretexto para a imposição de sanções políticas e econômicas, ou mesmo militares, como zonas de exclusão aérea, a fim de limitar a liberdade de ação desse governo. Com a queda do governo e a situação de anarquia resultante, forças militares com o disfarce de forças de paz podem ser empregadas para pacificar a área e um novo governo favorável aos EUA e ao Ocidente pode ser instalado.

Analistas russos têm usado o termo “Revolução Colorida” ao discutir a Revolução das Rosas na Geórgia em 2003, a Revolução Laranja na Ucrânia em 2004 e a Revolução das Tulipas no Quirguistão em 2005. Os militares russos agora ligaram esse termo “Revolução Colorida” à crise na Ucrânia e ao que eles veem como uma nova forma de guerra que cria revoluções desestabilizadoras em outros Estados como meio de servir a interesses do Ocidente, a baixo custo e com o mínimo de baixas. Isto foi visto como uma ameaça potencial à Rússia, à China e aos Estados asiáticos não alinhados com os EUA, e como meio de desestabilizar países no Oriente Médio, na África e na Ásia Central. (CORDESMAN, 2014)

O experimento das Revoluções Coloridas pode ser aplicado em qualquer parte do mundo. O modelo já foi testado no Oriente Médio e no norte da África. Lembramos das tentativas de implementar o conceito das Revoluções Coloridas no espaço da antiga URSS. No passado

recente, isto aconteceu nos países da Ásia Central e na Geórgia. Agora é na Ucrânia. (SHOY-GU, 2014) – Ministro da Defesa da Federação Russa (tradução nossa).

É aí que essa nova forma de guerra do Ocidente, sob o ponto de vista russo, pode ser facilmente identificada com o polêmico artigo de Gerasimov e a doutrina militar russa atual. Essa mudança na ameaça à soberania, nesse ponto de vista, está direcionando o foco dos militares russos para o desenvolvimento de capacidades para conter essas ameaças assimétricas e indiretas. Segundo eles, os meios para implementar essas capacidades seriam tão indiretos e assimétricos quanto as ameaças que pretendem conter, podendo ser forças convencionais não-declaradas, forças de paz, tropas de operações especiais, Cossacos, forças militares privadas, criminosos, ONG patrocinadas, agentes de propaganda e hackers.

Tudo isso corrobora o pensamento de Bartles (2016), que afirma que, para os russos, guerra híbrida é um conceito ocidental e que eles nunca o discutiram, exceto para mencionar o uso do termo pelo Ocidente, bem como a aplicação daquele tipo de guerra contra a Rússia. Ressalta, então, que não há novidade em utilizar todos os meios do poder nacional para atingir os objetivos do Estado, mas sim ineditismo na maneira como os russos enxergam a aplicação dos meios não militares. Para eles, a guerra é hoje conduzida por meios não militares, em uma proporção cerca de quatro vezes maior do que os meios militares. Segundo Bartles, enquanto o Ocidente considera esses meios não militares como formas de evitar a guerra, os russos os consideram como meios para fazer a guerra.

Ações da Federação Russa nas diversas fases do conflito

Crimeia

Após a fuga de Yanukovych do país, dois prédios do governo, incluindo o Parlamento, em Simferopol, capital da Crimeia, foram tomados rapidamente, no dia 27 de fevereiro de 2014, por homens encapuzados, armados de metralhadoras e granadas, que logo em seguida hastearam a bandeira russa nos edifícios. Enquanto isso, do lado de fora, centenas de manifestantes pró-Rússia se confrontavam com muçulmanos tártaros que apoiavam o novo governo ucraniano. O controle de prédios públicos é considerado simbólico, pois veicula a imagem de que o governo é incapaz de defender-se.

Na noite do mesmo dia, homens armados em uniformes militares sem insígnias tomaram o aeroporto de Simferopol e o aeroporto militar de Sebastopol. Aproximadamente dois batalhões aerotransportados russos e tropas de operações especiais (*Spetsnaz*) foram deslocados por via aérea para a Crimeia sob o pretexto de proteger a população de origem russa. A posse desses terminais de transporte permitiu à Rússia controlar a entrada de forças por via aérea na península. (EUA, 2015)

Durante todo o dia seguinte, outros locais estratégicos foram tomados por tropas semelhantes, incluindo a sede da companhia de televisão estatal e instalações da *Urktelecom*, responsável pela maioria das comunicações por telefone e internet na península. Veículos militares russos começaram a aparecer e milícias locais foram vistas apoiando os homens de uniforme (UKRAINE. CSIS.ORG, 2014a).

As unidades militares ucranianas em Perevalnoye, Yevpatoria, Belbek e na base naval em

Sebastopol foram cercadas por forças sem identificação e paramilitares. Autoridades russas negaram que tais forças fossem tropas de soldados russos, chamando-as de forças de autodefesa que estavam utilizando uniformes adquiridos no comércio. (THE ATLANTIC, 2014)

Horas depois, o parlamento da Crimeia votou em favor da integração à Rússia e o governo pró-Moscou anunciou a realização de um referendo para consulta à população.

Em Simferopol, homens armados terminaram de tomar todas as estações de mídia ainda em operação na cidade, fazendo trocar suas programações por aquelas do canal de notícias russo *Rossiya 24*. (EUA, 2015)

Em 13 de março, os endereços eletrônicos de treze sítios de internet conhecidos por serem pró-Ucrânia e contra o governo russo foram bloqueados. O Kremlin negou as acusações de censura e pressão sobre a mídia. (GUTTERMAN, 2014)

Em 15 de março, entre 60 e 120 soldados russos, apoiados por helicópteros e veículos blindados, ocuparam o centro de distribuição de gás natural próximo a Strilkove, uma faixa de terra peninsular entre a Ucrânia e a Crimeia. Esse centro é o nó do gasoduto que transporta o gás de origem russa, passando pela Ucrânia, para a Crimeia, e fornece quase toda a energia que nessa é consumida. (UKRAINE.CSIS.ORG, 2014b)

De acordo com a comissão eleitoral da Crimeia, o resultado final do referendo realizado no dia 16 de março indicou que 96,8% dos participantes foram a favor da reunificação com a Rússia. O Parlamento da Crimeia, após a divulgação do resultado, declarou a independência em relação à Ucrânia, formalizando petição para anexação à Rússia e reivindicando a comunidade internacional o reconhecimento da Crimeia

como Estado independente. Finalmente, o presidente russo Vladimir Putin, o primeiro ministro da Crimeia, Sergey Aksyonov, e o prefeito de Sebastopol, Alexey Chaly, assinaram um acordo de reunificação entre a Crimeia e a Federação Russa, no dia 18 de março, sob protestos do governo ucraniano. (UKRAINE.CSIS.ORG, 2014c)

Com os soldados ucranianos cercados em suas instalações militares, em menos de 4 semanas, os russos, com o apoio de milícias locais, capturaram cerca de 189 instalações militares ucranianas, quase sem disparar um tiro. A Ucrânia perdeu a Crimeia mais devido a sua inação do que em razão das ações russas. Os russos e seus apoiadores usaram uma combinação de bloqueios navais, barricadas para impedir a saída de soldados de suas bases, guerra psicológica, intimidação e suborno para convencer a maior parte das unidades ucranianas a se render sem oferecer resistência. O grande número de russos étnicos nas unidades militares na Crimeia que se recusaram a lutar pela Ucrânia e a falta de ações concretas do governo em Kiev deram aos russos uma relativamente fácil vitória militar.

Leste ucraniano

Os *oblasts* (províncias) de Donetsk e Luhansk estão localizados no leste da Ucrânia. Eles têm muitas características comuns e são unidos sob o nome “Donbas”. A palavra “Donbas” é uma abreviação de duas palavras: “Donetsky Bassein” (bacia de carvão de Donetsky). Donetsk e Luhansk compartilham uma fronteira com a Federação Russa.

Até 2014, a fronteira oriental estava mal equipada, porque a fronteira ucraniano-russa herdou não a fronteira externa da URSS (uma fronteira federal, com equipamento adequado), mas sua

fronteira administrativa (inter-republicana). Sua demarcação começou apenas em 2010. Esse fator facilitou travessias ilegais para a Ucrânia, a partir da Rússia. (BALABAN, VOLYANYUK, *et al.*, 2017)

Trabalhadores qualificados da Rússia e pessoas de diferentes nacionalidades, procurando por uma vida melhor, foram para Donbas, que foi um dos principais centros industriais do Império Russo e, depois, da União Soviética.

Porém, com o fim da União Soviética, o colapso daquele complexo industrial soviético interconectado, o principal consumidor da produção de Donbas, e a dolorosa transição de uma economia planificada para uma economia de mercado, levou ao declínio das fábricas e minas. O desemprego aumentou acentuadamente. E mais recentemente, o declínio da indústria pesada na economia e a incapacidade de competir com os novos países industrializados (China, Índia etc.) trouxeram desemprego e vulnerabilidade social. (BALABAN, VOLYANYUK, *et al.*, 2017)

A população de origem russa nas províncias de Donetsk e Luhansk não negava a cidadania ucraniana, mas era a favor de boas relações com a Rússia. Essa boa aproximação foi usada por Moscou para lentamente formar uma rede de colaboradores, insurgentes, organizações civis e partidos políticos, que sustentavam a narrativa de que a população de origem russa era oprimida pela maioria ucraniana.

Protestos vinham ocorrendo em Donbas desde quando as manifestações na praça Maidan começaram em Kiev. Após diversas tentativas em fevereiro, manifestantes finalmente conseguiram ocupar o prédio da administração regional de Donetsk em 6 de abril de 2014, exigindo uma sessão legislativa extraordinária para implementar um referendo para a independência da região.

Ativistas realizaram uma reunião no prédio da administração regional e votaram a favor da independência em relação à Ucrânia, declarando fundada a “República Popular de Donetsk” (RPD). Em Luhansk, os separatistas também ocuparam o edifício da administração regional, em 9 de abril de 2014, e criaram um governo paralelo, a “República Popular de Luhansk” – RPL.

De uma maneira geral, nas duas situações a tática básica era convocar uma manifestação, assegurar que as milícias e os líderes políticos que apoiavam as forças separatistas estavam presentes, e depois simplesmente encorajar a multidão a invadir o prédio. E então erigir barricadas e posições fortificadas fora dos prédios do governo, delegacias de polícia e centros municipais.

Por toda a região de Donbas, milícias locais montaram *checkpoints* para prevenir a chegada de reforços do exército ucraniano, tomaram prédios do governo e nomearam novos administradores. Ao mesmo tempo, continuava a campanha pelo reconhecimento da independência, na televisão, no rádio e nas mídias sociais.

Batalhas de Donetsk, Zelenopillya, Ilovaisk e Debaltseve

Violentos combates ocorreram no aeroporto de Donetsk, um dos mais modernos da Europa. Os ucranianos temiam que a Rússia pudesse usar o aeroporto para infiltrar tropas em Donbas, assim como fizeram na Crimeia. Além disso, o aeroporto tinha um valor simbólico para a Ucrânia, pois passou por grandes reformas para sediar os jogos do campeonato de futebol da UEFA em 2012.

Nessa batalha foi significativa a participação clandestina do batalhão *Vostok*, composto em sua maioria por combatentes chechenos, cedidos pelo

presidente daquela província, Akhmad Kadyrov³, ao governo russo. (LUHN, 2014)

A batalha de Zelenopillya ocorreu em 11 de julho de 2014. Foi a tentativa russa de conter a recuperação ucraniana e marcou a transição para a fase do combate convencional de larga escala. Às 04h30min desse dia, nos arredores da cidade de Zelenopillya, na província de Luhansk, forças de reconhecimento russas e separatistas, com suporte de aeronaves remotamente pilotadas, identificaram uma Zona de Reunião ucraniana, com elementos da 24^a Brigada Mecanizada, da 72^a Brigada Mecanizada e da 79^a Brigada Blindada. Forças russas desencadearam ataques cibernético e eletrônico contra essas brigadas ucranianas, que neutralizaram seus sistemas de Comando e Controle (C²), limitando a capacidade de se comunicarem. Sem seus sistemas funcionando, os soldados ucranianos passaram a utilizar seus aparelhos telefônicos celulares, iluminando o espectro eletromagnético, o que permitiu que ações de guerra eletrônica russas identificassem a localização precisa das forças ucranianas. Forças russas, organizadas em estruturas modulares de nível batalhão, lançaram um massivo ataque com fogos de foguetes sobre as brigadas ucranianas. Relatos afirmam que os russos empregaram baterias de lançadores múltiplos de foguetes BM-21 *Grad* e 9A52-4 *Tornado*, utilizando munições termobáricas e *cluster*. (GRYTSENKO, 2015)

Por sua vez, a batalha de Ilovaisk foi a mais sangrenta do conflito na Ucrânia, deixando um grande número de mortos e feridos. Ilovaisk está localizada na província de Donetsk, sobre uma importante estrada que liga a capital de Donetsk à Rússia. Constituía, assim, uma essencial linha de comunicação para russos e separatistas. Essa batalha e seu grande número de vítimas levaram

à assinatura do Protocolo de Minsk em 5 de setembro de 2014.

Debaltseve foi a última peça territorial necessária para unir a RPD à RPL e completar o objetivo de uma *Novorossiya*. Para as forças russas e separatistas, a cidade de Debaltseve era importante porque ligava a RPD à RPL, por via ferroviária e via estrada M04, além de conectar a região de Donbas com a Rússia, por meio da estrada M03.

A Rússia e os separatistas procuraram completar um cerco, aproveitando a flange formada por tropas ucranianas na área controlada pelos rebeldes, buscando fechar a faixa de terreno que ainda ligava a cidade às linhas ucranianas. (FOX, 2017)

As forças russas e separatistas cercaram a cidade e, inicialmente, não investiram sobre ela, evitando o combate em área urbana. Os batalhões russos utilizaram Aeronaves Remotamente Pilotadas para identificar as posições das tropas ucranianas, após o que realizaram fogos de baterias de foguetes BM-21 *Grad*. Os prédios e a infraestrutura da cidade foram atingidos, deixando os combatentes ucranianos em dificuldades, em um clima de temperaturas abaixo de zero e neve. (FOX, 2017)

O cerco da cidade e os ataques contra as defesas ucranianas continuaram em fevereiro e, em conjunto com outras ações no conflito, levaram ao segundo acordo de Minsk, em 12 de fevereiro de 2015. No entanto, o acordo de nada adiantou para interromper a luta. Quando os comandantes ucranianos perceberam que a situação estava se tornando catastrófica, resolveram retirar suas tropas. Os governos de Kiev e Moscou chegaram a um acordo para estabelecer um corredor para permitir que as forças ucranianas se retirasse pacificamente de Debaltseve. Foi uma retirada desorganizada. Forças pró-Rússia emboscaram

a coluna pela manhã. Os sobreviventes tiveram que continuar a pé, pelos campos e florestas, tentando chegar às linhas ucranianas, deixando seus mortos e feridos para trás. A cidade de Debaltseve caiu nas mãos dos separatistas pró-Rússia, da RPD e da RPL, em 18 de fevereiro de 2015 (LUHN e GRYTSENKO, 2015).

A Batalha de Debaltseve foi o último grande episódio da guerra. Ofensivas em larga escala já não ocorrem mais, porém, o cessar-fogo tem sido violado regularmente, até os dias atuais.

Voluntários, mercenários e funerais secretos

É certo que as operações convencionais contra Estados soberanos convidariam o escrutínio não desejado, a pressão internacional e o protesto doméstico dentro da Rússia. Assim, para manter o seu controle sobre a Ucrânia, a Rússia teria de empregar o poder de uma forma clandestina, negável.

A fim de encobrir a sua participação no conflito, as tropas russas tomaram algumas medidas, como cobrir as identificações nas suas viaturas e evitar usar quaisquer insígnias que pudessem ligá-las às Forças Armadas russas. Muitos oficiais russos utilizaram documentos de identidade falsos e os soldados fingiram ser voluntários ou mercenários.

Dentre esses voluntários, havia alguns ex-oficiais dos serviços especiais de inteligência da Rússia e oficiais militares de carreira, pessoas com experiência de combate e pessoas com passado criminoso. Muitas vezes, esses cidadãos tornaram-se figuras chave nas tropas dos separatistas, como o ex-oficial de inteligência Igor Girkin, Arseny Pavlov (veterano da guerra chechena, também conhecido como “Motorola”) e Aleksandr

Mozhayev (também conhecido como “Babay”). O recrutamento, armamento e implantação desses combatentes “voluntários” no território da Ucrânia foi frequentemente organizado com a participação das autoridades russas.

O cidadão russo “voluntário” para lutar em Donbas recebia uma compensação material. O dinheiro para apoiar os combatentes vinha de fundações russas, que eram financiadas com o apoio ativo de autoridades da Federação Russa. (SHORINA e YASHIN, 2015)

Desde o início do conflito, as autoridades russas esconderam os dados sobre o número de cidadãos russos mortos no território da Ucrânia, e ainda mais o número de soldados russos que participaram em ações de combate.

Informações sobre os militares russos mortos em Donbas permaneceram em segredo por um longo tempo. As autoridades militares russas declaravam os soldados mortos como falecidos em treinamento na região de Rostov e providenciavam o sepultamento, sem a participação de parentes. As famílias dos soldados mortos também tentavam não atrair a atenção. Os parentes dos falecidos recebiam grandes compensações financeiras e assinavam termos de manutenção do sigilo. (SHORINA e YASHIN, 2015)

Operações de informação

O coronel Sergei G. Chekinov e o general Sergeu A. Bogdanov, do Centro de Estudos Estratégicos e Militares do Estado-Maior das Forças Armadas da Federação Russa, em artigo de periódico militar, afirmaram que os meios de influência da informação atingiram tal perfeição, que podiam resolver tarefas estratégicas (CHEKINOV e BOGDANOV, 2010). Segundo eles, a informação

pode ser usada para prejudicar a governabilidade de um país, organizar protestos contra o governo, iludir os adversários, influenciar a opinião pública e reduzir a vontade de resistir de um oponente. E ainda, que é fundamental que tais atividades comecem antes do início das operações militares tradicionais. (CHEKINOV e BOGDANOV, 2015)

Nesse sentido, no plano externo, Moscou combinou dissimulação, fraude, ameaças e acusações na fabricação da narrativa para a comunidade internacional. Durante as campanhas na Crimeia e na Ucrânia oriental, Putin e os seus agentes negaram o envolvimento russo, utilizando simultaneamente a ameaça da dissuasão militar (inclusive a nuclear) caso fossem provocados demais. Rejeitando evidências de tropas russas na região, acusaram o Ocidente de intromissão em assuntos ucranianos e pela escalada das tensões.

No plano interno, a Rússia utilizou a situação política em Kiev para insuflar a população ucraniana de origem étnica russa. Muitos cidadãos de origem russa vivem na Ucrânia, em particular na região de Donbas e na Crimeia, fruto do passado de anexações e migrações populacionais. Foi utilizada uma variedade de meios para tal fim – televisão, internet, forças não-convencionais espalhando mensagens – exacerbando a tensão política e criando o pretexto de proteção dos russos étnicos.

No Departamento de História da Universidade de Donetsk, havia um grupo sob o patrocínio pessoal de Aleksandr Dugin. Todos os anos, ele organizava acampamentos, oferecia lições ideológicas à juventude graduada e instigava idéias neo-eurasianas. Taras Shumeyko – jornalista (apud BALABAN, VOLYANYUK, et al., 2017) – tradução nossa.

Durante as eleições presidenciais de 2004, o partido do candidato pró-Rússia, Yanukovych,

estava convencendo seus seguidores de que o partido de seu oponente, Yushchenko, era desdenhoso em relação às regiões Sul e Leste da Ucrânia; que os consideravam “inferiores”, quando comparados com as regiões central e ocidental. Embora Yanukovych tenha perdido essas eleições, as regiões do Sudeste tornaram-se a base eleitoral para ele e seu partido por muitos anos. (BALABAN, VOLYANYUK, et al., 2017)

Além disso, oligarquias locais no Leste ucraniano procuravam manter suas lucrativas relações econômicas com a Rússia, influenciando as decisões políticas de Kiev.

O argumento econômico foi sintetizado no *slogan* “Donbas alimenta a Ucrânia”. A suposta “injustiça” era que a política externa e a agenda ideológica eram formadas pelas “regiões subsidiadas”, enquanto Donbas era privada de seus direitos políticos. Até 2013, o Kremlin apoiou ativamente as atividades das organizações políticas pró-Rússia em Donetsk e Luhansk. (BALABAN, VOLYANYUK, et al., 2017)

Outra tentativa de criar uma identidade étnica foi o conceito de *Novorossiya*, oferecendo uma base histórica para os projetos federativos e separatistas das regiões do Sudeste da Ucrânia. No século XVIII, a província de *Novorossiya* foi estabelecida no Império Russo. Suas fronteiras estavam sempre mudando, mas nunca se igualaram às do atual projeto “*Novorossiya*” separatista.

Na mídia, todos os programas de notícias da TV russa noticiavam que a Ucrânia estava em desordem, com pessoas protestando contra o “golpe de Estado”, a “junta”, a “opressão dos cidadãos de língua russa”. Afiravam que o fugitivo Viktor Yanukovych era o legítimo presidente da Ucrânia. Essas redes de televisão alcançavam boa parte do Leste ucraniano, moldando a percepção da população.

Putin mantinha uma rede de meios de comunicação financiada pelo Estado. A RT, abreviatura de *Russia Today*, foi criada para melhorar a imagem da Rússia no exterior, transmitindo em várias capitais mundo afora, por redes a cabo e satélite, nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e no Oriente Médio. (BALABAN, VOLYANYUK, *et al.*, 2017)

Segundo Rutenberg (2017), tamanha é a importância desses meios de comunicação financiados pelo governo Putin que, de acordo com um relatório das agências de inteligência do governo dos EUA, a RT e o resto da máquina de informação russa estavam sendo usadas para “operações secretas de inteligência” para “minar a ordem democrática liberal liderada pelos EUA” e influenciar as eleições norte-americanas. (EUA, 2017)

Na internet, em uma prática conhecida como “troll”, o governo russo pagou para que pessoas fizessem comentários pró-Rússia em redes sociais, blogs, vídeos e sites de notícias, com o intuito de disseminar uma campanha de desinformação, legitimar a anexação da Crimeia e apoiar os separatistas no leste ucraniano.

[...] a maior parte do que sabemos vem de uma série de vazamentos em 2013 e 2014, a maioria deles diz respeito a uma empresa de São Petersburgo chamada Internet Research Agency, depois renomeada como Internet Research. Acredita-se que seja uma das várias firmas onde os trolls são treinados e pagos para denegrir adversários de Putin, tanto no país como internacionalmente. De acordo com documentos divulgados por um grupo de hackers em 2013, a Internet Research Agency empregou mais de 600 pessoas em toda a Rússia e teve um orçamento anual de US\$ 10 milhões – metade pago em dinheiro. Os funcionários tinham como tarefa postar comentários em artigos de notícias 50 vezes por dia. Aquelas que escreviam blogs tinham que manter

seis contas no Facebook e publicar pelo menos três posts diários. No Twitter, eles precisavam ter pelo menos 10 contas, nas quais postavam 50 vezes. Todos tinham metas para o número de seguidores e o nível de engajamento que precisavam atingir (BENEDICTUS, 2016) – tradução nossa.

O Kremlin faz uso intensivo de redes sociais, especialmente a VK, com mais de 200 milhões de usuários, incluindo veteranos pró-Rússia para contar suas histórias com fins de propaganda. A VK, originalmente *VKontakte* (VKонтакте em russo) é uma rede social de origem russa, equivalente ao Facebook. De acordo com a *Alexa Internet* (dados de 2018)⁴, é o 4º site mais visitado na Ucrânia e o 2º na Bielorrússia e na Federação Russa, sendo, nos três países, a rede social mais popular.

A seguir, os meios de influência para a construção da narrativa russa:

- **Russia Today** – canal de televisão estatal russo – lançado em 2005, tinha orçamento de US\$ 350 milhões em 2015. Concentrava-se em desacreditar a imagem e as poíticas do Ocidente, bem como qualquer percepção de uma verdade objetiva.
- **Sputnik** – agência internacional de notícias (radio e internet) do governo russo, que opera em mais de 30 (trinta) idiomas. Lançada em 2014, com orçamento de US\$ 140 milhões. É uma plataforma online que opera paralelamente à Russia Today (RT). É uma modernização da clássica infraestrutura e das ferramentas de informação soviéticas. A Sputnik é um modelo de *infotainment* (informação e entretenimento), com conteúdo multimídia atrativo, focando em notícias locais e usando a credibilidade de jornalistas conhecidos. Vende fotojornalismo,

transmissões ao vivo, infográficos e pesquisas de opinião. Está em expansão. Tem abrangência inclusive no Brasil.

- **Russia Beyond the Headlines (RBTH) e Russia Direct (RD)** – publicações multilingues. A RBTH busca parcerias com jornais ocidentais de reputação para parecer isenta e objetiva, enquanto mantém fortes laços com organizações patrocinadas pelo governo russo. A RD produz *newsletters* e reportagens especiais, parecendo uma fonte de informação legítima sobre a Rússia, enquanto é, extraoficialmente, parte do Kremlin.
- **Midia sociais** – Moscou emprega *trolls* que postam propaganda pró-Rússia, sob falsas identidades. As operações nas mídias sociais são destinadas a frustrar *websites*, retardar trabalhos jornalísticos e reduzir a utilidade da internet como um espaço democrático.
- **Grupos de compatriotas russos** – Esses grupos representam infraestrutura crítica para os esforços de influência de Moscou, servindo como ligação para influenciar países com populações de língua russa. Trata esses compatriotas como ferramentas para políticas em países vizinhos, para construir a imagem da diplomacia russa ou legitimar a política externa que interfere nos assuntos de outros países.

usados pelas forças ucranianas constantemente apresentaram problemas.

Também, o emprego de meios de Guerra Eletrônica foi combinado com SARP e fogos, no nível tático, em formações de combate de batalhão, proporcionando a aceleração do processo identificação, aquisição de alvo, decisão, atuação por fogos, e gerando grandes perdas às forças ucranianas no Leste do país.

Outro elemento chave foi a implementação de propaganda, informação e campanhas de desinformação em larga escala. Para isso, a campanha desenvolvida por Moscou integrou um crescente uso de ataques cibernéticos.

De 2014 a 2017, mais de 7.000 ataques cibernéticos foram realizados contra o Estado ucraniano. Os mais graves foram o ataque contra os servidores do Comitê Eleitoral durante a eleição presidencial, contra as empresas de energia e os ataques a sítios de internet das autoridades públicas (RESISTÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2017). O Serviço de Segurança da Ucrânia advertiu que oficiais do governo estavam sendo alvos de ataques *Malware* de espionagem (chamados de “*Snake*”, “*Uroboros*” e “*Turla*”) desde 2010.

A inteligência russa também utiliza *hackers* que são cooptados ou mascarados como agentes não-governamentais. Um desses atuadores da Internet russa é chamado *CyberBerkut*, uma organização de fachada para ataques cibernéticos patrocinados pelo Estado russo, que apoia as operações militares e os objetivos estratégicos de Moscou na Ucrânia. A organização esteve ligada a múltiplos ataques cibernéticos e espionagem, incluindo ataques de negação de serviço (*DoS Attack*) contra a OTAN e os governos ucraniano e alemão. (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2017)

Guerra Eletrônica e Guerra Cibernética

Investigações independentes realizadas por ativistas ucranianos e especialistas fornecem evidências do emprego de meios de Guerra Eletrônica contra a Ucrânia.⁵ Fruto desse emprego, os equipamentos de telefonia e rádio

Por fim, ressalta-se que muitos ucranianos acusaram o governo interino de Kiev de falta de ação e lentidão na resposta aos acontecimentos na Crimeia e no Leste do país. Portanto, fica evidenciado que as operações de informação levadas a efeito pela Rússia, com a atuação integrada de capacidades relacionadas à informação, afetaram o ciclo decisório das autoridades ucranianas, facilitando o desenvolvimento da campanha terrestre.

Conclusão

Após a dissolução da União Soviética, o recuo das forças russas para Leste foi sem precedentes. A fronteira russa nunca esteve tão perto de Moscou. Vladimir Putin chegou ao poder acreditando que o colapso da União Soviética foi a maior catástrofe geopolítica do século. Desde então, tenta restabelecer a hegemonia russa na Eurásia.

Assim, alinhados ao paradigma geopolítico, inferem-se os seguintes **objetivos políticos**:

- deter o avanço da OTAN para Leste;
- impedir que a Ucrânia se torne pró-Ocidente;
- contrapor-se ao mundo unipolar liderado pelos EUA; e
- recobrar a hegemonia regional e a influência sobre seus vizinhos.

Esses objetivos foram perseguidos com limitada liberdade de ação, fruto da possibilidade de escalar o conflito, podendo ocasionar a participação de potências nucleares. Além disso, outro limitador foi a opinião pública internacional.

As ações da Federação Russa, principalmente na primeira fase do conflito, na Crimeia, caracterizaram o uso do **método da estratégia indireta**, com o emprego predominante das demais expressões do Poder Nacional, utilizando meios

políticos, econômicos e psicossociais, atuando a expressão militar como coadjuvante.

O modelo de planejamento estratégico apresentado foi o do emprego de uma série de **ações sucessivas**, combinando a ameaça direta e a pressão indireta, bem como limitadas ações em força, mesclando ações políticas, diplomáticas, psicológicas e militares, tendo sempre presente a preocupação de não agravar o conflito. As operações russas visaram moldar e manipular as percepções e comportamentos das audiências estrangeiras. Buscaram explorar a margem de liberdade de ação obtida pela manobra exterior, com a narrativa de proteção dos russos étnicos, para a execução de ações políticas, psicológicas e militares com o objetivo de alcançar a decisão e estabelecer um fato consumado. As fases das ações sucessivas caracterizaram-se pelo emprego da surpresa e pela rapidez de sua execução. Durante todo o processo, a negativa da participação russa serviu para evitar a escalada ao extremo do conflito, que resultasse em uma guerra total com outros países europeus. Reafirmou-se que a utilização da informação como arma é um aspecto fundamental da estratégia da Rússia e é empregada em tempo de paz, crise e guerra.

Esse mecanismo de agressão consiste na divisão do país por dentro. Para isso, os ressentimentos internos existentes (linhas de fratura) são insuflados de todas as formas possíveis, não importando de que tipo eles são - étnicos, religiosos, sociais ou territoriais. A população do país vítima torna-se completamente desorientada em termos referenciais do “nós e eles”. Em vez de se unir em face da agressão externa, parte da população entra em choque contra a outra parte de seu próprio povo.

Enquanto isso, o agressor assume o papel de protetor de uma parte, no conflito que ele

mesmo criou. E os países que são vítimas desse tipo de agressão são derrotados sem mesmo conseguir identificar quem é o agressor.

Pode-se inferir, como o Estado Final Desejado das operações militares russas, a região de Donbas controlada pelos separatistas, as forças ucranianas e o governo local expulsos, o território conquistado autossuficiente e a liberdade de ação russa mantida. Para isso, as Linhas de Operação foram o controle das linhas de comunicação (aeroportos, portos e nos rodoviários), a rendição das forças ucranianas da Crimeia e o isolamento e cerco das forças em Donbas. Por sua vez, as Linhas de Esforço foram a manutenção da superioridade de informações, a conquista e manutenção da superioridade aérea e a manutenção das infraestruturas críticas em funcionamento.

Foram essenciais para se atingir o Estado Final Desejado:

- o emprego de forças e equipamentos sem identificação, para negar o envolvimento no conflito;
- o emprego de Forças-Tarefa Batalhão com atuação independente, mantendo baixo perfil, facilitando o desdobramento de força, por infiltração, no interior da Ucrânia; e
- a capacidade de autossustentação dos batalhões, pela formação modular, agregando meios de guerra eletrônica, defesa antiaérea e de apoio de fogo de longo alcance (baterias de foguetes).

Mas se as ações descritas podem ser vistas como comuns aos conflitos híbridos, bem como afetar à guerra convencional, em uma segunda fase, o que há de diferente no tipo de guerra aplicado pela Rússia?

- Sua escala.

A estratégia russa no conflito da Ucrânia, à luz da doutrina militar brasileira, pode ser caracterizada como um novo tipo de guerra, **pois fez uso de meios das demais expressões do Poder Nacional**, sincronizados no tempo e no espaço com as ações militares, **com o predomínio dos primeiros**, em uma intensidade até então inédita.

Conforme afirmou Gerasimov (2013), as regras da guerra mudaram. **O papel dos meios não-militares de alcançar objetivos políticos e estratégicos cresceu** e, em muitos casos, excederam o poder da força das armas em sua eficácia. Esses meios foram complementados por **meios militares velados**, incluindo a realização de ações de guerra de informações e as ações de forças de operações especiais.

Outro aspecto a considerar é a percepção da guerra como um conceito atrelado à violência. Segundo aponta a Doutrina Militar Terrestre brasileira, a guerra é o conflito no seu grau máximo de violência, podendo implicar, em função de sua magnitude, a mobilização de todo o Poder Nacional.

Embora afirme que na guerra todo o Poder Nacional pode ser aplicado, salienta que o emprego de sua expressão militar é predominante. Define o espectro dos conflitos quanto ao grau de violência.

Não há dúvidas de que a Rússia e a Ucrânia estiveram em um estado de beligerância. É comum referir-se ao tema aqui analisado como “Guerra da Ucrânia” ou “Conflito da Ucrânia”. Mas será que o emprego da expressão militar foi predominante? Ainda que se afirme que no Donbas tenha sido, o que dizer da Crimeia? E exagerando ao extremo, é possível guerra sem violência?

O que se pretende é concluir, ou ao menos trazer à atenção, que nos dias atuais a guerra se torna cada vez mais disforme e sutil, dificultando a percepção da ameaça e o processo de tomada de decisão, acarretando a perda da iniciativa e a possibilidade de derrota por inação.

Isso requer a atenção quanto à velocidade em que o conflito e a guerra surgem e escalam e, portanto, a necessidade de preparar-se para as diversas hipóteses e cenários, com uma mobilização de curtíssimo prazo.

Militarmente, os russos reuniram métodos regulares e irregulares em uma **combinação muito flexível**, empregando-os de forma **altamente integrada**. Perceberam a guerra em um sentido mais amplo e não-linear e, portanto, além de táticas clássicas no campo militar, eles também empregaram **todos os meios da era da informação** para obter vantagem sobre seus inimigos.

Tamanha é a importância da superioridade de informações nos dias atuais, que se verifica a necessidade de considerar, na Força Terrestre brasileira, a maior integração das capacidades relacionadas à informação (inteligência, guerra eletrônica, guerra cibernética, operações psicológicas e comunicação social), subordinando-as às operações de informação, evitando a atuação independente de cada uma delas. Nas Forças Armadas da Federação Russa, essas capacidades estão integradas sob o manto da guerra de informações (*informatsionnaya voyna*) e **subordinadas a um órgão central, possibilitando a unidade e convergência de esforços**.

De acordo com a doutrina militar da Federação Russa (2010), uma das características dos conflitos militares modernos é a implementação prévia de medidas de guerra de informação, a fim de alcançar objetivos políticos sem a

utilização da força militar e moldar uma resposta favorável da comunidade internacional para a utilização da força. Em consequência, as **ferramentas de guerra de informações devem ser utilizadas antes do início das operações militares**, a fim de alcançar os objetivos do Estado sem ter que recorrer ao uso da força ou, sendo seu uso necessário, desorientando e desmoralizando o adversário, garantindo que o Estado é capaz de justificar suas ações perante a opinião pública. Assim, as **estruturas relacionadas às operações de informação tornam-se uma ferramenta do Estado, legítima e necessária em tempo de paz, bem como na guerra**.

O Manual de Campanha Operações de Informação (BRASIL, 2014), quando trata das estruturas responsáveis pelo planejamento, condução e avaliação das operações de informação, afirma que a **partir do nível político**, especialistas em operações de informação (Op Info) do Exército, **quando requisitados**, podem integrar, sob a coordenação do Ministério da Defesa, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). E **no nível estratégico**, uma equipe de Op Info da Força Terrestre, **quando requisitada**, poderá participar de um Grupo de Integração Interforças (GII), sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). Portanto, além da ativação do GII, ressalta-se que **não há previsão de uma estrutura permanente, no nível de planejamento estratégico**, responsável por lidar com a complexidade das Op Info, especificamente destinada a coordenar os esforços e a desenvolver estratégias.

Por fim, cabe ressaltar que a ideia de que qualquer abordagem “nova” para a guerra, incluindo a “guerra híbrida”, pode levar a repetidas vitórias

militares, reflete uma incorreta compreensão da condução da guerra, enfatizando as capacidades operacionais e a doutrina em detrimento da Estratégia. Em outras palavras, a presunção de que qualquer modo definido de guerra ou abordagem doutrinária levará à vitória militar, independentemente das circunstâncias, **negligencia o fato de**

que o sucesso de uma estratégia é sempre dependente do contexto. A Estratégia trata da aplicação da força militar num caso particular, para atingir fins específicos. Em resumo, **guerra híbrida não é uma estratégia em si mesma, mas apenas uma forma de abordagem operativa que foi utilizada para se atingir um objetivo específico.**



Referências

- BALABAN, M. et al. **Donbas In Flames - Guide to the conflict zone.** Lviv: Prometheus, 2017.
- BARTLES, C. K. Getting Gerasimov Right. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, January-February 2016.
- BENEDICTUS, L. Invasion of the troll armies: from Russian Trump supporters to Turkish state stooges. **The Guardian**, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/media/2016/nov/06/troll-armies-social-media-trump-russian>>. Acesso em: 27 agosto 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-MC-10.213 Operações de Informação.** 1^a. ed. Brasília: 2014.
- CHEKINOV, S. G.; BOGDANOV, S. B. Asymmetrical Actions to Maintain Russia's Military Security. **Military Thought - A Russian Journal of Military Theory and Strategy**, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.eastviewpress.com/Files/MT_FROM%20THE%20CURRENT%20ISSUE_No.1_2010_small.pdf>. Acesso em: 5 setembro 2018.
- CHEKINOV, S. G.; BOGDANOV, S. B. The Art of War in the Early 21st Century: Issues and Opinions. **Military Thought - A Russian Journal of Military Theory and Strategy**, v. 1, 2015. Disponível em: <http://www.eastviewpress.com/Files/ToC_MT_01_2015.pdf>. Acesso em: 5 setembro 2018.
- CLOVER, C. The Unlikely Origins of Russia's Manifest Destiny. **Foreign Policy**, 27 julho 2016. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2016/07/27/geopolitics-russia-mackinder-eurasia-heartland-dugin-ukraine-eurasianism-manifest-destiny-putin/#>>. Acesso em: 31 maio 2018.
- CORDESMAN, A. H. A Russian Military View of a World Destabilized by the US and the West (Full Report). **Center for Strategic & International Studies**, 28 maio 2014. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/140529_Russia_Color_Revolution_Summary.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.
- DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY. Russia Military Power, 2017. Disponível em: <<http://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/Russia%20Military%20Power%20Report%202017.pdf>>. Acesso em: 5 setembro 2018.

DUGIN, A. **The Foundations of Geopolitics:** The Geopolitical Future of Russia. Moscou: Arktogeja, 1997.

DUNLOP, J. B. Russia's New—and Frightening—"Ism". **Hoover Digest**, 30 julho 2004. Disponível em: <<https://www.hoover.org/research/russias-new-and-frightening-ism>>. Acesso em: 31 maio 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Threat Tactics Report:** Russia. v 1.1 Oct 2015. ed. Fort Eustis: United States Army Training and Doctrine Command, 2015. TRADOC G-2 ACE Threats Integration.

_____. **Assessing Russian Activities and Intentions in Recent US Elections.** Office of The Director of National Intelligence. [S.l.]. 2017. (ICA 2017-01D).

FEDERAÇÃO RUSSA. The Military Doctrine of the Russian Federation. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2010. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/2010russia_military_doctrine.pdf>. Acesso em: 2018.

FOX, A. C. **Hybrid Warfare:** The 21st Century Russian Way of Warfare. Fort Leavenworth, Kansas: School of Advanced Military Studies, United States Army Command and General Staff College, 2017.

FRIEDMAN, G. 10 Maps That Explain Russia's Strategy. **Forbes**, 2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/johnmauldin/2016/02/26/10-maps-that-explain-russias-strategy/#9d8301523ece>>. Acesso em: 01 outubro 2018.

GASPAR, C. A Rússia e a segurança européia. **Nação e defesa**, Lisboa, dezembro 2004.

GERASIMOV, V. ЦЕННОСТЬ НАУКИ В ПРЕДВИДЕНИИ (O Valor da Ciência Está na Previsão - novos desafios demandam repensar as formas e os métodos de conduzir as operações de combate), Moscou, n. № 8 (476) / 27 de fevereiro-5 de março de 2013, 25 fevereiro 2013. Disponível em: <https://vpk-news.ru/sites/default/files/pdf/VPK_08_476.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2018.

_____. On the role of military forces in contemporary conflicts. In: **III MOSCOW CONFERENCE ON INTERNATIONAL SECURITY, 2014, Moscou. Proceedings.** Moscou: Ministério da Defesa da Federação Russa, 2014. Disponível em: <http://eng.mil.ru/files/MCIS_report_catalogue_final_ENG_21_10_preview.pdf>. Acesso em: 8 julho 2018.

_____. The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations. **Military Review**, January-February 2016. Disponível em: <http://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20160228_art008.pdf>. Acesso em: 10 abril 2018.

GRAMMATICUS, D. Chechnya's troubled election. **BBC News**, 3 outubro 2003. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3162770.stm>>. Acesso em: 14 agosto 2018.

GRYTSENKO, O. Remembering the shelling: 'We saw a glow, they were burned alive'. **The Guardian**, 17 fevereiro 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/feb/17/remembering-the-shelling-we-saw-a-glow-they-were-burned-alive>>. Acesso em: 11 agosto 2018.

GUTTERMAN, S. Russia blocks internet sites of Putin critics. **Reuters**, 13 março 2014. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-russia-internet/russia-blocks-internet-sites-of-putin-critics-idUSBREA2C21L20140313>>. Acesso em: 14 julho 2018.

INFORMNAPALM INTERNATIONAL COMMUNITY. Russian electronic warfare stations in Donbas. **InformNapalm**, 2016. Disponível em: <<https://informnapalm.org/en/russian-electronic-warfare-stations-donbas/>>. Acesso em: 05 setembro 2018.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR CRIMEA. The Transfer of the Crimea to the Ukraine, julho 2005. Disponível em: <<http://www.iccrimea.org/historical/crimeatransfer.html>>. Acesso em: 9 maio 2018.

LUHN, A. Volunteers or paid fighters? The Vostok Battalion looms large in war with Kiev, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/jun/06/the-vostok-battalion-shaping-the-eastern-ukraine-conflict>>. Acesso em: 11 agosto 2018.

LUHN, A.; GRYTSENKO, O. Ukrainian soldiers share horrors of Debaltseve battle after stinging defeat. **The Guardian**, 18 fevereiro 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/feb/18/ukrainian-soldiers-share-horrors-of-debaltseve-battle-after-stinging-defeat>>. Acesso em: 25 agosto 2018.

PLOKHY, S. **The Origins of the Slavic Nations:** Premodern Identities in Russia, Ukraine, and Belarus. Cambridge : Cambridge University Press, 2006.

QUEIROZ, H.; QUINTSLR, H. M. Geopolítica e Vulnerabilidade Energética: o fantasma das crises de abastecimento de gás ronda a Europa. **GGN**, 24 abril 2018. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/ronaldo-bicalho/geopolitica-e-vulnerabilidade-energetica-o-fantasma-das-crises-de-abastecimento-de-gas-ronda-a-europa>>. Acesso em: 7 junho 2018.

RINGIS, A. Three Generations of Pain. What May 18th Means for Crimean Tatars. **Ukrayinska Pravda**, 18 maio 2016. Disponível em: <<https://www.pravda.com.ua/eng/articles/2016/05/18/7108814/>>. Acesso em: 14 agosto 2018.

RUTENBERG, J. RT, Sputnik and Russia's New Theory of War. **The New York Times Magazine**, 13 setembro 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/09/13/magazine/rt-sputnik-and-russias-new-theory-of-war.html>>. Acesso em: 27 agosto 2018.

SANTOS, E. E. S. A Geopolítica Russa: De Pedro “O Grande” a Putin, a “Guerra-Fria”, o Eurasianismo e os Recursos Energéticos. **Revista Militar**, fevereiro-março 2008. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/267>>. Acesso em: 31 maio 2018.

SHORINA, O.; YASHIN, (Eds.). **Putin. War - An Independent Expert Report (Путин. Война)**. Moscou: [s.n.], 2015. Disponível em: <<https://www.putin-itogi.ru/putin-voina/>>. Acesso em: 5 setembro 2018.

SHOYGU, S. K. Global security and regional stability. In: **III MOSCOW CONFERENCE ON INTERNATIONAL SECURITY, 2014, Moscou. Proceedings**. Moscou: Ministério da Defesa da Federação Russa, 2014. Disponível em: <http://eng.mil.ru/files/MCIS_report_catalogue_final_ENG_21_10_preview.pdf>. Acesso em: 8 julho 2018.

TEIXEIRA, J. A. O Pensamento Geopolítico da Rússia no Início do Século XXI e a Geopolítica Clássica. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, 2009. ISSN 13.

THE ATLANTIC. Believed to Be Russian Soldiers. **The Atlantic**, 11 março 2014. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/photo/2014/03/believed-to-be-russian-soldiers/100696/>>. Acesso em: 7 julho 2018.

UKRAINE.CSIS.ORG. Russian Forces Occupy Strategic Facilities in Crimea. **The Ukraine Crisis Timeline**, 28 fevereiro 2014a. Disponível em: <<http://ukraine.csis.org/crimea.htm#3>>. Acesso em: 11 julho 2018.

_____. Russian Forces Seize Gas Distribution Station Outside Crimea. **The Ukraine Crisis Timeline**, 15 março 2014b. Disponível em: <<http://ukraine.csis.org/crimea.htm#24>>. Acesso em: 14 julho 2018.

_____. The Ukraine Crisis Timeline, 18 março 2014c. Disponível em: <<http://ukraine.csis.org/crimea.htm#32>>. Acesso em: 15 julho 2018.

Информационное Сопротивление - RESISTÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Кибервойна: за три года на Украину осуществлено 7000 кибератак (Ciberguerra: nos três últimos anos, mais de 7000 ataques cibernéticos realizados contra a Ucrânia), 2017. Disponível em: <<http://sprotiv.info/ru/news/kiev-kibervoyna-za-tri-goda-na-ukrainu-osushchestvleno-7000-kiberatak>>. Acesso em: 5 setembro 2018.

.....

Notas

- ¹ O livro “Fundamentos de geopolítica: o futuro geopolítico da Rússia” (tradução nossa) tem tido uma grande influência nas elites militares e políticas russas (CLOVER, 2016). O livro é utilizado como leitura obrigatória na Academia de Estado-Maior das Forças Armadas da Federação Russa (DUNLOP, 2004).
- ² Em março de 2003, o governo russo organizou um referendo na Chechênia, sobre a nova Constituição local, que ratificaria a subordinação da república a Moscou. A lei foi aprovada por 96% dos eleitores, mas o referendo foi considerado irregular e condenado internacionalmente. Num pleito igualmente criticado, em outubro de 2003, Akhmad Kadyrov foi eleito presidente da Chechênia, com 81% dos votos. (GRAMMATICUS, 2003). Alguns analistas acreditam que o batalhão *Vostok* é um exército de mercenários dirigido ou ao menos ligado à inteligência russa.
- ³ <https://www.alexa.com/topsites/countries>
- ⁴ Como exemplo dessas iniciativas de investigação, tem-se a *InformNapalm* (<https://informnapalm.org/ua/>), que surgiu como uma resposta à agressão russa na Ucrânia, em março de 2014. Foi criada pelo jornalista Roman Burko (Ucrânia) e pelo especialista militar Irakli Komaxidze (Geórgia).

Tributo ao major da Alemanha Otto von Westernhagen, aluno da ECEME assassinado em 1968

*João Paulo Diniz Guerra**

*Renato Rocha Drubsky de Campos***

Introdução

Desde o ano de 2017, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola Marechal Castello Branco, no dia 1º de julho, presta uma homenagem ao oficial de nação amiga, major do Exército Alemão Eduard Ernest Otto Thilo Maximilian von Westernhagen, aluno dessa escola em 1968 e brutalmente assassinado por um ato terrorista no dia 1º de julho daquele ano, quando realizava o Curso de Altos Estudos Militares.

É sabido que Brasil e Alemanha lutaram em lados opostos durante a Segunda Guerra Mundial. De um lado, os brasileiros, aliados aos Estados Unidos da América, Inglaterra e França, os quais defendiam ideais de liberdade e democracia nos campos de batalha europeus. Como oponentes, os militares alemães que foram para a guerra, liderados por um ditador e imperialista, sob a bandeira extremista do nazismo (MOTTA, 2001). Somente vinte e oito anos após o fim dessa guerra e treze anos após a fundação das

novas Forças Armadas da República Federal da Alemanha, livres do nazismo (GILBERT, 2014), que o major Otto veio ao Brasil para se tornar o primeiro oficial alemão a realizar um curso da ECEME. Sua missão era representar uma nova geração de militares alemães, comprometidos com a paz e com a contribuição para a cooperação internacional, além de estreitar os laços de amizade entre o Brasil e seu país (RAISER, 2019).

Por muitos anos as circunstâncias da morte do major Otto se cercaram de várias teorias, nas quais predominava a suposição dele ter sido morto por causa de ligações com o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial (JORNAL DO BRASIL, 11 Set 68). Tais acusações geraram muita dor e sofrimento para a viúva e família do major Otto, que alegam ter, inclusive, ouvido dele que não concordava com os motivos da guerra iniciada pela Alemanha. Adicionalmente, ele nunca havia apoiado o Partido Nazista, tendo sido obrigado a ir para a guerra, aos seus 19 anos de idade (WESTERNHAGEN, 2019). Caso tivesse se negado a servir nas Forças Armadas do

* Maj Inf (AMAN/02, EsAO/11). Mestre em Ciências Militares e aluno do 1º ano da ECEME.

** Maj Art (AMAN/04, EsAO/12). Atualmente é aluno do 1º ano da ECEME.

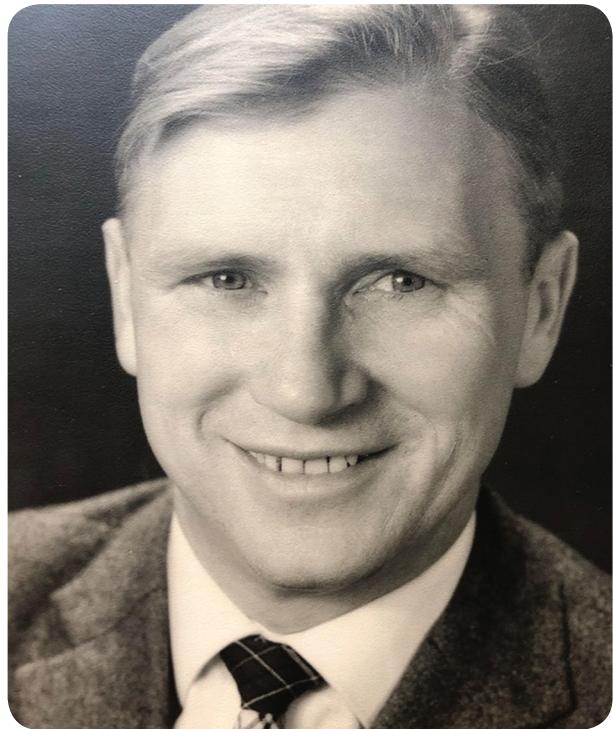


Foto 1 – Maj Eduard Otto von Westernhagen
Fonte: arquivo pessoal da família von Westernhagen

seu país, encontraria o fuzilamento por traição (GILBERT, 2014). Ao longo das investigações, a Embaixada Alemã no Brasil apresentou documentos e relatos que descartavam qualquer relação do major Otto com o Nazismo, como ficou registrado no depoimento do Sr. Hans Bayer, Secretário de Imprensa da Embaixada da Alemanha no Brasil ao Jornal do Brasil em 10 de julho de 1968:

São absolutamente seguras as informações divulgadas anteriormente pela Embaixada de que o militar assassinado não tinha vinculação partidária na Alemanha e não pertenceu a organizações nazistas. Esclareceu que essas informações foram fornecidas à Embaixada pelo Ministério do Exterior da Alemanha Ocidental, que as recebeu do Ministério da Defesa da Alemanha.

Logo, o caso viria a ser arquivado por falta de provas que comprovassem quem eram os autores daquela barbaridade e quais suas verdadeiras motivações. (JORNAL DO BRASIL, 11 Set 68)

Quase vinte anos após sua vida ter sido ceifada por um ato extremista, o mistério chegaria ao fim. Segundo Amílcar Baiardi, único sobrevivente que tomou conhecimento do assassinato em 1968 (BAIARDI, 2007), o major Otto não foi morto por ter participado da Segunda Guerra Mundial, mas por ter sido confundido com o capitão Gary Prado do Exército da Bolívia, o qual também realizava o Curso de Altos Estudos Militares. O capitão Prado se tornou alvo de um grupo terrorista do Brasil que desejava vingar a captura do líder revolucionário Ernesto “Che” Guevara, ocorrida um ano antes na Bolívia. (GORENDER, 1987)

A seguir, será apresentada a vida do major Otto e os detalhes dessa trágica história que ceifou a vida de um ex-integrante da ECEME, gerando profunda consternação entre seus alunos e instrutores, destacando-se o contexto histórico em que ocorreu o assassinato no Brasil, além da conjuntura no continente europeu, especificamente na República Federal da Alemanha, após a Segunda Guerra Mundial.

Carreira militar e a participação na Segunda Guerra Mundial

Eduard Otto von Westernhagen nasceu em Berlim, durante a República de Weimar, no dia 09 de outubro de 1924. Seu pai, o comerciante Eduard Ernst Otto Thilo von Westernhagen, foi major veterano da Primeira Guerra Mundial e nasceu em San Salvador, em 12 de julho de 1882 e faleceu em 1967. Sua mãe, Maria von Westernhagen, nasceu em Dudweiler, em 13 de março de 1892. A tradição militar da família do major

Otto foi representada também pelo seu avô, Eduard Ernst Thilo de Westernhagen (1829-1895), veterano da Guerra Franco-Prussiana e casado com Helene Mathilde Noble de Daniels. (MY HERITAGE, 2019)

Eduard cresceu em uma Europa reconfigurada pelo fim da grande guerra (1914-1918), principalmente nas cidades de Berlim, Eisenach, Bochum e Cologne (WESTERNHAGEN, 1955). Seu povo sofria as restrições impostas pelo Tratado de Versalhes (1919), permitindo a ascensão do Nazismo em 1933, sob a liderança de Adolf Hitler (GILBERT, 2014). A Alemanha iniciou a Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939 e todo cidadão do sexo masculino foi convocado à guerra. Muitos que se recusaram foram mortos pelos pelotões de fuzilamento do III Reich (GILBERT, 2014). Apesar da sedução para que os jovens se alistassem na Waffen SS, tropa de elite do Partido Nazista, o jovem Eduard foi incorporado ao tradicional Exército da Alemanha, denominado de Wehrmacht, em julho de 1942, seguindo as tradições do seu pai e avô (WESTERNHAGEN, 2019). Ainda muito jovem, o cadete Eduard Otto von Westernhagen se destacou em sua turma militar tanto nas atividades militares quanto nas esportivas. Entretanto, sua juventude logo seria deixada para trás, pois a Segunda Guerra Mundial já estava em curso e seguia para seus momentos finais.

Ao se formar na Academia de Liderança em 1942, o 2º tenente Otto von Westernhagen foi enviado, inicialmente, para comandar um moderno pelotão de blindados na França e depois foi enviado a lutar na Frente Oriental, com as reduzidas forças remanescentes do 6º Exército após as derrotas alemãs em Stalingrado (WESTERNHAGEN, 1955). Já naquela época, o militar da

Wehrmacht era muito respeitado no meio militar como agressivo no ataque e destemido na defesa (BRASIL, 2001). Esse brilhante espírito combativo foi ofuscado pela derrota final e pelos crimes de guerra cometidos pelo Partido Nazista (GILBERT, 2014). O tenente Otto enfrentou a contraofensiva soviética, vindo a ser promovido ao posto de primeiro tenente por bravura em dezembro de 1943. Próximo ao final da guerra, o jovem oficial recebeu três ferimentos em combate e condecorado (WESTERNHAGEN, 1955). Diferente do que já foi noticiado por um jornal do Brasil de que Adolf Hitler, pessoalmente na França, teria entregue uma medalha ao, então, tenente Otto (FOLHA DE S. PAULO, 2 jul. 68), não há nenhum registro histórico que comprove tal situação, além de existir uma notória incoerência geográfica, pois o tenente Otto foi condecorado nos campos de batalha soviético (WESTERNHAGEN, 2019), onde Adolf Hitler não esteve presente. Além do que, Hitler esteve em Paris, França, em 1940, enquanto o tenente Otto entrou na guerra apenas no final de 1942. Da mesma maneira, o jornal afirmou naquela ocasião que o major Otto teria sido ferido na defesa de Berlim (FOLHA DE S. PAULO, 2 jul. 68), entretanto o próprio major Otto afirmou que seus três ferimentos na guerra foram nos combates contra o exército russo na União Soviética. (WESTERNHAGEN, 1955)

Em 1945, a ofensiva soviética e dos demais países aliados estava em Berlim. Chegava ao fim um trágico desfecho da história mundial, na qual mais de 47 milhões de pessoas de ambos os lados foram mortas. Além dos combatentes mortos, milhões de inocentes morreram nos campos de concentração dos alemães, manchando a história mundial no episódio conhecido como

“holocausto” (GILBERT, 2014). Não há dúvidas de que qualquer militar que tenha participado das forças militares alemães na 2^a GM carregará para sempre o estigma do nazismo e das barbaridades do holocausto (GILBERT, 2014), por isso esta pesquisa não buscou o julgamento para algo que não há defesa.

A presente análise se encontra nas condutas do tenente Otto como combatente, fruto de sua liderança militar e firmeza de propósitos, lutando por aquilo que é comum aos soldados no campo de batalha: lutar pela vida de seus companheiros, de sua família e em lealdade à sua pátria (WESTERNHAGEN, 2019). Nada consta sobre a atuação do tenente Otto que o relate com o holocausto ou ações bélicas contra civis (ALEMANHA, 2019). O tenente Otto teve que se adaptar à situação mesmo com a escassez de recursos, de alimentos, de equipamentos e motivando os soldados alemães sob o sabor amargo das derrotas ao final da guerra.

Após a incondicional rendição da Alemanha, o jovem tenente Otto, comandante de tropas blindadas, nos seus 20 anos de idade entregava suas armas, sem ter cometido nenhum crime de guerra, nem se envolvido com atos do partido nazista. Apenas havia cumprido com seu dever de soldado (WESTERNHAGEN, 2019). Tal sentimento só pode ser compreendido em sua plenitude por aqueles que entendem o que é lealdade e juram defender a pátria com o sacrifício da própria vida ou por quem estuda a história e a natureza humana. Ao fim da guerra, o Tribunal de Nuremberg condenou a morte os principais responsáveis pelo holocausto. Muitos outros alemães que tiveram papel de responsabilidade nos crimes de guerra conseguiram escapar, mas foram perseguidos e mortos ao longo dos anos seguintes. (GILBERT, 2014)

Como disse Benjamin Franklin, “nunca houve uma guerra boa nem uma paz ruim”. Os horrores da Segunda Guerra Mundial mancharam de sangue a história da humanidade. Costuma-se julgar apenas a parte derrotada, mas as vítimas e algozes estão em ambos os lados, seja nos campos de concentração alemães ou soviéticos; nos bombardeios à Londres (Inglaterra) ou à Dresden (Alemanha); seja no holocausto ou nas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Em comum a esses eventos da guerra, estavam milhares de civis inocentes. Por isso, na canção do Exército Brasileiro, letra de Alberto Augusto Martins, se canta “a paz queremos com fervor; a guerra só nos causa dor”.

Após ser capturado pelo Exército Americano (WESTERNHAGEN, 1955), o tenente Otto foi enviado a um campo de concentração soviético por ter seu uniforme confundido com o de militares da Waffen SS, pois o uniforme das tropas blindadas alemãs eram na cor cinza (demais tropas da Wehrmacht usavam uniformes de cor preta) e com caveiras nas dragonas. Os soldados da Tropa de Elite Nazista, Waffen SS, ligados à perseguição ideológica e racista, também utilizavam uniformes muito semelhantes a estes. (GILBERT, 2014)

Após ser libertado, ainda em 1945, o tenente Otto não só havia perdido a guerra, muitos amigos e familiares, mas também seu emprego devido à extinção do Exército da Alemanha pelas forças vitoriosas. Nunca foi julgado por crimes de guerra, nem precisou se esconder de grupos de extermínio de nazistas. De acordo com o registro encontrado no Arquivo Histórico do Exército da Alemanha, o major Otto relatou, em 1955, suas principais atividades no pós-guerra. Foi trabalhar no interior da República Federal da Alemanha, entre 1946 e 1952, como gerente de uma fazenda, em outras

empresas agrícolas e até em uma cervejaria rural. Também morou por um curto período de tempo no interior da França. Encontrou na América do Sul uma oportunidade, indo morar por 3 anos em uma colônia alemã na Argentina, onde trabalhou como comerciante e aprendeu a falar espanhol. Em 1955, retornou a Berlim para cuidar da saúde do seu pai e dos negócios da família, com pouco sucesso. (WESTERNHAGEN, 1955)

Apenas no final de 1955, a República Federal da Alemanha reativou suas forças militares, chamadas agora de Bundeswehr, ou Forças de Defesa Alemã (GILBERT, 2014) e o tenente Otto von Westernhagen se candidatou a ser reintegrado no posto de capitão, pois o mesmo costumava dizer “*a profissão de soldado é mais satisfatória para mim do que ser um homem de negócios*”. (WESTERNHAGEN, 1955)

A Alemanha passou por um intenso e rigoroso processo de “desnazificação”. A reintegração de militares que combateram na Segunda Guerra Mundial ocorreu após investigações internas sobre cada um dos oficiais cogitados para o novo exército, tanto sobre suas ações na guerra quanto suas tendências ideológicas no pós-guerra (GUMBRECHT, 2014). Em geral, os militares da Wermacht foram julgados como não tendo um passado associado ao nazismo, como os soldados das SS, agentes da Gestapo, culpados de atrocidades ou perpetradores do holocausto, criminosos de guerra ou nazistas convictos (GUMBRECHT, 2014). O capitão Otto comprovou seu passado ilibado e por isso foi readmitido nas Forças Armadas Alemãs (ALEMANHA, 2019). Suas medalhas e atos de bravura praticados durante a guerra foram reconhecidos, motivo pelo qual foi designado instrutor da Academia de Liderança Militar em Berlim, onde ensinou aos soldados valores democráticos. Esse conceito é chamado

na Alemanha de “Innere Führung” (ALEMANHA, 2019). Assim, ele se tornou um bom exemplo desse capítulo muito difícil da história alemã, como um grande líder da nova geração militar alemã. Por ter testemunhado a guerra, o capitão Otto passou esses ensinamentos para a nova geração de militares para que os mesmos erros não fossem cometidos novamente.

Em 1966, já como major, recebeu o comando de um Batalhão Blindado em sua cidade natal, Berlim. Nessa função e como reconhecimento por seu desempenho profissional, no ano de 1968, foi designado para participar de um intercâmbio de estudos militares no Brasil, a convite do Exército Brasileiro (ALEMANHA, 2019). Foi matriculado na ECEME, sendo o primeiro oficial da Alemanha a realizar este curso.

A vinda ao Brasil para realizar curso na ECEME e sua morte

Além do aperfeiçoamento, o major Otto também tinha a missão de apresentar ao mundo o valor do novo Exército da Alemanha, tentando desfazer a imagem negativa deixada na Segunda Guerra Mundial pelos crimes de guerra cometidos contra a humanidade (DW BRASIL, 2019). O Brasil também buscava mostrar ao mundo que a ordem nacional, após os momentos turbulentos de 1964, havia sido reconquistada (MOTA, 2003). No ano de 1966, uma emissora alemã transmitiu, em rede nacional, uma reportagem especial sobre o Brasil, mostrando um país maduro, comprometido com a segurança, com a paz e com o progresso. Nessa reportagem, o Presidente da República e patrono da ECEME, o Marechal Castello Branco, dava entrevista com palavras de confiança e determinação que muito

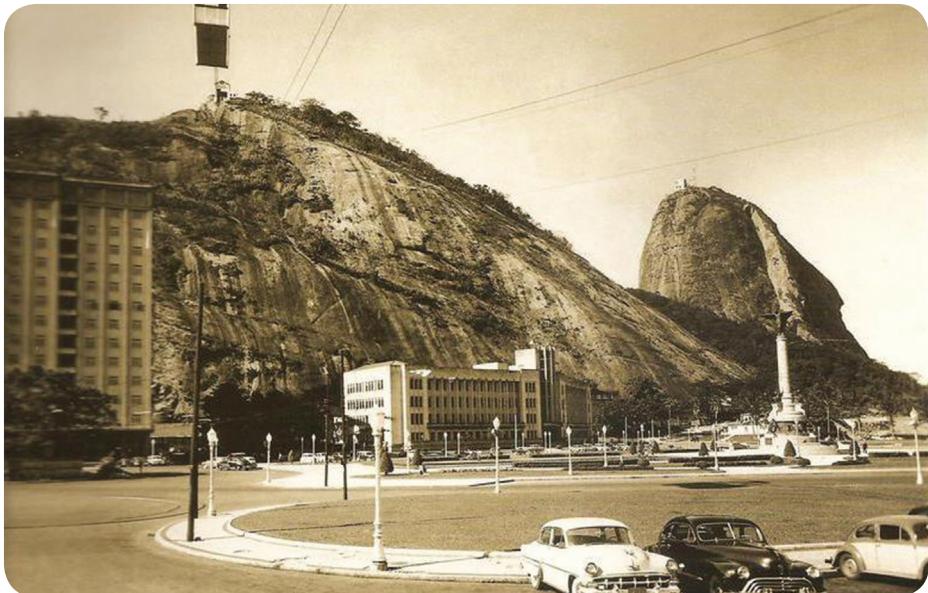


Foto 2 – ECEME em 1968

Fonte: Biblioteca 31 de Março, da ECEME

impressionaram as autoridades, o povo alemão e, certamente, o próprio major Otto (MOTA, 2003). Dessa forma, veio para a cidade do Rio de Janeiro com a esposa, a senhora Gisela von Westernhagen, e com suas duas filhas, Caroline, de oito anos e Catherine, cinco. As expectativas eram grandes, pois o Brasil era considerado um paraíso tropical e vivia momentos de normalidade após a revolução de 1964 (WESTERNHAGEN, 2019). Naquela época, o curso de Comando e Estado-Maior era realizado em três anos. (PERES, 2005)

O major Otto seguia frequentando as aulas e se dedicando aos estudos com desenvoltura. Segundo o general de exército Luís Gonzaga Lessa, seu companheiro de turma em 1968, o major alemão era um militar reservado, discreto, muito profissional e dedicado. Enquanto isso, a família von Westernhagen desfrutava da estadia no Rio de Janeiro. Inicialmente, alugaram um

apartamento no bairro da Gávea e, posteriormente, no bairro Jardim Botânico, no 1º andar de um prédio da rua Araucária, número 66 (O GLOBO, 2 jul 1968). O major Otto e sua família moravam no mesmo prédio do major brasileiro Harry Alberto Schnarndorf, o qual foi aluno da Escola de Estado-Maior da Alemanha em 1965 e 1966 e era instrutor da ECEME em 1968 (MOTTA, 2003). O idioma português era uma barreira para a família von Westernhagen e como a família Schnarndorf falava alemão, ali encontraram um apoio na difícil adaptação cultural em terras *brasiliis*. (WESTERNHAGEN, 2019)

Entretanto, ao longo do ano de 1968, o mundo enfrentou profundas transformações no contexto da Guerra Fria. Na Ásia, a Guerra do Vietnã prosseguia com a primeira batalha em Saigon e com a matança de civis em My Lai por tropas norte-americanas, provocando protestos da população dos Estados Unidos da América (EUA)

contra a guerra, juntamente com as revoltas raciais pelo assassinato de Martin Luther King. Na Europa, a Primavera de Praga (República Tcheca) e as revoltas de maio de 1968 na França agitavam não só o continente, mas também reverberavam na América, onde os sonhos revolucionários cubanos eram difundidos por todo o continente por meio do “Foquismo” (RUFIN, 1996). De acordo com as ideias de Regis Debray, o foquismo era uma teoria centrada na experiência cubana que preconizava o aparecimento de pequenos grupos, de focos, de “heróis comunistas” que, desencadeando a “violência revolucionária”, fariam com que as massas os seguissem e apoiassem a revolução. (GORENDER, 1987)

No Brasil, o Marechal Castello Branco havia passado a presidência da República para o Marechal Costa e Silva em 1967. A situação passou a ficar mais tensa, a partir de maio de 1968, quando os movimentos estudantis passaram a realizar passeatas e manifestações públicas contra o Governo Militar, como na “Marcha dos Cem Mil” no Rio de Janeiro (MOTTA, 2003). Após a morte do estudante Edson Luís, universitários foram presos no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) (MOTTA, 2003). Desde 1961, jovens brasileiros, seduzidos pela ideologia de esquerda, entraram para organizações que professavam a ideologia comunista e foram enviados para Cuba e para a União Soviética, onde foram treinados em táticas de guerrilha e em ações terroristas urbanas (GORENDER, 1987). Cinco dias antes da morte do major Otto, membros da Vanguarda Popular Revolucionária, os quais queriam implantar no Brasil uma ditadura comunista (GORENDER, 1987), lançaram um carro-bomba contra o Quartel-General do II Exército, em São Paulo, matando o soldado

Mário Kozel Filho (FOLHA DE S. PAULO, 27 jun. 1968). O capitão norte-americano Charles Rodney Chandler foi morto em outubro daquele ano pelo mesmo grupo terrorista (JORNAL DO BRASIL, 13 out. 1968) e, posteriormente, apenas em dezembro, foi assinado o Ato Institucional Nr 5, aumentando as ações repressivas do governo como reação aos ataques dos grupos terroristas no Brasil (MOTTA, 2003).

Ao final das instruções do dia 1º de julho de 1968, após almoçar na ECEME, o major Otto von Westernhagen trocou de uniforme, conforme sua rotina diária. Saiu da Escola, em trajes civis, caminhando pela rua Pasteur até embarcar em um ônibus com destino ao bairro Jardim Botânico, onde sua família o aguardava (WESTERNHAGEN, 2019). Desembarcou e seguiu, a pé, pela rua Araucária, onde ficava seu apartamento. Naquele momento, seus assassinos que o seguiam desde o bairro da Urca se aproximaram. Sem dar chances ao major Otto se defender, dois assassinos anônimos tiraram a sua vida com dez tiros de arma curta à queima roupa (GORENDER, 1987). Testemunhas afirmaram que os dois homens, após atirarem no major Otto, pegaram sua pasta e saíram correndo até um terceiro comparsa que aguardava com o carro da fuga. O dinheiro e o relógio do major Otto não foram roubados (JORNAL DO BRASIL, 9 jul. 1968). A apenas dez metros daquele local, ficava a sua casa. O que se sucedeu, é possível imaginar e hoje são apenas memórias de sofrimento e desespero de uma mãe e suas filhas em um país de língua estrangeira (WESTERNHAGEN, 2019). Inicialmente, a senhora Schnarndorf e depois integrantes do consulado alemão no Rio de Janeiro tentavam consolar a senhora von Westernhagen (O GLOBO, 2 jul. 1968).



Foto 3 – Reconstituição da morte do major Otto

Fonte: acervo do Jornal O Globo acessado em 02 de julho de 2018

O assassinato teve grande repercussão em todos os jornais do Brasil da época. As investigações da polícia levavam a crer que o crime tinha características de execução por vingança política (JORNAL DO BRASIL, 9 jul. 1968). Como o major Otto tinha lutado na Segunda Guerra Mundial, acreditavam que ele havia sido morto por grupos de extermínio anti-nazistas, ou ligado ao MOSSAD ou KGB, os serviços secretos israelense e soviético, respectivamente (JORNAL DO BRASIL, 10 jul. 1968). Poucos dias depois, outro alemão foi morto em Nova Iguaçu, durante um assalto, fortalecendo a versão da polícia (JORNAL DO BRASIL, 12 jul. 1968). O sogro e dois tios do major Otto também lutaram na 2^a GM, corroborando com a tese da polícia em relacionar o crime com as ações da Alemanha na guerra (JORNAL DO BRASIL, 12 jul. 1968). As investigações foram conduzidas naquela direção, negligenciando outras possibili-

dades, mesmo com a Embaixada Alemã no Brasil passando todas as informações que comprovavam o contrário (JORNAL DO BRASIL, 11 set. 1968). As autoridades alemãs afirmavam que o major Otto era considerado pelo povo alemão um herói de guerra e que nunca tinha se envolvido em ações do partido nazista ou com crimes de guerra. A sua esposa, mesmo já na Alemanha, e os serviços de inteligência do Exército sustentavam a versão de que o major Otto tinha sido morto por engano, sendo que nenhum grupo assumiu o seu assassinato. Ao final do ano de 1968, a polícia deu o caso por encerrado (JORNAL DO BRASIL, 11 set. 1968). Os jornais existentes no Arquivo Histórico Nacional mostram que após o ano de 1968, o caso foi esquecido pela população, conforme consta na publicação do Jornal do Brasil de 11 Set 68:

Documentos alemães tiram esperança da polícia achar os assassinos de Westernhagen. A polícia

chegou à conclusão de que quase nada mais poderá ser feito para a elucidação do crime.

De acordo com relatos do general Lessa, em 2019, o próprio capitão Gary Prado desconfiou que ele poderia ter sido o alvo do grupo terrorista, tanto que após a morte do major Otto, o governo da Bolívia enviou uma escolta armada que passou a acompanhar o oficial boliviano em todas atividades externas da Escola, ao longo dos três anos de curso.

A revelação da verdade

A verdade apenas foi totalmente esclarecida 19 anos após a morte do major Otto, no livro “Combate nas Trevas” de Jacob Gorender, Editora Ática, 1987. Pela primeira vez, constava em um registro que terroristas do Comando de Libertação Nacional (COLINA), ainda com pouca visibilidade, decidiram vingar a morte do líder guerrilheiro “Che” Guevara, morto um ano antes na Bolívia, por tropas comandadas pelo capitão boliviano Gary Prado. Ele gozava de fama e prestígio justamente por ter comandado a captura de “Che” e a notícia de sua presença foi amplamente publicada na imprensa do Rio de Janeiro, atraindo a atenção de grupos comunistas, sedentos pela vingança da morte do líder guerrilheiro argentino-cubano (“Prendedor de Che assiste à 1ª aula de seu curso e só fala de sua vida particular”, Jornal do Brasil, de 3 Fev 1968).

Segundo relatos do agora general Prado em uma reportagem de jornal boliviano (PRADO, 2014), no dia 1º julho de 1968, ele teria saído da ECEME com o major Otto, companheiro de curso, com quem pegou o mesmo ônibus, com destino à região do bairro Copacabana, onde morava, passando pelo Jardim Botânico. Entre-

Prendedor de “Che” assiste à 1.ª aula de seu curso e só fala de sua vida particular

O Capitão boliviano Gary Prado, autor da prisão do líder revolucionário Che Guevara, assistiu ontem à primeira aula do curso que faz na Escola de Aperfeiçoamento do Exército, na Praia Vermelha, para informar a estudar informações sobre práticas militares e políticas de seu país, por estes proibido, aceitando apenas responder a um questionário abordando aspectos de sua vida particular.

O Capitão Gary Prado está no Rio de Janeiro há duas semanas, acompanhado da família, gastando as horas de folga com a leitura e a filiação, quando não está na praia ou conhecendo os arredores da Cidade. Disse não se arrepende de nenhum dos seus atos anteriores por tem sido praticados “com espírito cristão e consciência democrática”.

SEM ACESSO

Quando o Corpo de Escola do Estado-Maior do Exército brasileiro permitiu que a imprensa tivesse contato com o Capitão Gary Prado, argumentando que ele não tinha condições de falar sobre si e que aqueles assunto relacionados com entreativitas deveria ser tratado diretamente com a Embaixada.

No dia 1º de fevereiro, o General Reinaldo Melo de Almeida, recebeu a imprensa em seu gabinete escusando-se por não poder falar com o general boliviano e informou que este via praia se conseguisse contato com o Capitão Gary Prado, mas procurou o Gabinete do Ministro do Exército.

O questionário foi enviado pela Embaixada à Escola de Aperfeiçoamento do Oficial do Exército para as 16 horas a entrega das respostas. Ninguém viu o Capitão Gary Prado que saiu da Escola de Aperfeiçoamento para sua residência, de onde enviou para o Adido Militar um envelope contendo as respostas.

O Coronel Felix Monteiro recebeu o envelope em casa e depois de um entendimento com a ECEME dirigiu-se para a Embaixada às 16 horas, mostrando com o expediente já encerrado.

QUEM E QUEM

O Capitão Gary Prado tem 29 anos, é casado e tem dois filhos. Tem dois irmãos e uma irmã e é casado com ex-estudante da Escola das Armas.

Cursou a Academia Militar Bolívia e a Escola de Aperfeiçoamento do Oficial da Reserva, assim como o Centro Táctico na Zona do Canal do Panamá e o de Rangers bolivianos. Conhece a Argentina, o Uruguai e o Tchile, tendo viajado para o Brasil com prêmio, assim como com sucesso, as tropas governamentais que apoiaram Ernesto Che Guevara.

A Embaixada da Bolívia também se recusa a prestar informações sobre o oficial boliviano, mas o Adido Militar, Coronel Félix Monteiro, autorizou algumas declarações sobre o Capitão Gary Prado, dizendo que ele era da Arma de Cavalaria e que “foi mandado para o Brasil com prêmio” para o Brasil com prêmio, assim como com sucesso, as tropas governamentais que apoiaram Ernesto Che Guevara.

O Capitão é descendente quando perguntado sobre o endereço do Capitão Gary Prado e acabou por admitir que a Embaixada não sabe o nome e nem a localização de sua residência, sólida pela segurança dele. Depois de muita insistência conseguiram em fazer algumas declarações quanto ao seu trabalho, assim como suas qualificações, exceto aquelas ligadas à prisão do ex-líder revolucionário Argentino-Cubano.

Gary Prado é um militar e que como tal está sujeito aos regulamentos e só pode fazer certas declarações quando autorizado pelos seus superiores.

— Aqui no Brasil — disse — é a mesma coisa. Somos soldados e que os oficiais podem prestar certas informações, caso contrário eles sofrem penas disciplinares. Não é de meu conhecimento que o mesmo se passe, e assume que os senhores querem tratar comigo é muito sério e importante para a segurança de todos a América Latina.

— Aqui no Brasil é que é permitido vir contra o governo — disse — não modificar meus atos anteriores, porque eles sempre devolveram de acordo com minha consciência cristã e moral e minha formação profissional.

Finalizou por manifestar o desejo de, nas férias, conhecer o máximo que puder do Brasil.

“Pais que sempre me atraía”.

NO TEMPO DE “CHE”



Gary Prado, Capitão dos Rangers da Praia Vermelha

Diocese de Campos acusa carmelitas

A Cúria da Diocese de Campos acaba de publicar, por or-
dem do bispo, Dom Antônio, comunicado assinado pelo Pro-Secretário do Bispo, Cônego Artur Salvadora, em que os carmelitas de Belo Horizonte, que realizaram missas fúnebres e missas de sétimo dia em favor de pessoas falecidas, são acusados de “grave injúria” contra aquele Bispo.

O fato, em Belo Horizonte,

ocorreu quando os representantes da Sociedade Tradicional, Família e Propriedade postaram-se à porta da Igreja dos Carmelitas, festejando missas pelas vítimas de um incêncio que destruiu a sede da sociedade e vitimou o jornalista que a porta-voz da TPP.

Foto 4 – Capitão Gary Prado da Bolívia

Fonte: Jornal do Brasil, de 03 de fevereiro de 1968

tanto, o major Otto desceu do ônibus poucas paradas antes que a do capitão Prado, confundindo seus assassinos, devido à semelhança física entre os dois oficiais estrangeiros. Os terroristas cometeram um erro histórico (BAIARDI, 2007).

Eles (os assassinos) voltaram com uma pasta. Quando abrimos, só tinha documentos em

alemão, um passaporte em alemão. Aí não se teve mais dúvida de que se tinha cometido um erro histórico. Nossa fonte de informação era um soldado infiltrado no Exército e havia uma coincidência enorme. Fisicamente, Gary e o alemão eram parecidos, magros, altos, mesma cor de pele, não usavam óculos. (BAIARDI, 2007)

O major alemão era morto no lugar do boliviano. Hoje se sabe que seus assassinos foram o ex-sargento da Aeronáutica João Lucas Alves e o ex-sargento da Polícia Severino Viana, ambos presos por outras ações terroristas, sem relação à morte do major Otto, e mortos ainda na prisão. O terceiro participante, José Roberto Monteiro, o qual aguardava os assassinos no carro da fuga, também foi preso no final de 1968 e morto em um acidente de carro, vinte anos após ser solto. (GORENDER, 1987)

Amílcar Baiardi, um professor baiano, em 2007, assumiu que foi ele quem revelou a referida história ao autor do livro Jacob Gorender. Era ele quem aguardava em um apartamento a chegada dos integrantes do COLINA com a confirmação da morte do boliviano para enviar uma nota à imprensa com a mensagem de vingança: “menos de um ano depois da morte de Che Guevara, o movimento de esquerda brasileira executa o assassino desse herói da América Latina”, mas foi a testemunha do grande erro quando abriram a pasta capturada e encontraram o passaporte do major da Alemanha. Ali, rasgaram a mensagem e selaram um pacto de silêncio. (BAIARDI, 2007)

Homenagens ao major Otto von Westernhagen

Logo após sua morte, o major Otto foi homenageado pelo comandante da ECEME em 1968, o general de brigada Reynaldo Melo de Almeida,

ao fazer publicar o elogio *post-mortem* no Boletim Escolar, Nr 128, de 10 de julho de 1968:

Ao consignar em Boletim, esta referência elogiosa ao major Eduard Otto do Exército da República Federal Alemã, externo a homenagem da ECEME à sua memória e o sentimento de estima que despertou entre instrutores e alunos desta Escola, durante sua breve passagem entre nós.

Vindo de terras distantes, trazia em si a mensagem de entendimento e confraternização entre irmãos de armas.

Simultaneamente ao desempenho de suas atividades de aluno, diariamente transmitia-nos, de forma solícita, reservada e atenciosa, seus conhecimentos sobre o mundo conturbado em que viveu nos postos de tenente e capitão do exército de seu país, em seus primeiros tempos de vida militar e em plena juventude.

Encontramos no major Eduard um irmão de armas que buscava sempre sua mensagem de compreensão e amizade fraternal, valiosa sobretudo pelas experiências de soldado e de cidadão, vividas durante a 2ª Grande Guerra. Conheceu dias de domínio extremista em sua Pátria e, como prisioneiro de guerra, as agruras das prisões totalitárias da Rússia Soviética. Sublimou seus sofrimentos e transmitia-nos, sem esforço, sem hipocrisia, sem artifícios, o entusiasmo e admiração pelo respeito à liberdade de consciência, à fraternidade e à dignidade da pessoa humana.

Graças à sua tenacidade, vencia já, com êxito, as dificuldades impostas pela diversidade de idiomas, para estabelecer comunicação com seus companheiros e instrutores e, desde sua inclusão como aluno desta Escola, procurou integrar-se na turma que lhe foi designada, compartilhando de todas as emoções da vida escolar.

Revelando elevada disciplina intelectual, participou ativamente das discussões em sala de aula, sempre revelando grande interesse nos problemas e assuntos ministrados, mesmo que para isso

tivesse que recorrer, algumas vezes, ao dicionário de português que sempre portava consigo.

Brutal e tragicamente, após as atividades do dia 1º de julho e quando regressava ao seu lar, mãos assassinas anônimas e movidas por motivos até agora desconhecidos, deixaram-no sem vida.

A consternação geral, entre seus companheiros e amigos, traduziu a repulsa pelo covarde atentado e o sincero sentimento de pesar pelo seu afastamento do nosso convívio.

A sua imagem simpática e digna, será sempre lembrada com respeito e admiração.

Que repouse em paz a alma do major Eduard, bom amigo, companheiro e digno oficial desta Escola, são nossas preces a Deus.

Assinou o General Reynaldo Mello de Almeida, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 10 de julho de 1968.

Ao final do ano de 1968, a ECEME fez constar o nome do major Otto von Westernhagen na placa de bronze em homenagem aos alunos estrangeiros formados naquele ano, localizada no 2º piso da Escola desta tradicional e centenária

escola. Assim como, a ECEME possui uma sala de aula que recebe o nome do major Otto, com uma placa de bronze em sua homenagem.

Tendo em vista o estigma do nazismo que sempre assombrou o povo alemão e às poucas informações à respeito do que havia motivado a morte do major Otto, a história caiu no esquecimento de muitos ao longo dos anos. Nem mesmo a família von Westernhagen tinha respostas para o que havia acontecido com seu ente querido. Tal assunto se tornou um tabu e uma ferida não cicatrizada na família, privando as filhas e netos do major Otto de conhecerem a verdade dos fatos (WESTERNHAGEN, 2019). Apenas em 2017, por iniciativa do General de Brigada Richard Fernandez Nunes, comandante da ECEME, a escola passou a prestar uma homenagem ao major Otto von Westernhagen no dia 1º de julho, com a presença de autoridades militares alemãs convidadas.



Foto 5 – Placas em homenagem ao Maj Otto
Fonte: O autor



Foto 6 – Palestra na ECEME em homenagem ao Maj Otto
Fonte: Seção de Comunicação Social da ECEME

No ano de 2019, as filhas do major Otto von Westernhagen, morando na Alemanha, foram contatadas pelos alunos encarregados da apresentação do tributo e puderam tomar conhecimento não apenas dos fatos que esclareciam a morte do seu pai, mas também sobre o apreço que o Exército Brasileiro, especialmente a ECEME, têm à respeito daquele oficial de nação amiga, morto enquanto aluno convidado. Até então, não sabiam das homenagens prestadas na Escola. No ano de 2019, por ocasião do tributo ao major Otto, o general de brigada Rodrigo Pereira Vergara, atual comandante da ECEME, disponibilizou um link na internet para que os familiares do major Otto pudessem acompanhar a homenagem, em tempo real, da Alemanha, sob uma abordagem histórica do brutal assassinato que o vitimou. A solenidade foi prestigiada pelos corpos docente e discente da ECEME, pelo General Vergara, Comandante da Escola, acompanhado do capitão de mar e guerra Ralf Guntner Schmitt-Raiser, adido de Defesa da Alemanha no Brasil. Ao final, foi realizado o toque de

silêncio em respeito ao major Otto e o adido da Alemanha transmitiu palavras, em alemão, aos familiares que acompanhavam a transmissão.

A viúva do major Otto, a Sra. Gisela von Westernhagen, suas filhas, Catherine e Caroline, e seus três netos, enviaram uma mensagem de agradecimento aos integrantes da ECEME, a qual foi lida para a plateia presente no auditório:

Prezados integrantes da ECEME,
Eu sou a filha mais nova do major Eduard Otto von Westerraguen e gostaria de repassar algumas informações sobre nossa família, como contribuição ao evento de homenagem ao meu pai. Em nome de minha mãe, Gisela von Westerraguen, e de minha irmã mais velha, Caroline, gostaria de, inicialmente, agradecer a todos vocês. Sentimo-nos honradas de meu pai estar sendo lembrado nessa solenidade, já passados mais de 50 anos. Esse fato nos conforta e nos ajuda a suportar a dor, que permanece até hoje. Após o assassinato de nosso pai, deixamos o Rio de Janeiro abruptamente para iniciarmos uma nova vida na Alemanha. Naquela ocasião, minha mãe tinha apenas 32 anos, minha irmã 8 e eu 5 anos de idade. Vocês podem imaginar o que significa para uma jovem mulher com duas filhas pequenas, subitamente perder seu marido. Na Alemanha, primeiro tivemos que lidar com a morte de nosso pai amado, ou seja, sobreviver à perda dolorosa.

Houve algumas teorias sobre o assassinato de nosso pai. Tal fato recrudesceu nossa dor, já que esse assunto permaneceu para nós silencioso e reprimido.

Até ano passado, quando o Sr. Volker F. Martin, adido militar da Alemanha no Brasil, contatou minha irmã, não sabíamos que o ato terrorista tinha sido esclarecido e que os responsáveis haviam sido localizados.

Obrigada, pois nós encerramos agora esse capítulo, o que novamente mexeu com feridas antigas. No entanto, nos sentimos capazes de lidar com a morte de nosso pai juntas novamente. Muito obrigada!

Para nós, que sobrevivemos, é importante dizer-lhe adeus novamente.

Nossos pensamentos estão presentes nessa cerimônia.

[...] Em relação aos três netos do major Eduard Otto von Westerraguen, é muito triste o fato de eles nunca terem podido conhecer o seu avô. Mas, obrigada pelo venerável evento. Eles terão oportunidade de conhecer parte de sua vida e, assim, nosso pai e avô será lembrado em nossos corações.

Meus cumprimentos.

Também em 2019, o Centro de Comunicação Social do Exército publicou uma matéria, em seu site (www.eb.mil.br) e em suas mídias sociais um tributo ao major Otto, pelo fato de ter sido assassinado por ato terrorista no Brasil quando era aluno da ECEME.

Conclusão

Assim sendo, a presente pesquisa atingiu o objetivo de homenagear a memória do major Otto

von Westernhagen, com uma justa homenagem ao primeiro oficial da Alemanha a frequentar um curso da ECEME, sobrevivente da Segunda Guerra Mundial e integrante de uma nova geração de militares da Alemanha comprometida com a liberdade e a democracia, cuja vida foi encurtada por um ato terrorista insano e covarde. Ao mesmo tempo, a pesquisa reverenciou todos os oficiais de nações amigas que abdicam do conforto de suas terras natais para virem ao Brasil e fortalecer os laços de amizade, de cooperação entre as nações e em busca do autoaperfeiçoamento. Desde sua criação, em 1905, a ECEME já formou mais de 750 oficiais de nações amigas. Depois do major Otto, outros 18 oficiais alemães já estudaram na ECEME, comprovando a confiança depositada na Escola e no Brasil. Muitos alunos estrangeiros vêm para o Rio de Janeiro com suas famílias e, juntos, passam a conhecer muito mais do que a doutrina militar brasileira, mas também aprendem a amar e admirar a

Exército Brasileiro @exercitooficial · Jul 1

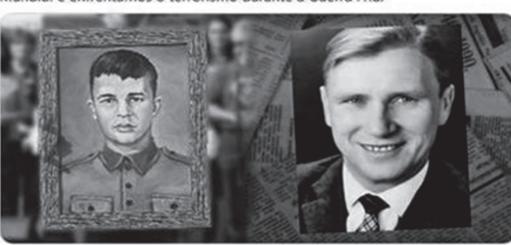
Prestamos hoje homenagem ao oficial de nação amiga, Major do Exército Alemão Otto Maximilian, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército que, em 1º de julho de 1968, foi assassinado no Brasil.
mla.bs/07d16796



Foto 7 – Postagem do EB em homenagem ao Maj Otto
Fonte: Twitter @exercitooficial, dias 01 e 02 de julho de 2019

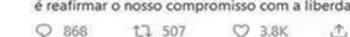
Exército Brasileiro @exercitooficial · Jul 2

Em um intervalo de 5 dias, no ano de 1968, o soldado brasileiro Kozel e o major alemão Otto Von Westernhagen foram vítimas de ações terroristas. Relembreamos que ajudamos a derrotar as forças nazistas durante a II Guerra Mundial e enfrentamos o terrorismo durante a Guerra Fria.



Exército Brasileiro @exercitooficial · Jul 2

O desconhecimento do processo ocorrido naquele país amigo no pós-guerra, associando a vítima ao nazismo, é lamentável. Recordar esses fatos históricos é reafirmar o nosso compromisso com a liberdade e a democracia.



cultura e os costumes do nosso povo. Aqui no Brasil, fazem amizades que atravessam fronteiras e o próprio tempo. A paz de nossos países repousa nos laços de união entre nossos povos.

O nome do major Otto não permanece apenas gravado em placas de bronze, mas em nossos cultos à memória. A luta armada no Brasil foi um triste capítulo fraticida que vivenciamos, assim como vários episódios lamentáveis da Segunda Guerra Mundial, pois seja qual for a motivação ideológica, é reprovável em qualquer nação democrática. Suas vítimas deixaram órfãos que tiveram que conviver com feridas que nunca irão cicatrizar. Fica o ensinamento de que qualquer ato intolerante de tirar a vida de um inocente é nefasto, inaceitável e vil. Compete aos líderes políticos, através das Forças Armadas, impedirem que nossa sociedade banalize a vida humana, respeitando as diferenças, por meio da justiça e da tolerância.

No dia 19 jun. 2019, o site da Deutsche Welle (DW BRASIL), emissora internacional da Alemanha, publicou uma matéria intitulada “como a Alemanha vê seus soldados que lutaram na Segunda Guerra”. O historiador Johannes Hürtter, do Instituto de História Contemporânea de Munique, explicou que em geral, não há uma condenação generalizada de todos os soldados da Wehrmacht como “criminosos” ou até mesmo “assassinos”, assim como também não existe uma narrativa generalizada de vítima. Apesar de haver uma visão dominante de achar que qualquer simples soldado pode ter sido um criminoso em potencial, mas que é preciso verificar caso a caso. Em 2 de jul. 2019, um dia após a homenagem do Exército Brasileiro, o mesmo site da DW Brasil publicou a história de Bert Trautmann, ex-parquedista da Força Aérea Alemã, que se transformou em lendário goleiro do Manchester City e

contribuiu para o restabelecimento das boas relações entre ingleses e alemães no pós-guerra, mostrando que muitos alemães que lutaram na guerra, buscaram a redenção e seguiram suas vidas.

Por fim, a pesquisa buscou recuperar a memória de um oficial aluno da ECEME assassinado em 1968, cujo futuro promissor foi interrompido, desmembrando uma família inocente. Quantos planos e sonhos o major Eduard reservava para o futuro de sua família, mesmo que fossem apenas a oportunidade de poder aplaudir os sucessos das suas filhas ou de poder apoiá-las nos seus fracassos. Hoje, mesmo sem poder ver os resultados daquilo que plantou em sua vida, fruto de sua dedicação como pai, cidadão e militar, a história seguiu seu rumo, a Alemanha voltou a se unificar e a se reerguer como potência em 1990, após a queda do muro de Berlim. Atualmente, o Exército Alemão é um orgulho para seu país e está entre os melhores do mundo. O orgulho de uma nação foi resgatado. A Alemanha superou os horrores do passado e se tornou um grande exemplo de democracia e de povo de sucesso. A família von Westernhagen enfrentou o impiedoso tempo, variável e incerto, mostrando que Eduard Otto von Westernhagen soube viver o presente, não desperdiçando seu passado e garantindo o futuro daqueles que mais amou, sua família, seu Exército, seu povo e sua Pátria amada.

A senhora Gisela von Westernhagen vive em Cologne, na Alemanha. As filhas, Catherine e Caroline, moram em Frankfurt e Augsburg, respectivamente. O major Otto possui três netos. Ao tomarem conhecimento das homenagens prestadas no Brasil ao seu pai, suas filhas externaram os profundos agradecimentos à memória do major do Exército Alemão Eduard Ernest Otto Thilo

Maximilian von Westernhagen, as quais ainda sentem sua falta.

O Exército Brasileiro estará sempre alinhado com a liberdade e com a democracia, reprovando

qualquer ação contrária a esses preceitos, como o fez na Segunda Guerra Mundial, na luta armada contra a subversão no Brasil e contra qualquer outro extremismo. 

Referências

BAIARDI, AMÍLCAR. Brasileiro lamenta não ter sido o ‘vingador de Che’. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,brasileiro-lamenta-nao-ter-sido-o-vingador-de-che,62274> São Paulo. Jornal O Estadão, 9 out. 2007. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Brasília, 1 Jul 19. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <https://twitter.com/exercitooficial/status/1145809362340012037?s=20> Acesso em: 1 de julho de 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Brasília, 2 Jul 19. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <https://twitter.com/exercitooficial/status/1146068518963564544?s=20> Acesso em 2 de julho de 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Brasília, 2 Jul 19. Twitter: @exercitooficial. Disponível em: <https://twitter.com/exercitooficial/status/1146068522230898690?s=20> Acesso em 2 de julho de 2019.

DW BRASIL. Como a Alemanha vê seus soldados que lutaram na Segunda Guerra. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-a-alemanha-v%C3%AA-seus-soldados-que-lutaram-na-segunda-guerra/a-49636928>. Acesso em 30 de julho de 2019.

PRADO, GARY. El general Gary Prado: “Ahora me van a escuchar”. Disponível em: <https://eju.tv/2014/11/el-general-gary-prado-ahora-me-van-a-escuchar/> EJU TV, 14 nov. 2014. Santa Cruz de La Sierra. Acesso em: 2 jun. 2019.

GILBERT, MARTIN. **A Segunda Guerra Mundial. Casa da Palavra: São Paulo, 2014.**

GORENDER, JACOB. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira.** São Paulo. Ática, 1987.

GUMBRECHT, HANS ULRICH. **Depois de 1945.** São Paulo. Editora Unesp, 2014.

MYHERITAGE. Disponível em: https://www.myheritage.com.br/names/edelgard_von%20westernhagen Acesso em: 01 jun. 2019.

MOTTA, ARICILDES DE MORAES (coordenador). A história oral do Exército. **A 2ª Guerra Mundial – Tomo 1.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

MOTTA, ARICILDES DE MORAES (coordenador). A história oral do Exército. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

PERES, Carlos Roberto; CÂMARA, Hiram de Freitas (Org). **ECEME- A Escola do Método: um século**

pensando o Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEEx editora, 2005.

PRADO, GARY. Gary Prado y “El Che”, Cuenta su verdad @nomientras, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HseAMkGk_yo Acesso em: 18 jun. 2019.

RAISER, RALF GUNTHER SCHIMITT. **Adido de Defesa da Alemanha no Brasil** em discurso no Auditório Duque de Caxias, em 1 Jul 2019.

RIO DE JANEIRO. **Polícia tem pistas que dão razões políticas para a morte do major alemão.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 jul. 1968.

RIO DE JANEIRO. **França reafirma ter quase certeza de que Westernhagen morreu por motivo político.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 jul. 1968.

RIO DE JANEIRO. **Alemão foi estrangulado em N. Iguaçu.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 jul. 1968.

RIO DE JANEIRO. **Polícia obtém informações novas, mas nenhuma explica a morte do major alemão.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 jul. 1968.

RIO DE JANEIRO. **Documentos alemães tiram esperança da polícia achar assassinos de Westernhagen.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 set. 1968. p.35.

RIO DE JANEIRO. **Militar americano é morto a metralhadora em São Paulo.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 out. 1968. p.14.

SÃO PAULO. **Atentado ao QG do II Exército mata soldado e fere outros três.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 27 jun. 1968.

SÃO PAULO. **Major alemão assassinado no Rio de Janeiro.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 2 jul. 1968. p.6.

RIO DE JANEIRO. **Oficial alemão morto a tiros na Guanabara.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 2 jul. 1968.

RUFIN, JEAN-CHRISTOPHE. **O Império e os Novos Bárbaros.** São Paulo: Record, 1996.

WESTERNHAGEN, CATHERINE VON. **Agradecimentos.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <jpdguerra@gmail.com> em 31 jul. 2019.

WESTERNHAGEN, CAROLINE VON. **Curriculum Vitae do Major Otto em 1955.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <jpdguerra@gmail.com> em 30 jul. 2019.

WESTERNHAGEN, CAROLINE VON. **A message from the German Embassy.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <jpdguerra@gmail.com> em 31 jul. 2019.

As operações de informação no Exército Brasileiro

*Robson Pinheiro Dantas**

*Joel Henrique Fonseca de Ávila***

Introdução

A finalidade desse artigo é difundir os conhecimentos relativos ao emprego das Operações de Informação (Op Info) no Exército Brasileiro (EB), conferindo o entendimento amplo e comum a todos os membros da Instituição. Para isso, deve-se antes realizar uma contextualização acerca de como os conflitos modernos vêm sendo executados.

Atualmente, o mundo encontra-se no período pós-industrial, conhecido como a Era da Informação, que traz consigo uma série de inovações e condicionantes ao ambiente operacional. Dentro as características dos conflitos dessa nova era, destacam-se a “invisibilidade” do inimigo, em virtude do crescente protagonismo de atores não estatais, a elevação da possibilidade de efeitos colaterais em áreas urbanizadas e a contínua pressão da opinião pública para restringir o emprego da força. (VISACRO, 2018)

Os anos 90 se caracterizaram por uma mudança no contexto das operações militares. O fim da Guerra Fria intensificou a preponderância de atores não estatais em conflitos armados de menor

intensidade, mas com crescente capacidade de interferir diretamente no resultado das campanhas militares. Com tais atores inseridos em áreas urbanizadas e normalmente descaracterizados no meio da população civil, várias forças armadas ao redor do globo precisaram adaptar suas técnicas, táticas e procedimentos, a fim de fazer face a tal ameaça. (SHEIFFER, 2018)

O ambiente atual, caracterizado como volátil, incerto, complexo e ambíguo, interfere na correlação do poder de combate dos envolvidos, relativizando, por vezes, as ações cinéticas do conflito (BRASIL, 2014d). O desenvolvimento das operações militares em áreas humanizadas, aliado ao crescimento das redes de comunicação e ao compartilhamento de informações em tempo real, têm tornado difícil o consenso do conceito de vitória nos diversos níveis decisórios. (VISACRO, 2018)

No contexto das operações terrestres, verifica-se que a complexidade dos problemas enfrentados pelas forças militares aumenta, à medida que novos atores relevantes impactam principalmente nos aspectos relacionados ao chamado “terreno humano”. Tal fato se deve à dificuldade

* Maj Art. (AMAN/02, EsAO/10, ECENE/19).

**Maj Art. (AMAN/02, EsAO/10, ECENE/19).

de identificação das forças oponentes, que são capazes de se misturar à população e influenciar sua percepção e opinião acerca das operações militares e das ações políticas. (BRASIL, 2014d)

O êxito nas operações depende da compreensão abrangente e holística do ambiente operacional, fator essencial para a tomada de decisão do comandante. Portanto, a informação, elemento constituinte do poder de combate, é um ativo muito importante para o ciclo decisório e para a conquista e manutenção da liberdade de ação e da iniciativa das ações. Além disso, tornou-se “uma poderosa ferramenta para influenciar, interromper ou afetar a capacidade do adversário de tomar e compartilhar suas decisões”. (BRASIL, 2014c)

Ao contrário dos conflitos armados ocorridos durante a “Idade do Aço”, nas guerras pós-industriais, a vitória tem sido alcançada basicamente na dimensão informacional, de acordo com a percepção de opinião pública acerca dos fatos. (VISACRO, 2018, p. 126)

A dimensão informacional

O ambiente operacional é o conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço onde atuam as forças militares e que interferem na forma como são empregadas. É composto por três dimensões: a física, a humana e a informacional. Na verdade, a disputa travada no âmbito dessas duas últimas dimensões tem se sobreposto, em importância, ao tradicional enfrentamento no domínio físico. (BRASIL, 2017)

A dimensão informacional abrange os sistemas utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação. Reveste-se de destacada importância, uma vez que as mudanças sociais estão alicerçadas na elevada capacidade

de transmissão, acesso e compartilhamento da informação. (BRASIL, 2017)

Esta dimensão pode ser entendida como o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas que coletam, processam, disseminam ou agem sobre a informação. Esta tem assumido uma relevância cada vez maior nos conflitos atuais. Isso se deve às transformações decorrentes das mudanças tecnológicas e digitais modernas. (UNITED STATES, 2018)

A dimensão informacional é composta de três perspectivas inter-relacionadas que interagem continuamente entre si, bem como com indivíduos, organizações e sistemas. Essas perspectivas são: a física, a lógica e a cognitiva. (BRASIL, 2014c)

Para a atuação na dimensão informacional, é importante que se busque a superioridade de informações. Ela é a capacidade de coletar, controlar, processar, explorar e proteger as informações, enquanto se nega ou se dificulta ao adversário a capacidade de fazer o mesmo. À semelhança da superioridade aérea, que permite o controle do espaço aéreo por determinado tempo e lugar, a superioridade de informação, no espaço informacional (incluídos aí os espectros eletromagnético, cibernético etc), pode também ser local e limitada no tempo. (BRASIL, 2014d)

É por meio da superioridade de informações que é possível obter a iniciativa das ações. O esforço para sua obtenção tem por finalidade proporcionar aos comandantes, dos diversos níveis, a capacidade de decidir e agir oportunamente frente a uma situação, com as necessárias certeza e efetividade, para permitir a atuação da tropa com ações ou respostas proporcionais à ameaça. (BRASIL, 2014d)

Desta forma, produzir, obter, utilizar e disseminar informações oportunas, objetivas e com

credibilidade têm relação direta com a qualidade do processo decisório. (BRASIL, 2014a)

É necessário, portanto, adequar as instituições militares à Era da Informação, para que se tornem eficazes contra os novos desafios e ameaças. No entanto, a dimensão informacional é menos tangível e palpável. Tal óbice alia-se ainda à dificuldade em se controlar os impactos das ações militares na opinião pública. Desta forma, as Forças Armadas dos principais países de expressão militar no mundo iniciaram o desenvolvimento e utilização das Op Info. Ocorre que, devido à recente introdução das Op Info nas doutrinas dessas Forças Armadas, este vetor do poder de combate ainda precisa de aperfeiçoamento, no que tange à sua integração com as demais funções de combate. (SHEIFFER, 2018)

Uma “blitzkrieg informacional” terá efeitos estratégicos semelhantes à blitzkrieg física desencadeada pelos alemães no início da Segunda Guerra Mundial. (BESKOW; CARLEY, 2019, p. 26)

Para adequar-se a essa realidade, o Exército Brasileiro (EB) implementou formalmente as Op Info em 2014, inserindo inicialmente os conceitos dentro de sua base doutrinária, o Manual de Campanha EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre. Por ocasião da criação de uma Força Terrestre Componente (FTC) ou Força Operativa Singular (F Op S), é ativada a Seção de Operações de Informação (E8), conforme a figura 01 (BRASIL, 2014b).

No mesmo ano de 2014, foi publicado o Manual de Campanha EB20-MC-10.213: Operações de Informação, detalhando princípios, características, estruturas, responsabilidades, planejamento, execução, considerações legais e modelos de documentos. Cabe ressaltar que o referido manual está em processo de revisão pelo COTER.

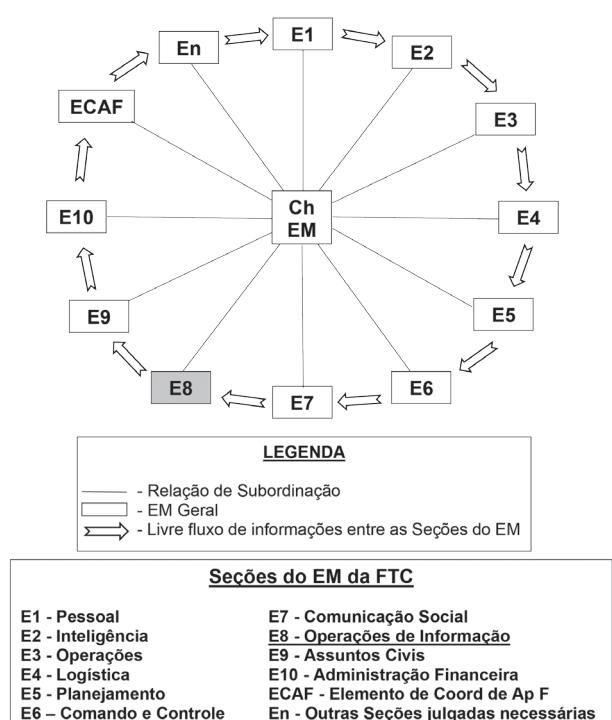


Figura 1 – Composição do Estado-Maior da FTC
Fonte: BRASIL, 2014b

Conforme Brasil (2014c), as Op Info consistem na atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação (CRI), em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório dos oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na dimensão informacional.

Em outras palavras, é a atividade vocacionada para realizar a gestão da informação, atuando no campo informacional para atingir a dimensão humana, de modo a influenciar e proteger o processo decisório e potencializar o poder de combate.

Nesse contexto, o foco é afetar o processo de tomada de decisão. Inicialmente, as ações buscam

influenciar ou destruir a capacidade do inimigo ou adversário de tomar decisões de maneira oportuna, precisa e relevante. Da mesma forma, procuram proteger, preservar e aumentar a capacidade do comandante de tomar decisões corretas, precisas e no tempo cabível. (UNITED STATES, 2018)

O planejamento das Op Info deve ser realizado no mais alto nível de comando da operação, orientado por planejamento estratégico e político, para estabelecer a narrativa, temas, mensagens e objetivos a serem atingidos no ambiente informacional. Com isso, caberá aos níveis subsequentes o planejamento e execução das tarefas que lhe forem atribuídas. (HENN, 2019)

No ano de 2015, a 3^a Subchefia do Estado -Maior do Exército (EME) publicou a Nota de Coordenação Doutrinária Nº 02/2015, versando sobre a metodologia de planejamento das Op Info, baseada na experiência colhida nos planejamentos de Operações de Informação e em publicações de Forças Armadas de outros países. O documento detalha a estrutura para planejamento e condução das operações, bem como o modelo de matriz de integração de efeitos e ficha de tarefas. (BRASIL, 2015)

Após o comandante emitir a sua intenção e o Estado Final Desejado da operação militar, a célula de Op Info buscará levantar os efeitos a serem atingidos em apoio à campanha militar. Para que esses efeitos sejam atingidos, utilizam-se várias ferramentas existentes, conhecidas como Capacidades Relacionadas à Informação (CRI). (BRASIL, 2015)

As capacidades relacionadas à informação

As CRI são aptidões requeridas para afetar a capacidade dos oponentes ou potenciais adversários

de orientar, obter, produzir e/ou difundir informações, em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional. (BRASIL, 2014d)

As Operações Psicológicas (Op Psc), a Inteligência (Intlg), a Guerra Eletrônica (GE), a Guerra Cibernética (G Ciber) e a Comunicação Social (Com Soc), são CRI que contribuem de forma essencial para a condução das Op Info e devem ser levadas em consideração por ocasião do planejamento, preparação e execução das mesmas.

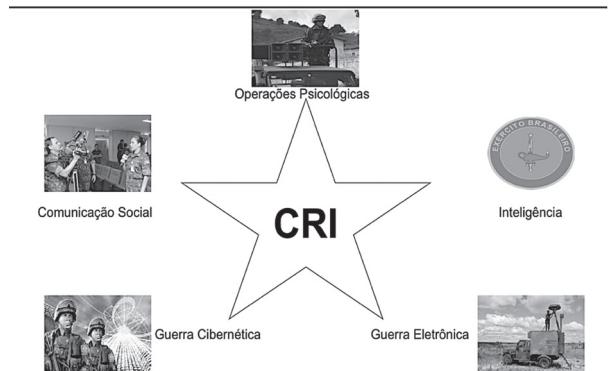


Figura 2 – Representação das capacidades relacionadas à informação

Fonte: o autor

Além disso, o manual de Op Info discorre especificamente sobre oito recursos que incluem (mas não se limitam a elas) as seguintes capacidades, atividades, técnicas ou ferramentas: dissimulação militar, ataque físico, segurança das operações, assuntos civis, atividades da geoinformação, câmera tática, considerações civis e presença, atitude e perfil. (BRASIL, 2014d)

Fruto da pesquisa de recursos utilizados em outros países, e por possuírem relação com a dimensão informacional e apoiarem as Op Info, foram considerados também: a coordenação civil-militar, a defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN), o sistema inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos

(IRVA), recursos financeiros e as operações especiais. A figura 03 representa todos esses recursos que podem contribuir com a consecução dos objetivos das Op Info, estando na parte inferior da figura, sublinhados, os seis que atualmente não constam no manual brasileiro.

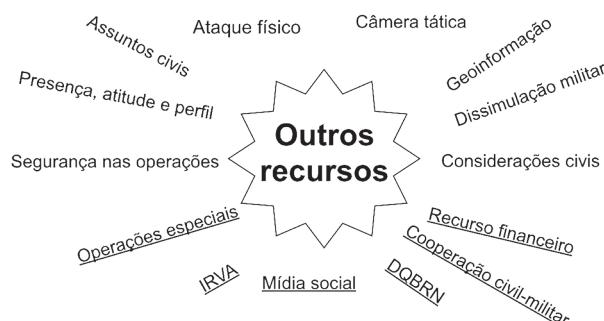


Figura 3 – Outros recursos que apoiam as Op Info

Fonte: o autor

Dessa maneira, essas capacidades permitem maximizar o potencial do comandante de informar audiências amigas e influenciar públicos-alvo adversários, afetando o processo de tomada de decisão de potenciais oponentes e protegendo o seu próprio processo decisório, contribuindo diretamente para a condução das operações. (BRASIL, 2014d)

Um dos maiores desafios na condução das Op Info é a integração e a sincronização das CRI. Estas operações não se constituem na aplicação isolada de cada CRI ou recurso, mas sim no emprego integrado e sincronizado, no tempo e no espaço, de todos os meios recrutados, a fim de multiplicar os efeitos desejados na dimensão informational do ambiente operacional.

A célula de operações de informação

A 8^a Seção do Estado-Maior (E8) é a responsável por integrar e sincronizar as CRI e os recursos

relacionados às Op Info. Essa estrutura será responsável pelo planejamento, condução e avaliação contínua das Op Info. (BRASIL, 2014d)

A célula será composta de vários representantes, mas requer uma estrutura simples, uma vez que grande parte das tarefas serão desempenhadas pelas CRI, que possuem, cada qual, a estrutura adequada para sua finalidade (RENDEIRO, 2017). Portanto, as CRI, além de executarem suas missões previstas, fornecem representantes ou elementos de ligação para a montagem da célula de Op Info.

A figura 04 exemplifica a composição de uma célula de Op Info com diversos representantes, que será montada de forma modular e de acordo com as características de cada operação.

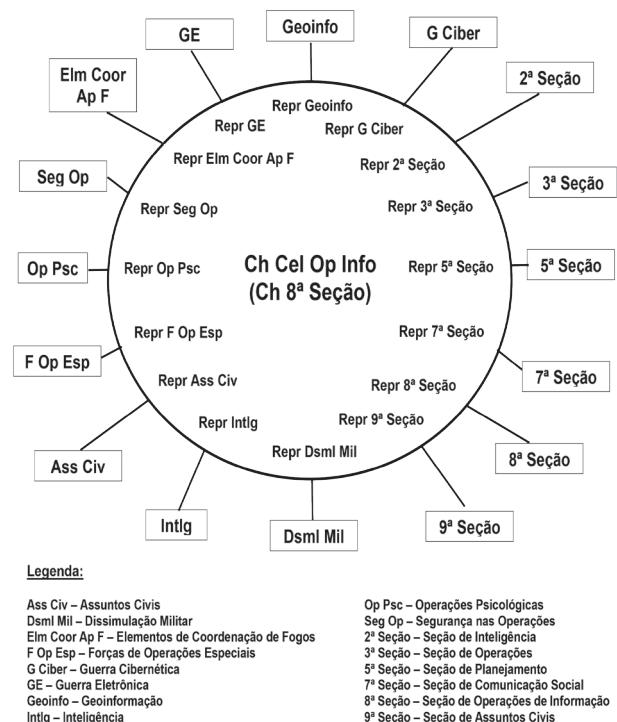


Figura 4 – Exemplo de célula de Op Info de um Comando Operacional ou Tático

Fonte: BRASIL, 2014c, p 5-4

Dessa forma, pode-se afirmar que as Op Info são caracterizadas pelo emprego sincronizado, integrado e coordenado de duas ou mais CRI, de modo a atingir os objetivos relacionados com o ciclo decisório próprio ou do inimigo. Para isso, caberá ao E8 a sincronização, integração e coordenação das CRI, além do planejamento, coordenação, controle e supervisão destas operações. (BRASIL, 2014d)

O E8, de acordo com suas necessidades, interliga-se com as demais células do EM, a fim de obter as informações, dados ou efeitos desejados para o cumprimento dos planos e ações de Op Info previstas. Não existem CRI ou recurso mais ou menos importantes nesse contexto, pois cada uma interage e atua no ambiente de maneira distinta. Obviamente, dependendo do objetivo a ser alcançado, alguma CRI pode ser mais demandada, enquanto outras podem não serem utilizadas.

O desenho abaixo ilustra como as CRI captam ou divulgam determinadas informações no

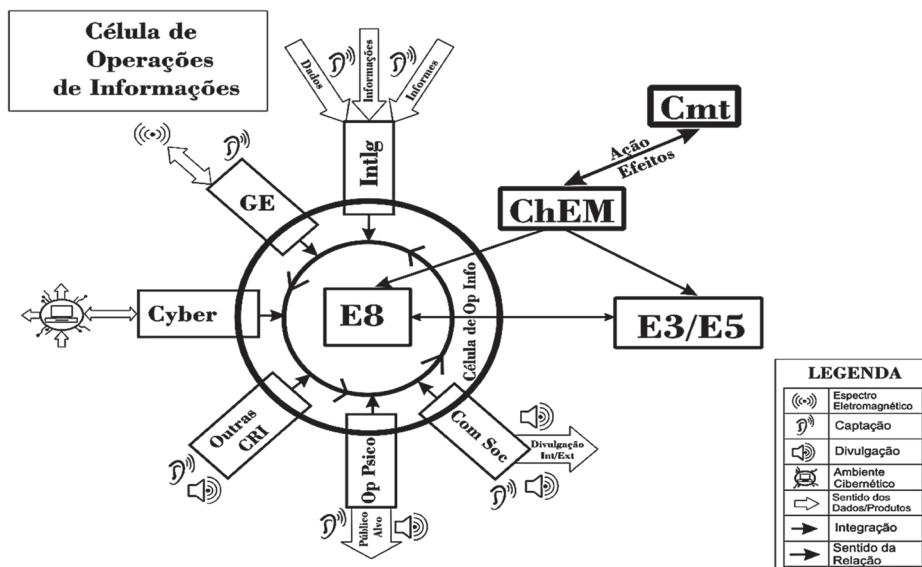


Figura 5 – Esquema de entrada e saídas das informações gerenciadas pelo E8
Fonte: SENA, 2019

ambiente. Todas as informações são compiladas na célula de Op Info, que sob a supervisão do E8 e posterior integração com outras células do EM, irão contribuir para o processo decisório.

Abaixo são apresentados alguns exemplos de como cada CRI ou recurso podem contribuir com as Operações de Informação (Op Info):

Atividades executadas pelas CRI em prol das Op Info.

Operações Psicológicas (Op Psc)

- Desenvolver campanhas, analisar, produzir e disseminar produtos; informar e influenciar públicos-alvo neutros e hostis a manifestarem comportamentos desejáveis/favoráveis; buscar o apoio/aceitação às ações com efeitos psicológicos reais ou potenciais; planejar no relacionamento com as populações locais, comunicadores e líderes-chave.

Inteligência (Intlg)

- Contribuir com a produção do repertório de conhecimentos necessários; expor as capacidades e vulnerabilidades do oponente; analisar os fatores psicossociais da população local; contribuir na avaliação dos efeitos das operações de informação da dimensão informacional.

Guerra Eletrônica (GE)

- Garantir e manter a liberdade de ação no espaço eletromagnético, proporcionando segurança e liberdade de ação; impedir, dificultar ou tirar proveito das emissões inimigas; empregar ações cinéticas e não cinéticas, comprometendo o emprego eficiente dos meios eletrônicos do oponente; obter dados e gerar conhecimento acerca do oponente.

Cibernética (Ciber)

- Obter o dado negado de interesse no ambiente cibernético por meio da exploração, proteção e do ataque cibernético; proteger os sistemas de TI e degradar, corromper ou destruir informações ou sistemas computacionais do inimigo.

Comunicação Social (Com Soc)

- Fornecer informações públicas; colaborar no fortalecimento e na conscientização dos públicos-alvo sobre a necessidade das ações empreendidas; preservar e fortalecer a imagem do Exército Brasileiro, bem como controlar os danos; explorar os êxitos obtidos e contribuir para o enfraquecimento da vontade do oponente.

Atividades executadas por outros recursos em prol das Op Info.

Ataque Físico

- Degradar ou destruir as capacidades relacionadas à informação do adversário, amplificando os efeitos das Op Info conduzidas por forças amigas num TO/A Op.

Câmera Tática

- Agregar capacidade tecnológica para transmitir imagens, seja em tempo real ou não; fornecer dados e subsídios visuais.

Assuntos Civis

- Contribuir para assegurar a legitimidade das Op, a transparência das Aç e a credibilidade dos Elm F Ter; interagir sobre as percepções da população local da área de operações (existência de potenciais adversários); potentializar a obtenção de dados sobre o ambiente operacional; realizar pesquisas como meio de influenciação psicológica.

Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear

- Atuar na parceria e cooperação de segurança para a difusão de Info; atuar na cooperação de redução de ameaça como ferramenta de convencimento para alteração do *status quo*; colaborar com a mudança de postura do adversário, uma vez que temos a capacidade de detectar agentes QBRN; obter informações através de meios de sensoriamento e posterior difusão.

IRVA

- Produzir dados com difusão oportuna, ágil e eficiente, conseguindo vantagens sobre o

Adv; aumentar a consciência situacional por meio dos sensores disponíveis.

Geoinformação

- Ampliar a consciência situacional, condensando diversas informações em produtos reduzidos; contribuir com a capacidade C4IRVA, alerta de mísseis, monitoramento ambiental, comunicações por satélite e de posicionamento georreferenciado.

Presença, Atitude e Perfil

- Repassar mensagens para audiências selecionadas, relativas à presença, postura e perfil de integrantes de elementos e tropas de F Ter, com intuito de apoiar as Op Info.

Recursos Financeiros

- Servir de pronta resposta às emergências e à contratação de serviços vitais; facilitar as operações de inteligência; criar empregos, diminuindo a exposição de desempregados à cooptação por insurgentes; aplicar embargos ou sanções econômicas a seus inimigos, utilizando a “Bomba Dólar”.

Dissimulação Militar

- Contribuir influenciando o decisor adversário a formar um entendimento inapropriado acerca do dispositivo, das capacidades, das deficiências e vulnerabilidades e intenções das forças amigas, levando-o a reagir de forma favorável.

Segurança das operações

- Identificar, prevenir e mitigar ameaças às nossas forças e aos meios vitais para as operações; influenciar o comportamento do oponente, a partir do momento que informações importantes são negadas, fazen-

do com que o mesmo não consiga avaliar corretamente nossas capacidades e intenções.

Operações Especiais (Op Esp)

- Atuar na cooptação de lideranças [locais ou forças irregulares (F Irreg)]; preparar o ambiente operacional, evitando emprego massivo de tropa ou facilitando esse emprego; executar ações diretas ou indiretas (ataques físicos), cinéticas ou não-cinéticas, para degradar o Poder de Combate do adversário; ações preventivas contra organizações terroristas; realizar reconhecimentos especializados em áreas hostis, negadas ou politicamente sensíveis para a obtenção de dados de importância estratégica e operacional; realizar Op Intlg proativas em um quadro de prevenção e combate ao terrorismo para coletar e explorar Info.

Considerações Civis

- Estabelecer uma equipe de “terreno humano” para informar os públicos alvo; compreender o ambiente operacional e suas interações socioculturais; investigar, no terreno, grupos sociais específicos; proporcionar informações completas e oportunas sobre o ambiente operacional.

Cooperação Civil-Militar

- Estabelecer relação de confiança com líderes comunitários e representantes de agências, permitindo a coleta de dados importantes e mais próximos da realidade; permitir o envio de mensagens diretas e indiretas para o público-alvo; reduzir os pontos de fricção entre a população civil e militar; contribuir para a conquista e manutenção do apoio da população e da liderança.

Em se tratando de Op Info, o E8 torna-se seu ator central, pois deve gerenciar as informações e as percepções, a forma como os públicos-alvo serão trabalhados e o que deve ser potencializado ou mitigado em termos de informação, realizando toda a gestão informacional. Sendo conhecedor das possibilidades e efeitos a serem causados por cada CRI, ele enxerga a conjugação de esforços de modo a contribuir no processo decisório.



Figura 6 – Gerenciamento das CRI/recursos pelo E8

Fonte: o autor

Atualmente, o Comando de Operações Terrestres (COTER) realiza o estágio de Operações de Informação, com a duração de 01 (uma) semana, na cidade de Brasília-DF. O estágio visa a capacitar o oficial superior na elaboração de documentos de Op Info nos níveis estratégico, operacional e tático, na ocupação de cargos e no desempenho da função de Ch Seç Op Info dos Grande Comandos do EB. (HENN, 2019)

Conclusão

Uma guerra de nova geração será dominada pela guerra psicológica e informacional, que buscará obter um controle superior ao das tropas e das armas, minando, moral e psicologicamente,

os exércitos inimigos e seu povo. Na contínua revolução das tecnologias da informação, as guerras psicológica e informacional prepararão, em grande medida, o caminho para a vitória. (CHEKINOV; BOGDANOV, 2013, p. 16)

Os conflitos atuais tendem a ser limitados, não declarados, convencionais ou não, e de duração imprevisível. As ameaças são cada vez mais fluídas e difusas. Tais características vêm alterando gradativamente as relações de poder, provocando instabilidades e incertezas e suscitando o aparecimento de conflitos locais e regionais com a inserção de novos atores, estatais e não estatais, no contexto dos conflitos. (BRASIL, 2014a)

O cenário contemporâneo evidencia uma variável crítica que determina os contornos da Era da Informação e que se torna essencial para o sucesso das Forças Armadas no campo de batalha: a superioridade das informações. Assim, a busca por tal superioridade contribui de forma significativa para a potencialização do poder de combate de uma força, aumentando as chances de vitória em um conflito. (DARILEK et al, 2001)

Dominar a dimensão informacional representa uma vantagem que permite aos comandantes, em todos os níveis, tirar proveito das informações do oponente e/ou negar-lhe essa habilidade. Portanto, possuir mais e melhores informações lhes conferem expressiva vantagem no campo de batalha.

Visualiza-se, inclusive, a diminuição do protagonismo dos meios cinéticos e o aumento das ações no ambiente informacional. A dimensão humana cresce de importância antes mesmo do início dos combates.

Nesse contexto, deve-se entender que as Op Info são de extrema importância para o sucesso das operações militares. Além disso, estas operações atuam em um contexto maior, permeando, em

vários momentos, os níveis tático e operacional, alcançando algumas vezes até o nível estratégico.

As Op Info não são um fim em si mesma, pois visam integrar as CRI e as dimensões para dar suporte ao nosso ciclo decisório, ou interferir no processo do inimigo. Além disso, são pouco tangíveis, trabalhando prioritariamente com a dimensão informacional e humana.

A aplicação das CRI de maneira isolada ou de recursos a elas relacionados dificilmente conduz a resultados satisfatórios. Somente a atuação integrada e sincronizada destas pode convergir para o sucesso pretendido, não existindo uma CRI prioritária ou mais importante que as demais.

Após a definição dos objetivos de Op Info, caberá ao Chefe da 8^a Seção (E8), junto com seus assessores, integrar e sincronizar as CRI ou recursos, de modo a extrair ao máximo as potencialidades de cada uma em prol do atingimento dos objetivos operacionais. O E8 planeja e demanda as tarefas aos especialistas dos escalões abaixo, que colaboram com as Op Info, executando as ações táticas que lhe são peculiares.

Desta forma, o presente artigo buscou ampliar a divulgação sobre a atividade, que embora tenha sido inserida recentemente na doutrina do EB, se reveste de elevada importância, fruto das características dos conflitos atuais. 

Referências

- BESKOW, D. M.; CARLEY, K. M. Segurança cibernética social: Um requisito emergente de segurança nacional. **Military Review**. Fort Leavenworth, KS, p. 25-35, Jan-Mar, 2019.
- BRASIL. Centro de Doutrina do Exército. Nota de Coordenação Doutrinária nº 02/2015 - **Metodologia de Planejamento de Operações de Informação**. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. EB 70-MC-10.223: **Operações**. 5. ed. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB 20 - MF 10.102: **Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF, 2014a.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB20-MC-10.202: **Força Terrestre Componente**. Brasília, DF, 2014b.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB20-MC-10.213: **Operações de Informação**. Brasília, DF, 2014c.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB20-MC-10.211: **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**. Brasília, DF, 2014d.
- CHEKINOV S. G.; BOGDANOV S. A. The Nature and Content of a New Generation War. **Military Thought** n. 4, p. 12–23, 2013.

DARILEK, R. E.; PERRY, W. L.; BRACKEN, J.; NICHIPORUK, B. **Measures of Effectiveness for the Information-Age Army**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2001.

HENN, F. E. F. **Relatório de atividade de ensino**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2019.

RENDEIRO, S.R.L: Artigo Científico: A Integração das Operações de Informação com a Inteligência Militar Terrestre. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

SHEIFFER, M. J. As Operações de Informação e as Atividades Cibernéticas e Eletromagnéticas do Exército dos EUA: Lições da Operação Atlantic Resolve. **Military Review**, Fort Leavenworth, KS, p.1-9, Set-Out, 2018.

VISACRO, A. **A guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

UNITED STATES. **The Conduct of Information Operations** - ATP 3-13.1: Washington, DC: Army Publishing Directorate, 2018.

A Doutrina Góes Monteiro e a Evolução Organizacional do Exército, durante a Era Vargas (1930-1945)

*Luiz Carlos Tomaz Silva**

Introdução

O Exército Brasileiro passou por uma grande Evolução Organizacional, durante a Era Vargas (1930-1945), como decorrência dos reflexos da convulsão política da Primeira República (1889-1930), que praticamente liquidaram a Instituição. Naquele período, sob a liderança dos estados de São Paulo e Minas Gerais, formando um arranjo político que se tornou conhecido como “Política do Café-com-Leite”, predominavam governos oligárquicos e claramente liberais.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a exemplo da Europa, iniciou-se, no Brasil, um período de enorme negação ao modelo político oligárquico-liberal, com movimentos dos mais variados matizes: anarquistas, sindicalistas, comunistas, fascistas, dentre outros. A participação de militares nesses eventos foi significativa, com destaque para o Movimento Tenentista dos anos de 1920.

O apogeu desse processo foi a vitória do Movimento Revolucionário de 1930, que levou o

gaúcho Getúlio Vargas à Presidência do Brasil. A participação dos militares, sob a liderança do então Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, muito contribuiu para este êxito.

As forças revolucionárias vitoriosas eram fortemente fragmentadas na sua composição, origem e objetivos, abrindo caminho para intensas disputas pela ocupação de espaços nos círculos do poder. Essa fragmentação, também, estava presente no Exército, com graves reflexos para a hierarquia, disciplina e coesão. Como instituição, o Exército encontrava-se praticamente falido, pois a sua estrutura organizacional estava totalmente combalida. Assim, o período que se seguiu à Revolução de 1930 era, para o Exército, caótico.

Coube às lideranças militares, em particular ao General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, a adoção de medidas que promovessem a reestruturação organizacional do Exército, livrando-o dessa grave crise. Estas medidas foram consubstanciadas por meio de ações que tornaram como base um conjunto de princípios e fundamentos, que passou a ser definido como Doutrina Góes Monteiro.

* Cel Eng (AMAN/93, EsAO/01, ECEME/12). Licenciado em História pela Universidade Estadual do Paraná (2006). Atualmente, é aluno do CPEAEx da ECEME.

A doutrina Góes Monteiro

Os principais fundamentos da Doutrina Góes Monteiro foram publicados pelo General, em 1934, no livro intitulado *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. No entanto, convém destacar que a construção desta se deu ao longo da sua extensa carreira, merecendo destaque as ideias contidas na publicação sobre as Reminiscências do Destacamento Mariante no Paraná Ocidental, em junho de 1925, quando Góes Monteiro era, ainda, um jovem capitão.

No exame do conjunto das ideias de Góes Monteiro, verifica-se a grande presença do pensamento autoritário, que se formou no Brasil, sobretudo, a partir da Primeira República, tendo Alberto Torres e Oliveira Viana como os seus principais representantes. Considera Lúcia Lippi Oliveira (apud SUANO, 1999, p. 17) que no pensamento da maioria dos intelectuais, daquele período, tem lugar a percepção de um clima de crise, como parte da decadência do ocidente, delineando-se uma matriz de pensamento de tipo conservador. Acrescenta, ainda, que “Os debates davam-se em torno de uma missão histórica para aquela geração, que consistia em criar a Nação, ‘abrasileirar’ a República e construir uma consciência nacional”.

O esforço de repensar a República, sobretudo, o estudo da reação à crise da República liberal-oligárquica, foi protagonizada por um grupo de intelectuais que ficou conhecido como direita nacionalista autoritária, realistas ou, simplesmente intelectuais autoritários. José Luis Bendicho Beired identificou o que chamou de pólos à direita nessa reação ao liberalismo, os quais ele organizou em pólos católico, fascista e científicista. Este último era formado por intelectuais que

defendiam a orientação do Estado, a partir do reconhecimento racional da realidade brasileira, e que se configurou ao longo dos anos 20, sobretudo. Nada mais é do que aquele formando por Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral. (MACEDO, 2015, p. 87-98)

Assinala Pinto (1999, p. 301-302) que Alberto Torres tinha inspirações positivistas em sua formação, destacando-se na sua obra: o grande nacionalismo; a preocupação com as ameaças da ordem internacional imperialista e a defesa de um governo forte e hierarquizado, em que a autoridade seria legitimada pela capacidade de elites selecionadas. Góes Monteiro tinha grande afinidade com o pensamento desse autor, a quem chegou a referir-se como “o maior de nossos pensadores políticos”.

Dos aspectos da obra de Oliveira Viana, vários podem ter inspirado os escritos de Góes, destacando-se: a preocupação com o estudo do Brasil; o predomínio do interesse coletivo; o horror ao conflito; a crítica ao individualismo e ao bachelismo; e a defesa da centralização política, cabendo ao Estado promover as transformações, educar o povo com ênfase no civismo, manter a paz social, enfim, tutelar a nação.

No mesmo diapasão, verifica-se que um dos pilares do pensamento político de Góes Monteiro é a sua ideologia da guerra, muito influenciada pelo corolário Clausewitziano. Nessa perspectiva, Góes não acreditava no mito da paz mundial, em razão da agressividade inerente ao homem.

De acordo com a Doutrina Góes Monteiro, a guerra niveia todos numa mesma sorte e as gerações que pagam o tributo sanguinário e perecem, sobrevivem nas gerações vindouras, perpetuando a espécie. Desse modo, a cada guerra que

se sucede, a humanidade avança no seu aperfeiçoamento. Prossegue o General:

A guerra é a grande propulsora das civilizações transcorrentes e da cultura geral. *Destrói para creações* maiores, mais vastas e mais sublimes do espírito humano, até que, numa raia longínqua e indefinida a que atingir o aperfeiçoamento da humanidade, *ella* se extinga, “*faute combattants*”. Será então, o fim da espécie, dentro dos insondáveis desígnios da Providência. É brutal, porém, incontroverso, e, nestas condições, é certo o conceito de Clausewitz, de que a guerra não é mais do que o prolongamento da política, por outros meios. (AN – FGM, SA 688-11, p. 448)

Para ele, a guerra era inevitável e o imperialismo era uma característica natural das nações ascendentes e em processo de desenvolvimento. Considerava que as nações fracas e despreparadas para a guerra estariam, portanto, condenadas a serem dominadas ou a desaparecer, vítimas do imperialismo das grandes potências. Acrescenta Góes Monteiro:

O forte civiliza porque ataca para se defender. O sábio é um forte que procura desvendar os enigmas da natureza. O fraco, o débil só pode aspirar à paz tumular, vencido pela sua própria vontade. O forte luta para viver e sobreviver na espécie. O fraco tende a desaparecer pelo imperativo da seleção natural. (AN – FGM, SA 688-6, p. 461)

Ainda alinhado ao pensamento Clausewitziano, considera Góes Monteiro que, sendo a guerra a luta entre duas vontades, quando uma destas ainda se manifesta ativamente, embora em condições de inferioridade àquela que lhe é oposta, é porque não se acha quebrada ou neutralizada, a ponto de ser considerada vencida. Ela está de pé, podendo revigorar-se e impor-se à outra vontade. Assim sendo, nada está acabado, sendo

necessário prosseguir até arrancar a submissão absoluta do adversário, desorganizando-o ou destruindo-o, para torná-lo de todo impotente, posto fora de causa definitivamente. Acrescenta o General:

Enquanto o adversário tiver capacidade para oferecer reações e prolongar a *lucta*, as alternativas desta podem mudar a face das *cousas* de um momento para outro, tanto mais em uma campanha com as características da *actual*, desdoblando-se debaixo de influências *psychológicas* e *materiaes*, por vezes bem desvantajosas e desconcertantes. (AN – FGM, SA 636-4, p. 572)

No que se refere à política, à luz da Doutrina Góes Monteiro, todo o Estado que espera ocupar e manter seu lugar ao sol, tem por base, forçosamente, a sua defesa. Nesta senda, a política que não se propuser a despertar e impulsionar as “forças vivas da Nação”, para as preocupações com a defesa, importará, mais cedo ou mais tarde, na tendência para a decomposição nacional e para a vida efêmera. Acrescenta o General:

Ninguém ataca o forte, o que estiver em guarda com a arma acerada, salvo se dispuser de forças superiores. Então, o Estado que estiver preparado para enfrentar a guerra, tem a sua salvaguarda garantida e está em condições de assegurar a paz mais facilmente. Todo sacrifício em favor da preparação para a guerra, redunda em afastar a probabilidade desta surgir. Enquanto perdurar *aquelle* estado *activo* e atento, resulta uma paz indefinida, uma tranquilidade geral e o desenvolvimento do trabalho. (AN – FGM, SA 688-25, p. 462)

Alinhado ao pensamento de Oliveira Viana, Góes Monteiro sugeria, para a solução das questões nacionais, um vasto elenco de medidas políticas que iam desde a promoção da indústria

nacional, até planos que envolviam a educação moral, cívica e física, a Imprensa e a organização sindical. Insistia no combate ao estadualismo, no reforço ao espírito de nacionalidade, na regulação da vida econômica, na reforma das instituições do Estado e lamentava não ter sido criado um partido social-nacionalista que fornecesse quadros para o Estado e guias para as massas.

Considera Prestes (1999, p. 13) que a Doutrina Góes incorporava as ideias provenientes das teorias corporativistas, coincidindo com as concepções adotadas pelos setores ligados à burocracia civil, em particular no que se refere à preocupação com a superação dos conflitos sociais e a consequente promoção da conciliação das classes. Para Góes Monteiro a questão social da época podia ter duas soluções: “uma, a materialista, defluente das teorias de Carl Marx e Engels; outra, a “christã”, deduzida da “*Encyclica De Rerum Novarum*” de Leão XIII”. (AN – FGM, SA 83-1-1, p. 807). Sobre este ponto, Góes assim se posicionava:

[...] A primeira solução, preconizada que foi pelo General Luiz Carlos Prestes, fez com que dele nos afastássemos. Ficamos com a segunda menos dolorosa e mais humana. [...] A segunda solução deu origem na Itália ao Fascismo, e em nosso País poderá resolver, criteriosamente conduzida, a questão social agora aberta pelo General Luiz Carlos Prestes. [...] Eduquemos, então, depois desta transformação social, o patriciado para que não explore e o proletariado para que se não deixe explorar, reservando ao Estado o papel de regulador do equilíbrio das classes, dentro da Nação. (AN – FGM, SA 83-1-1, p. 807-810)

Acrescenta, de modo bastante alinhado ao pensamento de Oliveira Vianna, que “a luta de classes é, hoje em dia, o expediente mais seguro e hábil para enfraquecer uma Nação, ativá-la à

mercê dos golpes do imperialismo tanto político e moral, como econômico e material”. (MONTEIRO, 1934, p. 129)

Para Góes Monteiro, um grave defeito da República brasileira era o modelo de federalismo adotado em 1891, que concedeu exagerada autonomia aos estados, solapando os fatores unitivos da Nação e impossibilitando a formação de um Estado Nacional forte. Considera o General que:

Foi a prática defeituosa de um regime inadequado que impediu a formação de uma ideologia nacional, que se manteve apenas por efeito das forças reflexas do passado, e não permitiu a organização da opinião pública, correspondente ao todo, isto é, à União, mas sim às partes constitutivas. O Brasil tornou-se, como já disse, um corpo sem alma e por isso “caiu como cai um corpo morto”. (MONTEIRO, 1934, 196-197)

Entende Suano (1999, p. 54) que, no momento em que Góes Monteiro acusa o federalismo como o fundamento dos males da República, faz isso tendo em mente que a política regionalista forjou no país um tipo de relacionamento político desprovido de qualquer sentimento de coletividade.

Entende o General que, certamente, todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário, facioso ou “tribul”, filiado a correntes antagônicas interesseiras. Acrescenta, ainda, que a ação da político-partidária, no Exército, resultou numa verdadeira devastação no organismo da Instituição.

No que se refere às Forças Armadas, preconiza a Doutrina que constituem a espinha dorsal do Estado, devendo ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes – muito bem caracterizados por Alberto Torres – capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional.

Entende Góes Monteiro que a segurança nacional é o problema nacional por excelência, acrescentando que:

Uma Nação que não se prepara para a guerra, é uma Nação falida, é uma Nação vencida por si mesma, é a aliada mais útil dos seus inimigos eventuais e prováveis. É uma aberração jurídica, uma *diathese* moral, que se pense contrariamente, ‘*in abstracto*’, e se procede na prática fora daquela contingência e conformidade. (AN – FGM, SA 688-11, p. 448)

Considera Góes Monteiro que a função governamental precípua não pode fugir a esse imperativo, “que os ideólogos e os filósofos contestam e incriminam, mas, que, tragicamente, na realidade domina e rege as relações humanas”. (AN – FGM, SA 688-11, p. 448). Acrescenta que a Nação nutre “ojeriza” quase invencível pelas coisas militares, os quais são vistos com indiferença, desconfiança e até hostilidade, sob o pretexto de conter orientação armamentista. De modo que “Ninguém se lembra de que a melhor maneira de pregar a paz – sempre tão desejada pelas inclinações e *tradicções* – é pregá-la com o apoio das armas, formula mais convincente e prática”. (AN – FGM, SA 636-9, p. 577)

A fim de superar este estado de coisas, sugere Góes Monteiro que é preciso investir de responsabilidade, de atribuições e de autoridade os órgãos do Alto Comando, a principiar pelo Conselho Supremo de Defesa Nacional, onde os governantes do país devem ficar, conforme as necessidades. Acrescenta o General: “Pôr um cérebro em pleno funcionamento é a melhor maneira de desfazer os equívocos e prevenções, as ideias errôneas e as fraudes que se têm espalhado sem rebuços nas esferas da política e dos negócios, nas esferas governamentais, nas camadas

sociais e até nos círculos militares”. (MONTEIRO, 1934, p. 143)

Assinala Góes Monteiro que da cooperação desses órgãos há de nascer, forçosamente, o conhecimento exato da nossa situação e as diretrizes mais certas para abordar e resolver, por etapas progressivas, a pluralidade dos problemas da nacionalidade. Prossegue o General:

São raras as nações que podem desenvolver ao máximo o seu potencial do tempo de paz, aproveitando a massa da sua população no serviço militar. Normalmente, conforme as circunstâncias imperativas, elas podem ter um pequeno exército de elite, fortemente equipado e dispondo de material suplementar para o primeiro choque, ou um grande exército de qualidade inferior. A primeira categoria parece convir melhor ao Brasil, desde que não despreze a questão da preparação, formação e emprego de reservas e dos quadros de complemento, pela educação e instrução sistemática da população como pela utilização eventual das indústrias aplicáveis à guerra. (MONTEIRO, 1934, p. 143-144)

Considera Pinto (2005, p. 96) que, com relação ao material, a prioridade de Góes Monteiro era a indústria bélica. A qualidade da tropa era um problema nacional, pois, em sua opinião, não podia haver Exército disciplinado em nação indisciplinada e o meio mais racional para disciplinar o povo seria utilizar os princípios da organização militar. A doutrina não escondia uma pretensão de moralizar e disciplinar a sociedade brasileira nos termos da formação militar, de modo que Góes Monteiro preconizava:

O meio mais racional de estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim, sobretudo, de disciplinar o povo e obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade

política, é justamente adotar os princípios de organização militar (...). (MONTEIRO apud SVARTMAN, 2006, p. 149)

Estas declarações de Góes Monteiro, conforme assinala Hayes (1991, p. 166), constituem a mais avançada expressão do conceito de “**Nação Armada**” (grifo nosso) desde que ele começou a ser formulado, no período colonial.

Entende Góes Monteiro que as Forças Armadas devem ser, fundamentalmente, “revolucionárias”, no sentido de transformação evolutiva, pelos processos mais racionais. Desse modo, poderão, em pouco tempo, estabelecer uma disciplina férrea, formar uma mentalidade saudia – pela seleção de valores reais e positivos – e introduzir medidas capazes de dotá-las de organização e dos recursos necessários, a serem progressivamente aumentados.

Preconiza a Doutrina que o Exército é um órgão essencialmente político e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, o potencial de guerra. Sendo, assim, “deve-se fazer a política do Exército e não a política no Exército”.

A política do Exército é a preparação para a guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — economia, produção e recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo.

Considera Góes Monteiro que é necessário dispor de um Exército forte para dar sustentação a um estado também forte. No entanto, adverte que não se trata de possuir, permanentemente,

grossos efetivos, mas apenas o necessário para a formação das reservas e um corpo técnico competente.

Góes Monteiro diagnostica a necessidade da revisão geral da organização do Exército. Adverte que a tarefa é hercúlea e que, antes de tudo, é preciso transformar ou criar os órgãos essenciais de direção, pois “sem funções cerebrais superiores”, o Exército, estará destituído de objetivos, sem finalidade lógica e sem compreensão das suas próprias necessidades. Deve considerar as anomalias existentes na Instituição, estabelecendo quanto ao pessoal medidas radicais de saneamento, de aperfeiçoamento e de equidade.

Para acabar com a desolação do Exército, considera a necessidade de se estabelecer uma lei de quadros (promoções e movimentação) que ofereça resistência ao arbítrio, ao “cortezanismo” e aos privilégios, para atender às necessidades reais do Exército. Devem, igualmente, ser modificados os processos de acesso aos diferentes postos e quadros do Exército, segundo bases racionais, que permitam a seleção de valores reais e evitem as influências corruptoras, sobretudo, as faciosas (revoltoso), as injustiças e o charlatanismo.

Considera Góes Monteiro que as dificuldades se acumularam a tal ponto, que será uma tarefa pesadíssima pretender com rapidez encerrar o capítulo de destruição e começar com energia o de reconstrução. Assim sendo, “Não será obra para um só homem, nem para um prazo certo. Ele terá de acompanhar, paralelamente, as reformas exigidas para a vida nacional, seguindo a sorte desta”. (MONTEIRO, 1934, p. 136)

A Era Vargas foi um período bastante favorável a essas mudanças e a Doutrina Góes Monteiro constituiu-se como importante vetor nesse processo.

A reorganização do Exército na Era Vargas

O Exército que emergiu da Revolução de 1930 era uma organização bastante fragmentada. Pelo menos duas clivagens percorriam a organização: uma horizontal, separando praças de oficiais; e outra vertical, separando interventionistas reformistas dos neutralistas, resultando em uma série de revoltas, levantes, conspirações, agitações, protestos coletivos e até mesmo greves.

Nesse contexto, urgia a tomada de medidas que reconstituísse a estrutura organizacional do Exército, que fora tão combalida, para o que muito contribuiu a ação político-militar do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, a quem podemos considerar um dos construtores do Exército pós-revolucionário.

O início da ação político-militar, pós-revolucionária, de Góes Monteiro, foi marcado pela sua iniciativa de criar o Clube 3 de Outubro, objetivando evitar a ação tenentista nos quartéis.

Merce destaque, ainda, a sua participação no combate à Revolução Constitucionalista de 1932, quando assumiu posição legalista, restabelecendo a disciplina formal e hierárquica nas Forças Armadas e assumindo o papel de promotor da sua homogeneização. Nesse novo quadro, passou a advogar a tese de que, para ter êxito, qualquer intervenção militar no cenário político nacional deveria ser conduzida e respaldada pela mais alta hierarquia das instituições militares, esgotando a mística tenentista.

A nomeação de Góes Monteiro para o Ministério da Guerra, em 1934, foi o ápice da recomposição do Exército, diante das inúmeras ameaças à hierarquia e à disciplina, surgidas após a Revolução de 1930. Esta reestruturação organizacional,

como preferimos chamar, foi objeto de intenso trabalho, que contemplou a homogeneização da tropa, a formação de um grupo hegemônico de oficiais na cúpula da Instituição, a restauração das estruturas de governança e a abertura da sociedade ao Exército. Esta tarefa foi complementada durante o Estado Novo, quando da passagem de Góes pela chefia do Estado-Maior do Exército (EME), de julho de 1937 a dezembro de 1943.

No plano organizacional, objeto primeiro do presente artigo, a reestruturação promovida, de modo geral, procurou homogeneizar a tropa e isolar o Exército das influências políticas e ideológicas externas, fechando o Exército à sociedade. Isso vem ao encontro do preconizado pela Doutrina Góes Monteiro de que: “Todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário, filiado a correntes antagônicas interesseiras, a cujo contato e serviço ele se inutiliza evidentemente, para o Exército, ou se transmuda em fator de indisciplina e dissociação deste”. (MONTEIRO, 1934, p. 134). Para tanto, foram criadas leis, visando fechar o Exército à sociedade, tornando-o menos vulnerável às pressões sociais.

Exemplo claro disso foi a Lei de Promoções de 1934, que buscava ajustar o mecanismo de acesso na hierarquia do Exército, evidenciando a preocupação com a eficiência e tendo como base critérios de merecimento, tempo de serviço na tropa, valor moral e a capacidade de ação do militar. O critério que presidiu a elaboração dessa Lei foi o mesmo da Lei de Movimentações dos Quadros, também de 1934, que visava valorizar os quadros, amortecendo a influência dos personalismos e aliviando os órgãos dirigentes de subalternas preocupações.

Outra medida importante para isolar a organização diz respeito à seleção e formação do corpo

de oficiais. Foram estabelecidas regras mais rígidas para o ingresso nas escolas preparatórias de cadetes e nos colégios militares, impondo-se restrições em relação à situação familiar dos candidatos, nacionalidade, religião, orientação política e condição moral. O objetivo era homogeneizar ideologicamente o oficialato e imunizá-lo contra doutrinas consideradas corrosivas à corporação.

A fim de cooperar com esse esforço, por iniciativa do EME, foi criada pelo decreto 1.833, de 24 de julho de 1937, a Inspetoria Geral do Ensino do Exército, para centralizar, coordenar e superintender todos os assuntos relativos aos estabelecimentos militares de ensino.

A transferência da Escola Militar para Resende, em 1944, foi um passo importante para que o Exército reforçasse o monopólio na formação profissional e política da nova oficialidade. O isolamento do centro político proporcionou o desligamento dos cadetes do mundo civil, para que se pudesse instituir nos corpos o absoluto espírito militar, ou seja, a identidade castrense. Este modelo converge com o pensamento de Góes Monteiro na formação da nova identidade militar, valorizando a hierarquia e a disciplina.

Ainda nesse contexto, leis e regulamentos foram reformulados, buscando aumentar o controle sobre a tropa. Como exemplo, pode-se destacar a própria Constituição de 1937, que proibia os militares de votarem. Com isso, o Exército estava livre da fragmentação ideológica; a sua unidade de doutrina estava consolidada; e o interesse geral da Instituição passou a ser definido juntamente com o Estado. Deste modo, desapareceu, totalmente, a ideia de Exército como vanguarda do povo.

A formação de um núcleo hegemônico de oficiais na cúpula dirigente do Exército, tendo

Góes Monteiro como um dos principais líderes, foi fundamental para a tarefa de reestruturação organizacional da Instituição. Ao assumir a chefia do Exército, em janeiro de 1934, Góes Monteiro estava movido por claras e fortes intenções de empreender uma evolução na Instituição, visando transformá-la em instrumento atuante na política nacional, sob a direção da alta hierarquia militar.

Acreditava Góes que o Exército deveria ter uma política própria no seu relacionamento com as demais instituições do País e que essa política deveria ser formulada, manifestada e posta em execução pelo Comando Superior da Força Terrestre, única e exclusivamente. Nesse contexto, só o Ministro da Guerra, como Chefe do Exército, devia falar e agir em nome da Instituição, evidenciado outro aspecto marcante da Doutrina Góes Monteiro que considera que: “Sendo um órgão essencialmente político, deve-se fazer a política do Exército e não a política no Exército.

Sob as ordens de Góes Monteiro, a Instituição se modernizou e a hierarquia se restabeleceu. Uma demonstração clara disso é que, depois de 1930, todas as ações político-militares ocorridas no País, com exceção da revolta de 1935, foram efetivadas pelos oficiais dos mais altos postos, não havendo mais espaços para o Tenentismo político. Em síntese, começou a história da ação político-militar de matriz institucional do Exército.

Outra importante contribuição de Góes Monteiro para a reestruturação organizacional do Exército foram as mudanças na Lei do Serviço Militar de 1934, que promoveu a abertura da sociedade ao Exército, tornando-o uma organização com canais mais abertos de entrada e saída.

Por meio dessa Lei, nas vias de entrada, o recrutamento e o sorteio passaram a atingir todas as camadas da população, com destacada contribuição

dos tiros de guerra, das escolas de instrução militar e das escolas de instrução militar preparatória. Contribuiu para isso, também, a obrigatoriedade do certificado de serviço militar para o exercício de cargo público, incorporado à Constituição de 1934, por insistência de Góes Monteiro. Apertava-se, assim, o cerco ao cidadão na busca do objetivo do serviço militar obrigatório, pessoal e universal, formando-se, assim, uma “Nação Armada”, consoante ao preconizado pela Doutrina Góes.

Não menos importantes foram as medidas nas vias de saída. O Exército, até então, recebia os soldados da sociedade e só os devolvia apenas por expulsão ou por final de carreira. Com o sorteio, isso foi progressivamente sendo alterado, passando a predominar no efetivo do Exército os soldados recrutas que serviam um ano e voltavam à vida civil. A formação de reservas de oficiais começou a ser feita nos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) e nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), obrigando os alunos de escolas superiores a cumprirem o serviço militar. O serviço militar passou a atingir todas as classes e os soldados passaram a ser treinados e devolvidos à sociedade, favorecendo à ampla penetração do Exército na sociedade, a qual podia melhor influenciar, também, dentro dos mesmos preceitos de “Nação Armada”, já descritos.

Outra medida importante para a reestruturação organizacional foi a restauração das suas estruturas de governança, aspecto este tão insistentemente debatido pela Doutrina Góes Monteiro, que assinalava que: “As vastas proporções do organismo que se tem em vista *crear* [...] exige que se procure assegurar os meios para a sua formação; *crear* os órgãos necessários à sua sub-

sistência e direção e regular as diretrizes da sua passagem do pé de paz para o de guerra”. Para isso, muito contribuíram as reformas do biênio de 1934-1935, pois o mecanismo do Exército passou a ser fixado em leis orgânicas, destinadas a durar longo tempo.

Desse modo, foi decretada a Lei de Organização Geral do Exército, fixando o conjunto de princípios a obedecer para dar efetividade à existência do Exército, estabelecendo a correlação entre as organizações de tempo de paz e de guerra e as linhas mestras da mobilização militar, para satisfação das finalidades precípuas da existência das Forças Armadas. O órgão central desse trabalho era o Estado-Maior do Exército, ficando as questões de caráter administrativo a cargo do Ministério da Guerra, cujo chefe, o Ministro, representa a Política do Governo.

Nesta mesma senda, foi decretada, ainda, em 1934, a Lei de Organização Geral do Ministério da Guerra, que deu ao Ministro, além de sua função política, o papel de coordenador da ação do comando e da administração do Exército. Por esta Lei, ficou estabelecido que o Chefe do Estado-Maior do Exército não era um mero dependente do Ministro da Guerra, mas um colaborador, possuindo responsabilidade exclusiva, sob certos aspectos, junto ao Governo.

A Lei de Quadros e Efetivos, de 1934, definiu a existência dos corpos de tropa, isto é, das unidades de armas e dos serviços, dos órgãos de comando, da administração, de instrução e dos diversos estabelecimentos que utilizam efetivos militares. Tais efetivos foram estabelecidos por triênio, visando dar estabilidade ao mecanismo de preparação das tropas do Exército.

Com base nessas mudanças, o Exército deixou de funcionar apenas como uma instituição

burocrática e começou a ganhar o perfil de uma verdadeira instituição militar.

Em dezembro de 1943, pressionado por força de acontecimentos políticos, Góes Monteiro deixou o EME. Em janeiro de 1944, embarcou para Montevidéu, na qualidade de Embaixador Extraordinário do Brasil junto ao Comitê de Emergência e Defesa Política da América. Na capital uruguaia, tomou conhecimento de várias ocorrências nos meios político e militar do Brasil, indicando que o Estado Novo começava a se desagregar.

Diante desses fatos, Góes retornou ao país, assumiu, novamente, o Ministério da Guerra e, face aos desdobramentos da crise, liderou o movimento que levou à deposição de Vargas, da Presidência da República. Assim, na madrugada do dia 30 de outubro de 1945, no Gabinete do Ministro Góes Monteiro, o Ministro José de Linhares foi empossado na chefia do Governo. Era o fim do Estado Novo. Estava declarado o “divórcio” da aliança vitoriosa, entre Vargas e as Forças Armadas, que guiou os destinos do Brasil, por 15 anos.

Conclusão

A deposição de Vargas foi o ápice da manifestação da Doutrina Góes Monteiro, no que se refere ao intervencionismo tutelar dos militares na política nacional. Representou o máximo da ação política da corporação, agindo em bloco e de forma institucional, alheia aos personalismos e individualismos dos seus integrantes. Góes Monteiro serviu de exemplo neste contexto, pois, diante da clara possibilidade de aproveitar-se do poder pessoal que detinha, naquela oportunidade, agiu em perfeita sintonia com a Doutrina que propagou dentro e fora do Exército.

A Doutrina Góes Monteiro foi um vetor fundamental no processo de reestruturação organizacional do Exército, durante a Era Vargas, estimulando a criação de estruturas institucionais adequadas; estabelecendo as condições para a formação de líderes, que fossem conscientemente socializados e doutrinados; isolando os líderes de seus seguidores, de modo a minimizar as pressões das bases; e aperfeiçoando mecanismos para blindar o Exército contra influências externas danosas.

O General Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi um personagem marcante da História brasileira, alguém com quem, certamente, as novas gerações do Exército têm muito a aprender. A existência do seu acervo pessoal, acessível ao público: no Arquivo Nacional, completamente microfilmado; no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), com boa parte disponível na internet; e no Arquivo do Exército, apresenta-se como ótima oportunidade para esse aprendizado.

O esquecimento a que Góes Monteiro é relegado, na atualidade, justifica-se pela interpretação ambígua que muitos têm da sua personalidade: “para os civis era um militar e, para os militares, agia como civil”. Conforme assinala Bretas (2008, p. 32-33): “O preço pago pelo sucesso de seu projeto militar foi a sua própria condenação como desviante, fator que Góes provavelmente não ignorava, pois mais de uma vez se referiu às próprias atitudes como destinadas a evitar que fatos semelhantes ocorressem no seio da organização”.

Por fim, cabe destacar que a Doutrina Góes Monteiro representa uma singular referência ao processo de transformação do Exército, na atualidade, quando este se prepara para enfrentar os desafios da Guerra do Futuro. 

Referências

Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 050-97, notação SA 636. **O Destacamento Marian- te no Paraná Occidental (reminiscências), jun. 1925, pelo Cap Góes Monteiro**, p. 574-578.

_____, microfilme 051-97, notação SA 688. **Texto de Góes Monteiro sobre a Revolução de 1932, p. 443-463.**

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Volume I. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

BRETAS, Marcos Luiz. **O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército**. Revista Militares e Política, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 31-61. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2008. <http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/Militares_e_Politica_LEM_P_n_02.pdf>. Acesso em: 13. Dez. 11, 17:20:00.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Versão Digital. Tradução para o inglês Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português CMG (RRM) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, 2010.

FREIXINHO, Nilton. **Instituições em crise: Dutra e Góes Monteiro**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1997.

HAYES, ROBERT AMES. **Nação Armada: a mística militar brasileira**. Tradução de Darcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1991.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. **Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a República Liberal-Oligárquica**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. Tradução Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército**. Editora Andersen, Rio de Janeiro, 1934.

_____. **Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas sobre necessidades inadiáveis do Exército**. Rio de Janeiro, 1934a. (Vol. XIV/15 e 17). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201934.01.18/2>>. Acesso em 08 dez. 11, 17:30:00.

_____. **Anexo à Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas sobre necessidades inadiáveis do Exército**. Rio de Janeiro, 1934b. (Vol. XIV/15 e 17). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201934.01.18/2>>. Acesso em 08 dez. 11, 17:30:00.

. **Estudo de Góes Monteiro sobre a capacidade, as necessidades e o objetivo do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: < http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=GV_Confid&pasta=GV%20confid%201938.02.07 >. Acesso em 08 dez. 11, 22:10:00.

PINTO, Sérgio Murilo. **A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo.** In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 14 set. 11, 20:15:00.

PRESTES, Anita Leocadia. **Anos 1930 no Brasil: a formação de uma burocracia civil e militar em crescente conflito com as oligarquias agrárias.** Rev. Eletr. Hist. do Brasil, Juiz de Fora, UFJF, v. 3, n. 1, jan./jul. 1999. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/rehb/files/2010/05/v3-n1-1999.pdf>>. Acesso em 13 dez. 11, 22:45:00.

RAMOS, Plínio de Abreu. **Pedro Aurélio de Góis Monteiro.** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2011. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 10 Set. 11, 15:30:00.

SUANO, Marcelo José. **Para inserir o Brasil no Reino da História: o pensamento político e militar do General Góes Monteiro.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRS, Porto Alegre, 2006.

TREVISAN, Leonardo. **O Pensamento Militar Brasileiro.** Digitalização: Nélson Jahr Garcia. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores, 2005. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 15 set. 11, 19:30:00.

A atuação da Guerra Cibernética como elemento multiplicador do poder de combate da Força Terrestre Componente em operações ofensivas

*Samuel Bombassaro Neto**

Introdução

A Guerra Cibernética (G Ciber) é definida como o uso ofensivo e defensivo de informações e de sistemas de informações que produzam efeitos nas capacidades de Comando e Controle (C2) do adversário, tais como exploração ou negação de dados (GUERRA CIBERNÉTICA, 2017). A revolução informacional, vivida desde meados da década de 70, elevou o domínio do campo virtual a uma nova condição, em especial quando relacionado aos assuntos de defesa e segurança. Assim, coube ao Exército Brasileiro (EB), da mesma forma, acompanhar essa evolução e traçar objetivos para desenvolver o seu setor cibernético.

O espaço cibernético é, hoje, uma valiosa fonte de informação em qualquer nível. Os ataques aos sistemas de tecnologia da informação e comunicações de um Estado soberano podem causar danos de grande vulto, como o ocorrido em outubro de 2017 aos Estados Unidos da América

(EUA), por parte de *hackers* norte-coreanos. (GAZETA DO POVO, 2017)

A Estratégia Nacional de Defesa (END), que teve a sua primeira versão confeccionada em 2008, é um documento governamental que busca operacionalizar os objetivos nacionais de defesa brasileiros, ou seja, tem por finalidade elencar as estratégias que devem nortear a sociedade como um todo na defesa do país (BRASIL, 2008). A revisão da END ocorre de quatro em quatro anos, sendo a sua última edição datada de 2016.

A END, desde a sua pioneira elaboração, definiu três setores tecnológicos essenciais para a defesa nacional: o espacial, o cibernético e o nuclear. Para cada um deles, o governo brasileiro atribuiu uma Força Armada responsável pelo seu desenvolvimento, sendo que o EB ficou incumbido do setor cibernético, deixando clara a importância que deve ser dada ao tema.

As ações no espaço cibernético possuem distintos níveis de atuação, desde o político até o tático, sendo este último o escalão no qual se enquadra a

* Maj Com (AMAN/2003, EsAO/12). Realizou o curso Básico de Guerra Eletrônica para Oficiais no Centro de Instrução de Guerra Eletrônica em 2006 e o curso de Comandante de Batalhão de Comunicações na República Federal da Alemanha em 2014. Atualmente, é aluno da ECeme.

G Ciber, gerando, assim, impacto nas operações das Forças Terrestres Componentes (FTC). A FTC, por sua vez, é o elo de ligação entre o nível operacional e tático, constituindo um comando operativo coordenador das operações terrestres e elemento essencial no combate moderno.

Ainda, o combate terrestre, como missão pré-cipua do EB e, por consequência, da FTC, pode ser conduzido por meio de ações ofensivas ou defensivas. De acordo com o manual de Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2014), as operações defensivas devem ser executadas até o momento em que se possa retomar a ofensiva, deixando claro que esta é a prioridade no emprego convencional da Força.

A FTC é o braço terrestre de um Comando Operacional, sendo responsável por assimilar os objetivos operacionais e, em última análise, cumprir a missão atribuída pelo escalão superior. E para desempenhar com sucesso essa atribuição, a FTC faz uso do poder de combate.

Segundo o Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015), o poder de combate é a capacidade geral de que dispõe uma organização para desenvolver o combate, sendo que a sua medida é flexível e envolve inúmeros fatores, como moral, meios disponíveis e valor do comandante. Mensurar o poder de combate de uma força, a exemplo da FTC, só tem sentido se for comparada com outro elemento, como um oponente.

Portanto, o poder de combate de uma FTC pode ser medido de inúmeras maneiras, possuindo fatores nem sempre fixos – até em função da sua constituição variável. Porém, um desses fatores que influencia de modo determinante o êxito da missão atribuída à Força Terrestre Componente, por ser um componente que permeia

transversalmente as diversas funções de combate, é a Guerra Cibernética.

Diante do cenário apresentado, o presente artigo se deparou com o seguinte problema – objeto de análise do tema desenvolvido –, o qual buscou responder, cientificamente, em que medida a Guerra Cibernética contribui para aumentar o poder de combate da Força Terrestre Componente em operações ofensivas.

A revolução tecnológica que elevou o espaço cibernético a uma condição ímpar quando relacionado a assuntos de defesa e segurança não passou despercebida pelo Exército Brasileiro, que vem explorando capacidades nessa área. Desse modo, a presente pesquisa visa contribuir com o estudo das formas de emprego da Guerra Cibernética diante desse novo cenário, com o intuito de ser aproveitada para futuros aperfeiçoamentos da atividade.

Os fundamentos da Guerra Cibernética

Para o completo entendimento do emprego da G Ciber é necessária a definição de alguns conceitos, pois existe uma variada amplitude de termos e definições relacionadas ao assunto.

O Glossário das Forças Armadas define a Guerra Cibernética da seguinte maneira:

Uso ofensivo e defensivo de informação e sistemas de informação para negar, explorar, corromper, degradar ou destruir capacidades de Comando e Controle do adversário, no contexto de um planejamento militar de nível operacional ou tático ou de uma operação militar. (BRASIL, 2015)

O mesmo conceito é aplicado no manual do Ministério da Defesa Doutrina Militar de Defesa Cibernética, o qual cita, ainda, que a denominação

Guerra Cibernética “será utilizada quando o nível de decisão considerado for o operacional ou tático”. (BRASIL, 2014)

A elucidação dos termos cibernéticos faz-se necessária porque existe um entendimento relativamente comum de que Segurança Cibernética, Defesa Cibernética e Guerra Cibernética atuam no mesmo campo, havendo somente uma variação de denominação. Porém, a nomenclatura determina, na realidade, em que nível decisório está ocorrendo a ação.

Assim, deve-se entender que as ações no Espaço Cibernético possuem denominações distintas de acordo com o seu nível de decisão, ou seja, conforme o seu grau de atuação. Tal distinção é importante porque define o seu espaço de ação e modifica o seu raio de ação. Nos níveis tático e operacional, num dos quais se insere a FTC, a denominação dada é Guerra Cibernética; no nível estratégico, chama-se Defesa Cibernética; e no nível político, Segurança da Informação e Comunicações e Segurança Cibernética. Assim, tem-se o esclarecimento do vínculo com o tema do presente artigo, ao enquadrar o assunto no âmbito da Força Terrestre Componente.

Ainda relacionado aos conceitos da G Ciber, tem-se a importante definição do que vem a ser o Espaço Cibernético:

Espaço virtual composto por dispositivos computacionais conectados em redes ou não, onde as informações digitais transitam e são processadas e/ou armazenadas. (BRASIL, 2017)

Esse é o ambiente no qual não somente a Força Terrestre Componente, mas grande parte das Forças Armadas, operam. A partir da Revolução Informacional¹, iniciada na década de 70, os sistemas passaram a adotar uma infraestrutura

digital para os seus diversos fins, ultrapassando as barreiras militares. Os chamados ativos de informação – meios utilizados para o trânsito de informações virtuais, englobando dispositivos, locais, equipamentos e pessoas – tiveram a sua relevância aumentada, sendo inseridos nas mais diversas camadas. O conjunto de ativos de informação que afeta diretamente a consecução e a continuidade da missão do Estado e a segurança da sociedade é denominado infraestrutura crítica da informação (BRASIL, 2017). E é exatamente esse nível de destaque que fez do campo cibernético uma das mais compensadoras áreas de atuação.

As infraestruturas críticas estão presentes em inúmeros setores, e permeiam basicamente todos os sistemas militares. O nível tático, como o de operação de uma FTC, também é composto por sistemas virtuais, muitos dos quais dependem de infraestruturas cibernéticas para operar, contribuindo para que o ambiente virtual deva ser tratado como crucial.

Um exemplo prático da integração entre as operações militares e o campo cibernético é o próprio fluxo de dados que existe dentro do canal de comando das frações. Os dados que transitam por esses meios, muitas vezes fundamentais para o êxito das ações, devem ser norteados pelo conceito da Segurança da Informação e Comunicações (SIC), que são:

[...] ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade de dados e informações.

2.3.14.1 Disponibilidade – propriedade segundo a qual a informação deve ser acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou por determinado sistema, órgão ou entidade.

2.3.14.2 Integridade – propriedade segundo a qual a informação não deve ser modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental.

2.3.14.3 Confidencialidade – propriedade segundo a qual a informação não deve estar disponível ou ser revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizados ou não credenciados.

2.3.14.4 Autenticidade – propriedade segundo a qual a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física ou por um determinado sistema, órgão ou entidade. (BRASIL, 2017)

Fica claro que os dados que transitam em um nível decisório tático, como o da FTC em operações, devem ser protegidos para que seja obtido sucesso na condução dessas operações militares, vinculando as ações oriundas das funções de combate, como manobra ou mobilidade, com as atividades da Guerra Cibernética.

Outro ponto de suma importância para que se possa integrar as ações cibernéticas às operações militares refere-se aos princípios de emprego da G Ciber, em número de quatro: princípio do efeito, princípio da dissimulação, princípio da rastreabilidade e princípio da adaptabilidade. Salienta-se que os princípios de guerra tradicionais são aplicados normalmente nas ações de G Ciber, assim como em atuações militares.

Segundo o manual de Guerra Cibernética (BRASIL, 2017), tem-se como definição do princípio do efeito que as ações cibernéticas devem produzir efeitos, ainda que não sejam cinéticos, de modo que se traduzam em vantagem estratégica, operacional ou tática que afetem o mundo real. Desse modo, os efeitos de uma atuação cibernética podem influenciar uma operação de diversas maneiras, seja no mundo virtual ou não.

O princípio da dissimulação define que todas as ações no mundo virtual devem ser compostas por medidas que busquem dificultar ou mascarar a rastreabilidade, ou seja, mascarar a autoria

e a origem dessas mesmas medidas, de modo que o oponente não identifique o cerne das ações.

Não menos importante é o princípio da rastreabilidade que, de modo oposto ao princípio da dissimulação, busca detectar a origem das ações contra sistemas virtuais amigos, por meio da exploração e análise de registros nos sistemas oponentes.

Finalmente, o princípio da adaptabilidade consiste “na capacidade da G Ciber de adaptar-se à característica de mutabilidade do espaço cibernético, mantendo a proatividade mesmo diante de mudanças súbitas e imprevisíveis”. (BRASIL, 2017)

Tem-se, portanto, que os princípios da G Ciber são vetores fundamentais e balizadores de como devem ser empregadas as operações cibernéticas, de modo a contribuir para o sucesso da missão militar.

A G Ciber, ainda, possui características peculiares que lhe conferem um patamar diferenciado nas operações militares, sendo imprescindível para a compreensão do seu apoio nas operações militares. Dentre essas características, uma das mais relevantes é a do alcance global, qual seja o de não possuir limitações físicas de espaço e distância, podendo atuar em escala global e de modo simultâneo. O alcance global confunde-se com a vulnerabilidade das fronteiras geográficas – outra característica cibernética –: agentes podem atuar de qualquer lugar, gerando efeitos em qualquer local. Outra característica de importância é a dualidade, ou seja, uma mesma ferramenta de proteção cibernética pode, também, ser utilizada para um ataque cibernético.

Duas características da G Ciber possuem especial importância em ações militares: a percepção de que ações cibernéticas não são um fim em si mesmas, sendo uma ferramenta de apoio às operações; e a assimetria, cuja definição demonstra que

as ações virtuais podem ser um ponto de ruptura e causar prejuízos tão grandes quanto aqueles causados por partes com maior poderio econômico.

Com o panorama da Guerra Cibernética desenhado, pode-se entender com maior clareza as possibilidades de suas ações, descritas abaixo:

2.6.1 São possibilidades da guerra cibernética:

- a) atuar no espaço cibernético, por meio de ações ofensivas, defensivas e exploratórias;
- b) cooperar na produção do conhecimento de inteligência por meio dos dados obtidos na fonte cibernética;
- c) atingir sistemas de informação de um oponente sem limitação de alcance físico e exposição de tropa;
- d) cooperar com a segurança cibernética, inclusive de órgãos externos ao Ministério da Defesa, mediante solicitação ou no contexto de uma operação;
- e) cooperar com o esforço de mobilização para assegurar a capacidade dissuasória da guerra cibernética;
- f) facilitar a obtenção da surpresa, com base na exploração das vulnerabilidades dos sistemas de informação do oponente;
- g) realizar ações contra oponentes com poder de combate superior; e
- h) realizar ações com custos significativamente menores do que aqueles envolvidos nas operações militares nos demais domínios. (BRASIL, 2017)

Verifica-se que o raio de atuação cibernético é imenso, e que as suas ações podem ser incluídas em inúmeras atividades, incluindo as operações militares. Desse modo, a atividade de G Ciber pode causar efeitos em vários escalões, particularmente no enquadramento da FTC – nível tático.

Ainda assim, existem algumas limitações quanto ao emprego da G Ciber, haja vista a própria natureza técnica da atividade. A dificuldade de identificação da origem e atribuição de respon-

sabilidades por ataques cibernéticos é um dos exemplos mais característico dessas limitações, já que existem numerosos métodos que visam prejudicar o rastreamento de ações desse tipo.

Há também uma grande dificuldade na eficácia de ações cibernéticas defensivas. Tal situação decorre do fato de que os sistemas computacionais não permitem a completa eliminação de suas vulnerabilidades, existindo apenas um maior ou menor grau de segurança de acordo com as medidas defensivas adotadas; em suma, não é possível conceber qualquer sistema digital plenamente seguro.

Finalmente, a própria velocidade da evolução tecnológica dos meios cibernéticos é considerada uma limitação para o emprego da G Ciber. A rapidez da modernização dos sistemas exige que os recursos humanos que atuam no espaço cibernético estejam em constante atualização e treinamento; do mesmo modo, os meios de tecnologia da informação necessitam ser frequentemente substituídos, evitando a sua obsolescência e mantendo a sua eficácia.

Entende-se por capacidade operativa, dentro do contexto da G Ciber, a “aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa” (BRASIL, 2017). Dessa maneira, a guerra cibernética, na sua conjuntura militar, possui as seguintes capacidades operativas: Proteção Cibernética, Ataque Cibernético e Exploração Cibernética.

Na atividade de ataque cibernético, as tarefas ocorrem em sequência, sendo por essa característica conhecidas como as fases do ataque cibernético. Ainda, as ações demandadas em cada uma das tarefas são condutas técnicas, variando em grau de complexidade, e são detalhadas em manuais técnicos das atividades de G Ciber.

Destarte, constata-se que as capacidades operativas da G Ciber podem atuar de diferentes maneiras e em distintas vertentes da informação dentro das operações militares, de modo a colaborar com o êxito da missão.

Poder de combate

O Glossário das Forças Armadas (2015) define como poder de combate “a capacidade global de uma organização para desenvolver o combate, a qual resulta da combinação de fatores mensuráveis e não mensuráveis que intervêm nas operações, considerando-se a tropa com seus meios, valor moral, nível de eficiência operacional atingido e o valor profissional do comandante. Sua avaliação é relativa, só tendo significação se comparada com o do oponente”.

Fica claro, na definição acima, que o poder de combate exige a análise de uma série de fatores não descritos, e que a sua medida só é possível quando comparada à de outra parte.

A Estratégia Nacional de Defesa brasileira (BRASIL, 2008) confere especial destaque ao poder de combate, ao citar o termo em várias oportunidades, particularmente ao referir-se às características doutrinárias do Exército Brasileiro, conforme a seguir.

A modularidade confere a um elemento de combate a condição de, a partir de uma estrutura básica mínima, receber módulos que ampliem o seu poder de combate [...]

A elasticidade, por sua vez, é a característica que, dispondo uma força de adequadas estruturas de comando e controle e de logística, lhe permite variar o poder de combate pelo acréscimo ou supressão de estruturas [...] (BRASIL, 2008)

Já o manual de Fundamentos – Doutrina Militar Terrestre (2014) procura particularizar e tornar mais tangível o conceito de poder de combate, incluindo a palavra “terrestre” ao final do termo. Assim, tem-se o poder de combate terrestre, o qual é composto por oito elementos essenciais: Liderança, Comando e Controle, Informações, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Logística e Proteção.

Das assertivas acima pode-se inferir que o poder de combate está presente em todos os escalões, sendo que os meios que compõem a estrutura que irá atuar em proveito da missão são fundamentais para definir o quanto poderoso é esse poder de combater. Salienta-se que a força combativa é composta pelos elementos essenciais citados anteriormente, os quais possuem íntima ligação e podem ser influenciados pela guerra cibernética.

Ao entender os conceitos básicos de poder de combate, é promovido o estudo de como esse poder é gerado. No âmbito da Força Terrestre Componente (FTC), o manual EB20-MC-10.301 – A FTC nas Operações destaca que a geração do Poder de Combate possui como finalidade “permitir que as operações táticas previstas no Plano de Operações da FTC possam ser desencadeadas no prazo previsto”. (BRASIL, 2014)

O manual também salienta que a FTC possui o desafio de ser composta – já que a mesma é flexível – por elementos que tenham a capacidade de cumprir a missão atribuída. Para tanto, após a definição da organização da Força Componente, esses elementos são deslocados estratégicamente para poder exercer a sua atuação de modo eficaz.

As etapas da geração do poder de combate da FTC, conforme o manual doutrinário citado

acima, são três: a fase de Atividades Preliminares, a fase de Concentração Estratégica e a fase de Desdobramento.

Na etapa de Atividades Preliminares, são executadas ações que permitem aos meios ou unidades que foram selecionados para comporem a FTC ficarem em condições de realizarem o seu deslocamento para o Teatro de Operações (TO) ou Área de Operações (A Op). É nessa fase que são definidos os elementos que serão empregados para que seja cumprida a missão, de modo a atingir-se o Estado Final Desejado.

Já na fase da Concentração Estratégica, os meios ou unidades são deslocados para o Teatro de Operações / Área de Operações, estando intimamente ligados à função de combate Movimento e Manobra, bem como a Logística.

Finalmente, na etapa do Desdobramento ocorre o “movimento dos elementos de emprego (pessoal e material, já devidamente integrados nas suas unidades) da área de concentração estratégica (ou aquartelamento, no caso das unidades que já se encontram no interior do TO / A Op) até as suas Zonas de Reunião ou bases de combate. Consiste, ainda, na integração de novos meios aos elementos de emprego, sendo que ao final a FTC estará pronta para iniciar as operações” (BRASIL, 2014). Percebe-se que, nesse momento, é possível que poder de combate seja agregado à FTC, a exemplo de frações de G Ciber que possam incorporar os seus elementos que atuarão junto da Força Componente.

Nesse sentido, tem-se que a fase de geração de poder de combate de uma FTC, em que são agregadas tropas com capacidades diversas e complementares, é primordial para que se ob-

tenha êxito na missão atribuída, sendo que a G Ciber é capaz de contribuir sobremaneira para essa mesma etapa do processo.

A Força Terrestre Componente em operações ofensivas

Primeiramente, o Manual de Campanha Força Terrestre Componente (2014) traz como definição de FTC “o comando singular responsável pelo planejamento e execução das operações terrestres, no contexto de uma operação conjunta. Possui constituição e organização variáveis, enquadrando meios da Força Terrestre adjudicados ao Comando Operacional, bem como de outras Forças Singulares necessários à condução das suas operações”.

O conceito define uma questão de importância crucial: a FTC não possui organização fixa, sendo que ela deve ser composta pelos meios que melhor atendam o cumprimento da missão atribuída. Isso explica a sua composição flexível, o que gera implicações na estrutura da Força Singular, inclusive na área da cibernética. Como exemplo, uma FTC pode enquadrar Grandes Comandos operativos (Divisões de Exército), Grandes Unidades (Brigadas) ou até mesmo unidades e subunidades independentes empregadas.

Assim, tem-se que uma FTC pode participar de vários tipos de operações, dentre as quais destacam-se as Operações Ofensivas (Op Of). Esse tipo de operação é caracterizado, de acordo com o Manual de Campanha Operações Ofensivas e Defensivas, por uma “ação decisiva de emprego da força militar no campo de batalha, para impor a nossa vontade sobre o inimigo que se concentra para o combate de alta intensidade, representando o melhor caminho para se obter a

vitória” (BRASIL, 2017). Nota-se que é o tipo de operação que deve ser privilegiada, pois sempre trará, de acordo com a doutrina, os melhores resultados para quem as tiver executando.

Verifica-se que os objetivos das Op Of são extremamente variados e demandam uma ampla diversidade de ações, desde aquelas mais voltadas para um caráter bélico até as direcionadas para dissimulação. Dessa maneira, já é possível visualizar que a G Ciber pode contribuir com diferentes intensidades sobre esse tipo de operação, considerada prioritária sob a ótica doutrinária.

Tem-se, portanto, que as Operações Ofensivas, por serem ações que possuem prioridade e constituem-se das formas fundamentais de atuação de uma Força Armada, necessita de um amplo poder de combate para o cumprimento de suas missões. Esse poder de combate pode ser aumentado, em várias situações, pelo emprego da Guerra Cibernética, que irá variar a constituição de seus elementos apoiadores na medida do Estado Final Desejado a ser atingido pela força, em especial pela Força Terrestre Componente.

Para melhor entendimento do emprego da G Ciber dentro da FTC, faz-se necessário entender a organização da mesma. O comando da Força Terrestre Componente possui o seu Estado-Maior (EM) dividido em diversas seções afetas às áreas de interesse, dentre as quais a célula de Comando e Controle – que irá contribuir diretamente com o assessoramento no campo cibernético.

Portanto, a FTC já faz uma previsão de elementos de Operações Cibernéticas em sua estrutura, inseridos dentro da célula de Comando e Controle da Força Singular. A alimentação desse elemento, com informações que possam ser

pertinentes para o EM da FTC, será realizada pelas demais estruturas existentes na própria organização dos meios, quando disponíveis.

Destarte, quando for ativada a Estrutura Militar de Defesa, a FTC será apoiada por uma estrutura de G Ciber. Essa estrutura engloba elementos de vários meios e com capacidades diferenciadas, sendo flexível e feita “sob medida” para a missão designada. Os elementos cibernéticos que a compõem também variam de acordo com a demanda, podendo ser, por exemplo, um batalhão ou somente uma turma dessa mesma unidade.

Apura-se, também, que cada elemento possui capacidades operativas distintas, com destaque para o Batalhão de Guerra Eletrônica, capaz de desempenhar as três capacidades: ataque cibernético, proteção cibernética e exploração cibernética.

A G Ciber, no contexto da FTC, possui um emprego singular nas operações ofensivas. Segundo o Manual de G Ciber (2017), nesse tipo de operação crescem de importância as ações de ataque e de exploração cibernética. Ainda, “em coordenação com os fogos e com a guerra eletrônica, deve-se elaborar uma lista de alvos cibernéticos (LIA Ciber) e uma lista priorizada de alvos cibernéticos (LIPA Ciber)”.

Um detalhe primordial é que as tarefas de ataque cibernético, como reconhecimento (investigação em fontes abertas para obter informações sobre o alvo), escaneamento (encontrar falhas na proteção cibernética do alvo) e exploração de vulnerabilidades, podem ser realizadas em apoio às operações da FTC, sendo integradas com as diferentes funções de combate.

Outra característica de ação cibernética de uma FTC em Op Of é a execução de tarefas ofensivas que procurem prejudicar o funcionamento de infraestruturas oponentes ou negar serviços

do mesmo, dentro da sua zona de ação. Além disso, a exploração cibernética poderá atuar de modo a contribuir na produção de dados para a inteligência de fonte cibernética.

Por fim, as ações de proteção cibernética, desempenhada por todos os elementos cibernéticos previstos para atuarem dentro da FTC, possuem caráter permanente em todas as fases da operação, de modo a garantir o funcionamento eficaz dos sistemas de informação durante todo o período da missão.

Conclusão

A Guerra Cibernética é, indubitavelmente, um dos novos domínios do campo de batalha, que tradicionalmente eram compostos pelos segmentos terrestre, marítimo e aéreo. A espaço virtual tornou-se, sem sombra de dúvida, imprescindível para as operações em qualquer nível ou escalão de atuação. Assim, torna-se imperioso que a Guerra Cibernética seja analisada sob uma ótica especializada e capaz de extrair todos as vantagens que o seu emprego possa garantir ao seu usuário.

Salienta-se que a G Ciber pode contribuir com o poder de combate, já que cada operação possui finalidades distintas, gerando reflexos também diferenciados quando apoiados por elementos ou meios cibernéticos.

Foi verificado, particularmente na FTC, que a célula de Comando e Controle dessa força singular possui elementos de G Ciber em sua composição. Essa célula é o elo com a Força Conjunta de G Ciber, outra estrutura que é ativada quando da concepção da Força Terrestre Componente. Esta estrutura pode variar, podendo ser um Batalhão de Guerra Eletrônica, um Batalhão de

Comunicações, um Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica, um Batalhão de Inteligência Militar, uma Companhia de Comando e Controle ou uma Companhia de Comunicações. Assim, cada uma dessas tropas possui capacidades cibernéticas específicas, englobando ataque, proteção e exploração no campo cibernético.

Desse modo, é possível realizar uma relação entre o que a estrutura cibernética, que é composta “sob medida” para a missão a ser cumprida pela FTC, pode oferecer ao comando enquadrante e os seus efeitos sobre os meios disponíveis, como organizações militares que atuarão como elementos de combate ou serão empregadas em primeiro escalão. Essa relação modifica o poder de combate da força empenhada, gerando aumento desse mesmo poder.

As estruturas que são adjudicadas para uma operação ofensiva, como um Batalhão de Comunicações ou uma Companhia de Guerra Eletrônica, possuem capacidades ímpares aptas a incrementar o poder de combate de uma tropa.

Assim, pode-se concluir que a Guerra Cibernética, dada a sua dimensão e a sua capacidade de ampliar capacidades já existentes na estrutura de uma Força Terrestre Componente em operações ofensivas, contribui decisivamente para a multiplicação do poder de combate.

Dessa maneira, algumas práticas podem ser visualizadas como adequadas na utilização da G Ciber em uma FTC. Do estudo, constatou-se que o melhor aproveitamento de frações cibernéticas ocorre com a centralização dos seus meios, gerando maior capacidade de atuar com as diversas demandas advindas dos escalões subordinados. Assim, infere-se que o emprego mais eficaz

dessas frações ocorre no nível Divisão de Exército ou da própria Força Terrestre Componente, integrando organizações especializadas, tais quais o Batalhão de Guerra Eletrônica, o Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica e o Batalhão de Comunicações.

Existem, ainda, outras organizações militares que possuem capacidades cibernéticas, obviamente em escala reduzida, como a Companhia de Comando e Controle e a Companhia de Comunicações. Salienta-se que as próprias frações integrantes da FTC, ainda que não possuam elementos específicos de G Ciber, podem realizar medidas preventivas de proteção cibernética, consideradas mais simples, contribuindo com o poder de combate do escalão considerado.

Ficou explícita a contribuição da G Ciber nas diversas operações ofensivas que podem ser atri-

buídas a uma FTC. A potencialização do poder de combate ocorre ao facilitar o atingimento de objetivos inerentes àquelas ações. Como exemplo: em uma marcha para o combate, que tem por objetivo a obtenção ou restabelecimento do contato com o inimigo, é fundamental a obtenção de informações sobre o oponente, de modo a evitar a surpresa e canalizar esforços.

Por fim, a Guerra Cibernética surge como um elemento capaz de incrementar sobremaneira o poder de combate de um determinado escalão, produzindo efeitos que contribuem de forma significativa para o acréscimo de novas capacidades para a Força Terrestre Componente. Desse modo, tanto os meios quanto os recursos humanos especializados em G Ciber constituem-se em relevantes aportes para a FTC desenvolver ações ofensivas no combate moderno.



Referências

- BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF. 2014a.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Força Terrestre Componente**. 1. ed. Brasília, DF. 2014.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Força Terrestre Componente nas Operações**. 1. ed. Brasília, DF. 2014.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército**. 5. ed. Brasília, DF. 2018.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Guerra Cibernética**. 1. ed. Brasília, DF. 2017.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Operações**. 5. ed. Brasília, DF. 2017.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Operações Ofensivas e Defensivas**. 1. ed. Brasília, DF. 2017.
- _____. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa Cibernética**. 1. ed. Brasília, DF. 2014.
- _____. Ministério da Defesa. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. 3. ed. Brasília, DF. 2008.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME.** – Rio de Janeiro, 2012.

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES. **O Comunicante Revista Científica Volume 7 Nr 2.** Brasília, DF. 2017.

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES. **O Comunicante Revista Científica Volume 7 Nr 3.** Brasília, DF. 2017.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007.

Notas

¹ Também conhecida como Terceira Revolução Industrial, pode ser resumida na adoção sistemática e progressiva de tecnologias avançadas no sistema de produção industrial, tendo o seu início liderado pelos Estados Unidos da América.

O emprego dual da Aviação do Exército em situações de guerra ou não guerra e as capacidades requeridas para as Operações no Amplo Espectro

*Marcos Peres de Castro**

Introdução

Aviação do Exército (AvEx) brasileiro foi recriada no ano de 1986, utilizando estritamente aeronaves de asas rotativas, objetivando proporcionar aeromobilidade à Força Terrestre. Fundamentada nos combates ocorridos na década 70 no Vietnã, no qual o vetor aéreo foi largamente empregado no transporte de tropas, a força de helicópteros do Exército nasce para o emprego nas operações de guerra.

A partir da década de 90, o Brasil busca aumentar sua visibilidade no âmbito da comunidade internacional, sediando reuniões, competições e conferências de cunho internacionais, com presença de diversos Chefes de Estado. Paralelamente, desde o período supracitado até os dias atuais, ocorre o fortalecimento do crime organizado no país, bem como o enfraquecimento dos órgãos de Segurança Pública dos Estados Federativos do Brasil.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro tem sido constantemente empregado na segurança de grandes eventos internacionais, bem como no reforço a segurança pública dos estados, quando requisitado, cumprindo com suas missões de defesa da Pátria, de garantia dos poderes constitucionais e a manutenção da lei e da ordem, descritas na Constituição Federal de 1988.

O emprego do Exército Brasileiro se desenvolve em todo o espectro de conflitos (amplo espectro).¹ As operações podem ocorrer em situações de guerra ou não guerra, e o fator determinante entre os dois será o nível de engajamento da Força Terrestre.

5.3 O Emprego da Força Terrestre

5.3.1 O emprego da F Ter pode ocorrer nas seguintes situações:

- a)** De Guerra – são aquelas que empregam o Poder Nacional, com predominância da Expressão Militar, explorando a plenitude de suas características de violência na defesa da Pátria, no amplo espectro dos conflitos.

* Maj Cav (AMAN/01, EsAO/10). Realizou o Curso de Piloto de Aeronaves em 2006 e o Curso de Piloto de Combate em 2008 no Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx). Foi instrutor do CIAvEx de 2011 a 2014. Atualmente, é aluno da ECEME.

b) De Não Guerra – quando o Poder Nacional, com predominância da Expressão Militar, for empregado sem implicar em ações de efetivo combate, exceto em circunstâncias especiais, onde o poder de combate é usado de forma limitada, em situação de normalidade institucional ou não, na garantia dos poderes constitucionais, garantia da lei e da ordem, prevenção de ameaças, gerenciamento de crise e na solução de conflitos. (EB20-MF-10.102, 1º Ed, 2014 - Doutrina Militar Terrestre; p.5-2)

O Exército Brasileiro tem empregado suas tropas em operações de situação de normalidade institucional ou não, na garantia dos poderes constitucionais, garantia da lei e da ordem, prevenção de ameaças e gerenciamento de crise (situação de não guerra), alternando com operações ofensivas e defensivas (situação de guerra) em ambientes operacionais simulados. A Aviação do Exército, como elemento de combate de emprego específico, tem atuado em todas as operações desenvolvidas, permeando a situação de guerra e não guerra de forma concomitante.

De acordo com o emprego da Força Terrestre, o Exército tem buscado um Planejamento Baseado em Capacidades² (PBC). O desenvolvimento de capacidades específicas permite a atuação objetiva e precisa nas operações desenvolvidas, aprimorando resultados, minimizando riscos e efeitos adversos.

Capacidade é a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. (EB20-MF-10.102, 1º ed, 2014 - Doutrina Militar Terrestre; p. 3-3)

Nesse sentido, uma capacidade é efetivada a partir do desenvolvimento e aplicação dos seguintes

fatores: doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (DO-AMEPI). A aplicação do poder de combate das aeronaves de asas rotativas do Exército e a prontidão operativa necessária estão correlacionados com os fatores descritos anteriormente. O correto desenvolvimento e a geração de capacidades permitirão a atuação de determinada fração (equipamentos e pessoal) em diferentes ambientes operacionais, atuando de forma flexível, adaptável, modular, maleável e sustentável em qualquer situação que se apresente (conceito “FAMES”).

O ambiente operativo e suas restrições

Uma Aviação do Exército, que pretende auferir resultados positivos no momento que for empregado, deve se preocupar não apenas em possuir os meios adequados, mas também compreender o seu emprego, possuindo preparo específico considerando o ambiente operacional.

O ambiente dos conflitos modernos, nos quais a presença de atores civis é uma realidade, sinaliza a necessidade de desenvolvimento do conhecimento do emprego integrado, coordenado e, sempre que possível, cooperativo com diferentes atores presentes no espaço de batalha:

4.6.1.4 O Caráter Difuso das Ameaças

4.6.1.4.1 Nas últimas décadas, apesar da ocorrência de conflitos bélicos com o empenho de numerosos efetivos, a declaração formal de guerra entre Estados deixou de ser a regra. Em um ambiente de incertezas, passou a ser mais difícil a identificação do adversário dominante, regular ou não.

4.6.1.4.2 A crescente proeminência de grupos transnacionais ou insurgentes, com ou sem apoio político e material de países, ampliou o caráter difuso das ameaças a serem enfrentadas

com o emprego de forças de Defesa. (EB20-MF-10.102, 1º Ed, 2014 - Doutrina Militar Terrestre; p.4-6)

Ademais, a dimensão humana, fator preponderante na condução das operações militares no ambiente de Amplo Espectro, levará em consideração o fato de que:

As sociedades tornaram-se mais conscientes quanto ao custo da alternativa bélica na solução dos conflitos – tanto em vidas humanas, quanto em recursos de toda ordem. Aspectos relacionados à dimensão humana (atividades, ações, comportamentos e peculiaridades de indivíduos ou grupos humanos) têm conduzido a significativas mudanças na atuação do combatente e na forma de lidar com a população das áreas conflagradas, com reflexos não só no armamento e equipamento empregados, mas também na natureza e no adestramento da tropa empregada. (Base para a transformação da Doutrina Militar Terrestre, 2013; p.9-32)

De 2008 a 2018, o Exército Brasileiro e a Aviação do Exército têm atuado de forma ininterrupta nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), inseridas no amplo espectro dos conflitos e na situação de Não Guerra (vide tabela 1).

COMANDO MILITAR DE ÁREA	GLO (QTDE)
Comando Militar da Amazônia	39
Comando Militar do Norte	2
Comando Militar do Nordeste	35
Comando Militar do Leste	65
Comando Militar do Sudeste	6
Comando Militar do Oeste	14
Comando Militar do Sul	4
Comando Militar do Planalto	15

Tabela 1 – Emprego nas operações de GLO por Comando Militar de Área (2008-2018)

Fonte: palestra ministrada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Importante identificar as dessemelhanças no emprego da Força Terrestre no combate urbano em áreas densamente povoadas de uma situação de guerra, para uma situação de não guerra, na qual as regras de engajamento, o emprego de armamentos e os efeitos colaterais admissíveis são imensamente distintos. Quando o combate ocorre no meio do povo:

O povo, nas cidades, nas vilas, nas ruas e em sua casa – todas as pessoas, em qualquer lugar – pode encontrar-se no campo de batalha. Os combates podem travar-se contra grupos de inimigos formados e reconhecíveis que se movimentam entre civis, contra inimigos disfarçados de civis e – com e sem intenção – contra civis. (SMITH, 2008, p. 325)

O emprego da Aviação do Exército em áreas excessivamente urbanizadas impõe a necessidade de planejamento a nível operacional e tático pormenorizado (considerações civis), bem como a análise minuciosa dos fatores da decisão, delineando a forma de atuação dos meios aéreos. Assim sendo, as operações urbanas estão correlacionadas diretamente com o combate em áreas humanizadas, definida da seguinte forma:

4.6.1.2 O Combate em Áreas Humanizadas

4.6.1.2.1 O ambiente operacional tornou-se congestionado, uma vez que as operações tendem a ser desenvolvidas prevalentemente em áreas humanizadas ou no seu entorno. A presença da população e de uma miríade de outros atores dificulta a identificação dos contendores e aumenta a possibilidade de danos colaterais decorrentes das operações militares. Isso não quer dizer que a letalidade de um exército deva ser reduzida, mas que ela deve ser seletiva e efetiva. Somado aos aspectos da dimensão humana, esse fator impôs que as “Considerações Civis” assumissem a condição de fator preponderante para a tomada de decisão em todos os

níveis de planejamento e condução das operações. (EB20-MF-10.102, 1º Ed, 2014 - Doutrina Militar Terrestre; p.4-5)

Do exposto anteriormente, o emprego de vetores aéreos de asas rotativas nas principais operações de Não Guerra, especificamente na Garantia da Lei e da Ordem, elenca inúmeras restrições e particularidades no uso da força. As técnicas e táticas de emprego das aeronaves assemelham-se ao combate em área urbana, porém as particularidades existentes demandam doutrina, adestramento, material e educação diferenciados.

Capacidade para atuação em situação de guerra e não guerra

Aviação do Exército engloba diversas Capacidades Militares Terrestres (CMT) e Capacidades Operativas (CO) expostas no Catálogo de Capacidades do Exército Brasileiro. As inúmeras missões previstas na Base Doutrinária de um Batalhão de Aviação do Exército abarcam Capacidades Militares Terrestres de Superioridade de Enfrentamento, Apoio aos Órgãos Governamentais, Comando e Controle e Interoperabilidade, possibilitando uma grande variedade de Capacidades Operativas (ex: CO 03 - Prontidão, CO 7 - Manobra, CO 12 - Atribuições Subsidiárias, CO 17 - Consciência Situacional, dentre outras).

A partir da missão precípua da Aviação do Exército, o conceito de aeromobilidade é fundamental para o entendimento das capacidades requeridas para as operações de emprego de guerra e não guerra.

2-3. Aeromobilidade

a. É o sistema operacional que permite aos comandantes, nos diversos níveis e áreas de atividade, a ampliação da área de interesse

para a manobra terrestre, na qual irão executar as suas ações. Possibilita, ainda, a flexibilidade e a prontidão de respostas exigidas pelo combate moderno.

b. A Av Ex proporciona aeromobilidade orgânica à F Ter, coordenando seu emprego com os órgãos e elementos integrantes do sistema operacional de defesa antiaérea e com a Força Aérea (F Ae). (IP 1-1, 1º Ed, 2000 – Emprego da Aviação; p. 2-2)

A Aviação do Exército (AvEx) está inserida nas Operações Complementares, normalmente no contexto de operações básicas. Para a AvEx, as operações básicas são desenvolvidas nas Operações Aeromóveis:

4.2.1 É aquela realizada por força de helicópteros ou força aeromóvel (tropa embarcada em aeronaves de asa rotativa), visando ao cumprimento de missões de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, em benefício de determinado elemento da F Ter.

4.2.2 Assegura vantagem tática para as forças terrestres. Contribui para a conquista de objetivos profundos, para o flanqueamento ou para o envolvimento de posições inimigas, apoia missões de reconhecimento, vigilância e segurança, dentre outras. (EB70-MC 10.223, 5º Ed, 2017 - Operações, 2017, p.4-2)

De forma abreviada, será analisada a geração de capacidades para atuação de Guerra e Não Guerra dos meios de asas rotativas do Exército, englobando praticamente a totalidade de atitudes que devem ter as unidades para obter um efeito operacional e tático no Teatro de Operações.

Importante destacar que as Operações Aeromóveis, conforme a documentação doutrinária, permitem a condução das frações de helicópteros no Amplo Espectro, abarcando inúmeras missões de combate, apoio ao combate e apoio

logístico. Contudo as técnicas, táticas e procedimentos para a situação de Guerra e Não Guerra tornam-se distintas, exigindo o desenvolvimento de doutrina, adestramento e educação distintas (ex: comando e controle com o sistema imageador, que possibilita aquisição de imagens com alta definição).

Fundamentado nas partes estruturantes de uma capacidade, o desenvolvimento de doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI) pela Aviação do Exército apresenta-se parcialmente distinta quando o emprego ocorre nas Operações Básicas de Defensiva e Ofensiva em comparação as Operações de Coordenação e Cooperação com Agências. A combinação, simultânea ou sucessiva, de operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências, ocorrendo em situação de guerra ou de não guerra, possibilitam contrastes relevantes na geração de uma capacidade para a AvEx.

Entende-se que algumas partes estruturantes das Capacidades Operativas, quando geradas, contemplam plenamente todas as Operações Básicas, permitindo a combinação de atitudes, proporcionando flexibilidade e amplas possibilidades para o emprego. A organização para o emprego, pessoal habilitado e infraestrutura (DOAMEPI) são fatores que possibilitam a condução de frações de helicópteros em qualquer operação. Apresentar-se-á as dessemelhanças que são impostas ao preparo da AvEx.

A doutrina de emprego da força de helicópteros do Exército Brasileiro teve sua concepção fundamentada em operações especificamente de guerra. As inúmeras formas de emprego das aeronaves de asas rotativas, nas operações convencionais, consentem a utilização plena de seus ar-

mamentos de dotação, maximizando seus efeitos, e ampliando a probabilidade de danos colaterais.

Da mesma forma, o emprego de vetores aéreos de asas rotativas em ambiente de guerra urbana (conflitos contemporâneos) corrobora com a perspectiva do uso de força plena, proporcionada pelos armamentos axiais de dotação das aeronaves. A doutrina existente na Aviação do Exército contempla as operações de Guerra, necessitando aprimoramento nas operações no ambiente urbano. Importante salientar que existem conflitos nos dias atuais com o largo emprego de asas rotativas, cujos estudos viabilizam a atualização de técnicas, táticas e procedimentos.

Porém, é importante destacar a singularidade do emprego de aeronaves na situação de Não Guerra. As Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, especificamente as conduzidas nos grandes centros urbanos do país e sob a égide de garantir a lei e a ordem, demandam escrituração de doutrina específica, derivada substancialmente da atuação da Força de Helicópteros na situação de um conflito em ambiente urbano.

As peculiaridades nas regras de engajamento, as considerações civis, a opinião pública e o poder de combate do agente perturbador da ordem pública (traficantes de drogas, milícias, crime organizado, etc.), nessas localidades, demandam preparação específica das tripulações e adequação no emprego do armamento e na condução das aeronaves.

Assim, conforme exposto, a reavaliação doutrinária acarreta em adequação do fator educação (DOAMEPI). Os bancos escolares sofrem modificações decorrentes dos ensinamentos adquiridos nas diversas operações aéreas conduzidas pelo Exército Brasileiro, aprimorando a qualificação

das tripulações e fomentando a operacionalidade da Força de Helicópteros.

Outro fator, que demanda concepção distinta na geração de capacidade, é o material existente na Aviação do Exército. A principal divergência paira sobre a aeronave de reconhecimento e ataque, a utilização de seu armamento de dotação, e de imageador que permite a utilização da aeronave como plataforma de Comando e Controle (C²). O posicionamento da câmera, abaixo da aeronave, torna-a mais apta a missões de não-guerra, proporcionando visão em 360° do terreno à sua volta. O sistema tornou-se fundamental em todas as operações de Cooperação e Coordenação com Agências. Seu largo emprego transformou o Sistema Olho da Águia (SOA), agora indispensável para a Força Terrestre. As operações de Não Guerra inviabilizam o emprego pleno do armamento de dotação da aeronave HA-1 (helicóptero de ataque nº01), sendo a metralhadora .50 e o foguete 70 mm seus armamentos principais.

Atualmente, outros Exércitos empregam aeronaves de ataque equipadas com mísseis ou foguetes guiados. Nesse escopo, o sistema de aquisição de alvos torna-se acessório atrelado ao uso dos armamentos supracitados e o imageador posiciona-se acima da aeronave, permitindo a busca de alvos sem a exposição do helicóptero, se este estiver pairando e sem se expor. Porém, assim, o emprego do meio aéreo se torna limitado para C², em comparação com o Sistema Olho da Águia.

As aeronaves de manobra da AvEx (HM-1, HM-2, HM-3 e HM-4) para transporte de tropa possuem capacidades similares nas operações de Guerra e Não Guerra, as técnicas de desembarque de tropa serão as mesmas para ambas as situações. A principal distinção refere-se às regras de engajamento e a possibilidade do emprego do

armamento lateral para autoproteção da aeronave. Porém o emprego de aeronaves de asas rotativas em ambiente densamente urbanizados no contexto de Operações de Coordenação e Cooperação com Agências requerem a análise das considerações civis, decorrente de possíveis danos colaterais causados pela Força de Helicópteros.

Por fim, o adestramento se apresenta como fator de preparo das tripulações de aeronaves, gerando uma habilidade específica para determinada atividade. Nesse aspecto, a Aviação do Exército divide o ano em duas partes, executando inicialmente o seu adestramento interno e na sequência o adestramento da Força de Superfície, de acordo com o previsto pelo Comando de Operações Terrestre (Chefia de Preparo da F Ter).

O planejamento e a execução do adestramento no âmbito da Unidade, ocorre de forma simultânea com operações e missões subsidiárias conduzidas no âmbito do Exército Brasileiro, comprometendo o adestramento do período do ano específico das OM AvEx. O emprego diurno, desde agosto de 2017, das tripulações e aeronaves na Operação Furacão (Garantia da Lei e da Ordem no Rio de Janeiro), encerrada em 1º de janeiro de 2019, foi um exemplo de atividades coincidentes que dificultaram o adestramento interno.

Outro fator desfavorável é a dificuldade de realização de exercícios de adestramento na situação de Não-Guerra nos grandes centros urbanos, pois comprometeria a normalidade dos serviços (Ex: tráfego aéreo), demandando áreas passivas para pouso de aeronaves de grande porte e espaço aéreo restrito. Porém, o maior óbice de adestramento interno, até este momento, é a impossibilidade de utilização dos meios aéreos de forma centralizada em um exercício planejado e conduzido pelo Batalhão de Aviação, onde as

tripulações poderiam utilizar as técnicas, táticas e procedimentos na condução de suas aeronaves em áreas urbanas.

Os adestramentos que a AvEx participa são, na sua maioria, relacionados ao adestramento de Grandes Unidades e de Grandes Comandos Operativos, direcionadas às Operações Aeromóveis para a situação de Guerra, em atitudes Defensivas e Ofensivas.

Dessa forma, a geração de capacidades duais para o emprego no Amplo Espectro se apresenta de forma parcial. A AvEx atua em missões de cunho “real”, essencialmente nas Operações de Coordenação e Cooperação com Agências (Garantia da Lei e da Ordem), e executa exercícios simulados de Operações Ofensivas e Defensivas. Nessa conjuntura, o adestramento interno acaba sendo limitado e a evolução doutrinária insuficiente perante a constante requisição dos meios aéreos para atender as missões de GLO e atribuições subsidiárias.

As Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) de uma Força de Helicópteros

As técnicas, táticas e procedimentos (TTP) são partes elementares na condução das aeronaves da Aviação do Exército, tornando-se componentes na constituição de uma capacidade. A forma de empregá-las relaciona-se com o ambiente operacional, influenciando diretamente a Doutrina, Educação e Adestramento. Assim sendo, as TTP para atuação em uma área densamente urbanizada são distintas do emprego em uma região rural e montuosa, que do mesmo modo diferem da execução em uma área urbana na situação de Não Guerra (ex: Garantia da Lei e da Ordem).

As doutrinas existentes em outros exércitos, que empregam vetores de asas rotativas a fim de

assegurar aeromobilidade das tropas, contemplam a utilização de seus meios em situação de guerra em áreas rurais e em áreas urbanas. O Exército Brasileiro e a Aviação do Exército possuem a particularidade das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, impondo especificidades que demandam a concepção de doutrina própria. A principal disparidade ocorre essencialmente na utilização dos meios aéreos em locais densamente humanizados, a qual, conforme os fatores da decisão e a normatização do emprego dos armamentos de dotação, permitirá a avaliação de quais TTP deverão ser empregadas.

Deveras, uma parcela de técnicas e táticas e procedimentos oriunda do combate urbano em um conflito pode ser flexibilizada para uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem. Apoio de fogo aproximado, incursão aeromóvel, evacuação de feridos, escolta de comboios são exemplos de operações que podem ser realizadas com técnicas e táticas similares. Contudo, o elemento essencial e divergente é a possibilidade de emprego do armamento das aeronaves.

No ambiente urbano, a baixa velocidade e o voo a baixa altura possibilitam uma exposição da aeronave a engajamentos provenientes da superfície. A existência de estruturas físicas possibilita a utilização de lajes e telhados pelo inimigo. Além disso, o ambiente urbano dificulta a navegação e designação de pontos de interesse, possuindo inúmeros obstáculos (ex: antenas de celular, torres de energia elétrica), sendo agravado no período noturno. Técnicas de “sobrevivência” empregadas preveem desde a seleção de perfis de voo, até a manutenção da velocidade acima de 60 nós (Kt).

Entretanto, corroborando os perfis de voo, é essencial o entendimento que o volume de fogo,

proveniente do armamento de dotação, é a principal autodefesa da aeronave, e que qualquer tipo de desembarque de tropa (pousos de assalto, FAST ROPE, etc), e ou voo a baixa altura, à baixa velocidade, demandará a utilização deste. Percebe-se que as regras de engajamento utilizadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem restringem o emprego do armamento, a fim de preservar a população civil, intensificando a exposição da Força de Helicópteros, e tornando-os alvos prioritários.

Consequentemente, Operações Aeromóveis conduzidas sob essas características necessitarão de estudo pormenorizado dos Fatores de Decisão e constante aperfeiçoamento. Essas circunstâncias demandam técnicas, táticas e procedimentos singulares, dificilmente realizadas por outros exércitos, e que impactam diretamente a geração de capacidades para a atuação em Não Guerra. Dessa forma, prover uma Capacidade Militar Terrestre de Superioridade de Enfrentamento ou de Proteção, no ambiente urbano, necessitará de aperfeiçoamento do DOAMEPI.

Conclusão

O presente artigo teve por objetivo apresentar uma análise, baseado no conceito de Capacidade, dos fatores que deveriam ser desenvolvidos para que a Aviação do Exército pudesse atuar nas situações de Guerra e Não Guerra, no ambiente de Amplo Espectro. A partir do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) e nas suas partes estruturantes (DOAMEPI), que efetivamente concebem a existência de uma determinada competência, foi analisado o atual cenário.

As Operações em situação de Guerra e Não Guerra delimitam de forma clara a possibilidade de atuação da Força Terrestre, porém quando

pormenorizadas, apresentam uma diversidade que dificulta a geração de aptidões específicas para cada uma delas. Nesse contexto, conforme apresentado, as operações recorrentes para a Força Terrestre, e para a Aviação do Exército, estão relacionadas com a Garantia da Lei e da Ordem (Operações de Cooperação e Coordenação com Agências) e de emprego para adestramento de pessoal em operações de guerra. A Manobra Escolar realizada anualmente na Academia Militar das Agulhas Negras e exercícios de Grandes Comandos Operativos (Operação Agulhas Negras da 2ª Divisão do Exército) são exemplos do emprego na situação de Guerra.

Nessas circunstâncias, o trabalho buscou apreciar a capacidade dos vetores aéreos do Exército de conduzir múltiplas missões em um ambiente de emprego dual. Importante destacar que não há forma de quantificar uma Capacidade, sendo difícil avaliar de forma cartesiana se determinada tropa possui ou não a aptidão para determinada tarefa. A Aviação do Exército Brasileiro executa todas as missões referenciadas na sua documentação, porém, após cada apreciação pormenorizada, existem objetos que devem ser aperfeiçoados, aumentando a operacionalidade dos vetores aéreos e por consequência da Força Terrestre.

Inicialmente, a Organização da Aviação do Exército apresenta-se consolidada para a situação de Guerra, estruturada nos Batalhões de Aviação e nas suas subunidades de helicópteros de Reconhecimento e Ataque e de Emprego Geral, permitindo o emprego nas diversas operações Aeromóveis. Porém, na situação de Não Guerra, flexibiliza-se a fração mínima para o voo. A Organização dos meios aéreos deve ser atualizada para as formas de emprego já realizadas para as diversas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências. A organização de

emprego da AvEx está capacitada para antepor-se às necessidades decorrentes de qualquer tipo de missão, seja ela como Batalhão de Aviação constituído ou como Força Tarefa de helicópteros em ações de Garantia da Lei e da Ordem.

No cenário internacional, os principais conflitos se desenvolvem em ambientes urbanos e, perante essa realidade, o Exército dos EUA e o Exército da França possuem publicações específicas para o emprego de helicópteros em áreas densamente humanizadas.

A situação de Não Guerra é uma circunstância específica do Exército Brasileiro. As Operações de Garantia da Lei e da Ordem, principalmente quando conduzidas em grandes centros, como o Rio de Janeiro, apresentam especificidades na condução das aeronaves de asas rotativas. Os fatores da decisão conduzem o planejamento dessas operações, porém a inexistência de publicação doutrinária referente ao planejamento e a condução dos meios aéreos permite falta de uniformidade de procedimentos e subjetividade de oficiais planejadores e tripulações.

Novamente, cabe destacar que as atribuições delegadas a Aviação do Exército são executadas, mas a falta de aprimoramento gera dificuldades no planejamento e conflitos de como empregar o vetor aéreo com eficácia e segurança, principalmente nas áreas urbanas e na presença de Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP) com elevado poder de combate.

Por fim, de forma conclusiva, a Aviação do Exército possui a capacidade de atuar de forma dual, o que tem ocorrido nos últimos anos. Concomitantemente os vetores aéreos operam nas operações reais de Garantia da Lei e da Ordem, e participam de operações de adestramento em Situação de Guerra.

A Aviação do Exército tem as capacidades necessárias para atuar na Situação de Guerra e Não Guerra, mas o faz de maneira “parcial”, podendo evoluir exponencialmente com atualização de material doutrinário, permitindo melhor educação e adestramento, elevando a operacionalidade e a eficácia dos vetores aéreos do Exército Brasileiro.



Referências

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação** (ABNT NBR 6024:2003). Rio de Janeiro: ABNT, 2003. 3 p.
- BRASIL. Exército. Estado-Maior. **IP 1-1**: Emprego da Aviação do Exército. 1 ed. Brasília, DF. 2000.
- _____. Exército. Estado-Maior. **IP 1-30**: Brigada de Aviação do Exército. 1 ed. Brasília, DF. 2003.
- _____. Exército. Estado-Maior. **IP 1-20**: Esquadrão de Aviação do Exército. 1 ed. Brasília, DF. 2003.
- _____. Exército. Estado-Maior. **EB 70-MC-10.218** Operações Aeromóveis. 1 ed. Brasília, DF. 2017.
- _____. Exército. Estado-Maior. **EB70-MC-10.223**: Operações. 5 ed. Brasília, DF. 2017.

- _____. Exército. Estado-Maior. **EB70-MC-10.102**: Doutrina Militar Terrestre. 1 ed. Brasília, DF. 2014.
- _____. US Army Training and Doctrine Command. **FM 3-06.1 AVIATION URBAN OPERATIONS - Multi-Service Tactics, Techniques, and Procedures for Aviation Urban Operation**. Fort Leavenworth, KS. 2013.
- _____. Armée de Terre - Centre de Doctrine d'Emploi des Forces. **ALAT 30.011 MANUEL D'EMPLOI DES FORMATIONS DE L'AVIATION LEGERE DE L'ARMEE DE TERRE EM ZONE URBAINE**. Paris, Île de France. 2006.
- BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Edição Extra, 10 jun. 1999. Seção 1, p.1.

Notas

- ¹ Combinação de atitudes - ofensiva, defensiva, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais simultânea ou sucessivamente, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de Guerra e de Não Guerra.
- ² Conjunto de capacidades específicas de unidades/elementos constituintes de uma Força, orientadas para a obtenção de um efeito estratégico, operacional ou tático.

Guerra do Paraguai: uma análise da decisão paraguaia de deflagrar o conflito com base na avaliação do Poder Nacional daquele país à época

*Luiz Duarte de Figueiredo Neto**

Introdução

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito sul-americano até os dias atuais. Esse confronto envolveu o Estado Paraguaio - que até então ocupava a periferia da política regional - contra uma aliança constituída por Brasil, Argentina e Uruguai; se estendendo desde 1864 até 1870.

Inicialmente, a disputa se restringiu entre o Paraguai e o Império. Entretanto, devido à insistência do dirigente guarani, Francisco Solano López, em optar pela via bélica para alcançar seus propósitos, a crise foi se ampliando. Ao fim, englobou os outros adversários – que terminaram por formar uma coligação.

Nesse contexto, o presente artigo se propõe a proceder uma avaliação da decisão paraguaia de empregar a força para alcançar seus objetivos. Para tanto, foi empregado como parâmetro o conceito de Poder Nacional, conforme doutrina preconizada pela Escola Superior de Guerra (ESG).

O conceito de Poder Nacional de acordo com a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG)

A ideia de se avaliar os meios à disposição de determinada coletividade, com a finalidade de verificar se esse grupo detinha capacidade para alcançar os objetivos comuns estabelecidos, é bastante antiga; remetendo, entre outros, ao historiador grego Tucídides. Assim, diversos estudiosos se debruçaram sobre o tema, buscando teorizar o assunto, com o objetivo de alcançar “uma racionalidade que forneça diretrizes para a ação [política]”.¹

Nesse contexto, surge o realismo político, pensamento que predominou no campo das relações internacionais ao longo do século XX, ainda que suas origens remontem à Idade Média. Essa escola considera como necessária a avaliação do poder de determinada unidade política, com o objetivo de permitir o emprego otimizado de suas capacidades. Seu principal expoente foi Hans Joachim

* Cel Inf (AMAN/94, EsAO/02, ECUME/11). Assessor da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (2013-2014). Atualmente é aluno do CPEAEx/19.

Morgenthau, que incorporou o termo Poder Nacional em sua obra.²

No âmbito nacional, destacam-se, entre outros, os trabalhos do embaixador e chanceler João Augusto de Araújo Castro, do geógrafo e pesquisador Ronaldo Gomes Carmona e do jurista, professor e chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Tais autores, embora tenham se debruçado sobre o tema, não comungam necessária ou exclusivamente do realismo.

A despeito da diversidade de formação acadêmica, os posicionamentos defendidos por todos os pesquisadores mencionados apresentam convergências em relação ao pensamento sustentado pela ESG sobre o conceito de Poder Nacional. Essa constatação permite inferir a relevância e pertinência da doutrina defendida por esse Estabelecimento de Ensino. Dessa forma, a seguir será discorrido brevemente sobre o assunto.³

Conforme estabelecido no Manual Básico da ESG – Volume I (2014, p. 34):

Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional (o negrito é nosso).

Para melhor entendimento dessa assertiva, seguem-se definições dispostas no aludido Manual, acerca de conceitos acima mencionados:

[...] **Nação** é entendida como: Grupo complexo, constituído por grupos sociais distintos que, em princípio, ocupando, um mesmo Espaço Territorial, compartilham da mesma evolução histórico-cultural e dos mesmos valores, movidos pela vontade de comungar um mesmo destino. (o negrito é nosso) (BRASIL, 2014, p. 17)

Objetivos Nacionais (ON) – são aqueles que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural. (o negrito é nosso) (BRASIL, 2014, p. 21)

Embora deva ser sempre considerado como um todo, haja vista ser uno e indivisível, o Poder Nacional se manifesta por intermédio de **cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científica e tecnológica**. O estudo com base nessas divisões permite melhor compreender, avaliar e aplicar essa capacidade, no contexto de um planejamento.⁴

O processo de avaliação ora explorado está sujeito a equívocos - haja vista sua condição de ciência não exata. Contudo, constitui um parâmetro que busca a objetividade e, portanto, presume-se adequado ao tipo de análise como a que se encontra em curso.

Ainda abordando a pertinência do emprego da Doutrina da ESG, constata-se as seguintes vantagens desse pensamento na presente pesquisa:

[...] analisando-se o Poder Nacional sob enfoque de suas manifestações (política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica), **constata-se a vantagem didática e, sobretudo, prática** de admitir-se como categorias analíticas, diferentes Expressões do Poder Nacional, caracterizando-se cada qual pela prevalência dos efeitos a serem obtidos, em função dos elementos correspondentes à natureza de cada uma delas (o negrito é nosso) (BRASIL, 2014, p. 42 e 43)

Com base no exposto, a análise do Poder Nacional paraguaio, à época de deflagração do conflito conhecido como Guerra do Paraguai, foi realizada a partir de suas expressões constituintes, conforme preconizado na doutrina da ESG.

Análise da expressão política

A conjuntura geopolítica da Região do Prata apresentou questões que influenciaram a política externa paraguaia no período considerado. Uma delas foi a busca pelo livre acesso ao mar, sem ingerência externa, em particular de Buenos Aires. A outra seria o fato da Argentina considerar o atual Paraguai como parte de seu território, mesmo depois do processo de independência política dos países dessa área. Também havia problemas relativos à indefinição das fronteiras guaranis, em particular com o Brasil e a Argentina. Por fim, os governos paraguaio e brasileiro divergiam em relação à livre navegação no Rio Paraguai.⁵

Entretanto, até a assunção de Francisco Solano López ao poder, o Paraguai optou pela via diplomática para a solução das pendências. Outro ponto bastante importante nesse panorama, foi que, justamente durante esse governo, venceram os acordos firmados em 1856 com o Brasil e com a Confederação Argentina, e que evitaram, até aquele momento, conflitos sobre as discussões envolvendo limites.⁶

A hegemonia política na região era compartilhada entre Brasil e Argentina. Contudo, o Império desejava o prosseguimento do *status quo*; e, para tanto, era fundamental a livre navegação no Prata, bem como a manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai. Por outro lado, Buenos Aires pretendia anexar os territórios uruguaios e paraguaios - o que desequilibraria o balanço de poder em favor dos argentinos.⁷

Nesse contexto, a percepção de Carlos López (pai e antecessor de Solano López) de que o Brasil atuaria contra a independência paraguaia, isoladamente ou em conluio com a Argentina, se

mostrou totalmente equivocada. De qualquer forma, ainda que de posse de uma visão distorcida da realidade, esse governante não empregou a força para resolver esse suposto problema, até mesmo porque, acertadamente, tinha noção das debilidades de seu país.⁸

A política externa paraguaia, implementada a partir da assunção de Solano López, alterou a postura do governo guarani, o qual passou a tentar influir nos assuntos políticos do Prata. Essa mudança de atitude resultou de uma perspectiva infundada por parte desse dirigente, em relação ao equilíbrio de poder na região, no sentido de que Paraguai havia alcançado o mesmo patamar político que Brasil e Argentina. Por isso, esse governante atuou para robustecer sua presumida posição, mediante alianças com o Uruguai e com os oposicionistas argentinos do interior - os quais não aceitavam a primazia de Buenos Aires.⁹

Entretanto, os governos brasileiro e argentino não comungavam dessa concepção. Pelo contrário, para esses países o compartilhamento da hegemonia permanecia restrito a ambos. Válido destacar que a Inglaterra também enxergava a situação sob essa ótica. Além disso, as alianças estabelecidas pelo Paraguai contrariavam os interesses de Brasil e Argentina.¹⁰

De qualquer forma, com base em uma percepção equivocada, aliada a uma subestimação também errônea dos seus pretensos oponentes, Solano López decidiu empregar a força para alcançar seus objetivos, ao invés de prosseguir com o emprego da diplomacia, que vinha caracterizando o relacionamento externo paraguaio até então.

Impende salientar que, findo o conflito, o Brasil dispunha de amplas condições de incorporar o território paraguaio; entretanto, optou por atuar

em favor da manutenção da independência desse país, se opondo às patentes pretensões expansionistas argentinas. Essa atitude brasileira somente ratifica o entendimento de que Solano López estava equivocado ao considerar que, em 1864, o Império tinha intenção de anexar o Paraguai.¹¹

A situação da política interna do país no período pré-guerra também se mostrava bastante complicada. A despeito de autodenominar-se como república, as instituições e mecanismos que caracterizam essa forma de governo eram bastante frágeis. Não havia qualquer participação popular na eleição do chefe do executivo. O Paraguai alcançou a independência em 1811, mas apenas em 1844 foi criado o cargo de presidente. Até esse ano, somente no período da gestão de José Gaspar Rodriguez de Francia houve um único governante – uma vez que, nos demais períodos, dois ou três pessoas compartilhavam o poder. Na prática, não havia limite de mandato presidencial. Por fim, o presidente poderia escolher seu sucessor, o que terminou por implicar em sucessão de poder entre membros da mesma família.¹²

Essa conjuntura fomentou sucessivos governos autoritários. Estes, por sua vez, terminaram por gerar um executivo hipertrofiado, um legislativo quase inexistente e um judiciário subordinado ao governante. Ademais, as instituições públicas eram acanhadas e ineficientes, e, em muitas áreas, ausentes. A falta de estruturação dos serviços públicos se refletia em todos os níveis e setores.¹³

Havia grande concentração de poder nas mãos do Presidente, principalmente no concernente a decisões de vulto. A situação era agravada pela ausência de estruturação na máquina do governo, o que resultou na inexistência de um processo decisório a nível estatal, englobando diversos níveis e

esferas, notadamente a diplomática. Esse quadro era acentuado pela personalidade de Solano López, que avocava para si as decisões, ignorando ou, muitas vezes, nem consultando os poucos assessores dispostos a opinar.¹⁴

O panorama acima, aliado à truculência do regime, resultou no alheamento da sociedade, e, portanto, na inexistência de uma opinião pública que debatesse os temas afetos ao país. A população sequer participava das escolhas no legislativo, pois não havia mecanismos para tal. E, mesmo que isso fosse possível, quase não haveria resultado prático; pois, além da ausência de uma constituição regulando a organização do Estado, o Congresso destinava-se basicamente a ratificar as decisões presidenciais.¹⁵

Nesse contexto, a formulação de perspectivas e, principalmente, a qualidade das decisões passaram a depender exclusivamente da capacidade política do governante. No caso de Solano López, havia uma tendência infundada de superestimar as potencialidades paraguaiaias, e, ao mesmo tempo, subestimar o poder de seus adversários. Some-se a esse traço sua inexperiência, seja devido a sua idade, ou a sua pouca vivência política e militar. Destarte, as possibilidades de equívoco eram enormes.¹⁶

Esse cenário explica as percepções e decisões equivocadas de Solano López, em relação à política externa do Prata. Primeiro, ao decidir que o Paraguai deveria passar a interferir na política da região. Depois, ao considerar que seu país havia alcançado o mesmo patamar político que Brasil e Argentina. E, por fim, ao inferir que o Império intencionava anexar o Paraguai, após intervir no Uruguai. Com base principalmente nessa sequência de erros, Solano López decidiu empregar a força contra o Brasil.

Em verdade, a dinâmica política do Prata não havia se alterado. Brasil e Argentina dividiam a hegemonia da região e não desejavam estender essa situação a terceiros. Buenos Aires mantinha a intenção, ainda que não declarada abertamente, de anexar o Paraguai e o Uruguai. Contudo, não dispunha de liberdade de ação para tal; uma vez que, além de enfrentar problemas internos (ocasionados pelos oposicionistas à federação), teria de enfrentar a resistência do Império e da Inglaterra. O Brasil desejava a manutenção do *status quo*; e, para tanto, era fundamental a preservação das soberanias paraguaia e uruguaia, bem como a livre navegação na região.¹⁷

Destaque-se que Carlos López também compartilhava a percepção de que o Brasil tinha intenção de ameaçar a independência do Paraguai. Entretanto, recuou em duas oportunidades quando percebeu que a situação poderia escalar para um conflito armado contra o Império. Ademais, quando buscou robustecer seu país militarmente, o fez de forma defensiva. Por fim, aconselhou seu sucessor, Solano López, a não empregar a força para a solução dos problemas da nação, principalmente contra o Império.¹⁸

Assim, não havia embasamento, pelo menos sob o ponto de vista da expressão política do Poder Nacional, para que Solano López deixasse de lidar com os problemas do Paraguai por intermédio da diplomacia, conforme vinha ocorrendo há décadas, e optasse pelo emprego da força.

Análise da expressão econômica

Os sucessivos regimes autoritários vigentes no país terminaram por gerar um crescente intervencionismo estatal na economia – característica essa que atingiu seu ápice na gestão de Solano

López. Essa conjuntura ocasionou diversas consequências para a economia local. Uma delas era a grande dependência em relação ao governo, que, por sua vez, era quem geria praticamente todos os recursos financeiros; auferindo grandes lucros com isso.¹⁹

A abertura da economia, a partir de Carlos López, propiciou desenvolvimento econômico, mediante o ingresso de capital estrangeiro, principalmente inglês, em decorrência da exportação de produtos agropecuários.²⁰ Em decorrência disso, quase não havia iniciativas privadas de produção comercial e industrial, seja pela concorrência desigual gerada pelos produtos importados, seja pelo baixo poder aquisitivo da população, ou pela inexistência de investimentos privados.

Em função desse quadro, o Paraguai não produzia itens básicos, importando praticamente todas as suas necessidades. Dessa forma, qualquer interrupção desse fluxo, afetaria a rotina do país, prejudicando qualquer esforço de guerra.²¹

O prosseguimento do desenvolvimento econômico estava atrelado a um constante incremento das exportações. Esse acréscimo somente era possível mediante o aumento da área cultivada e, consequentemente, da ampliação dos recursos humanos para trabalhar na lavoura; uma vez que somente o emprego das técnicas de produção (que eram muito arcaicas) dificilmente resultaria em maior produtividade. Em caso de conflito, essa dinâmica se acentuava, tendo em vista as despesas extras.²²

Nesse ambiente, o esforço de guerra se mostrava duplamente prejudicial, ao desviar mão-de-obra da lavoura para a frente de combate. Primeiro, porque prejudicava a produção de produtos agrícolas exportáveis, impactando negativamente a economia. Depois, porque dificultava a agricultura

de subsistência, responsável pela alimentação da população local e dos efetivos militares.

Os recursos oriundos da exportação eram revertidos, em grande parte, para um projeto de modernização militar, mediante a importação de armamentos, equipamentos e técnicos, principalmente de origem inglesa. Inclusive, os britânicos também intermediavam e controlavam essas operações comerciais. Essa situação implicou em grande dependência econômica do Paraguai em relação à Inglaterra.²³

Toda a economia paraguaia dependia do Rio Paraná para se ligar ao exterior. Destarte, qualquer ameaça ao trânsito nessa hidrovia traria diversas repercussões negativas. As atividades comerciais seriam paralisadas, pois não haveria saída ou ingresso de recursos e bens. Além disso, o país não teria como receber insumos militares. Também seriam afetadas as necessidades básicas da população, uma vez que quase tudo era importado. Saliente-se que, em caso de conflito, tanto o Brasil, quanto a Argentina teriam plenas condições de realizar esse bloqueio fluvial.

A área militar, em particular a partir do Governo de Solano López, consumia grande parte dos recursos, resultando em falta de investimentos na infraestrutura interna. Por isso, o país era pouco desenvolvido - quase não havia estradas, escassamente cartografado e com reduzidos núcleos urbanos. Para agravar a situação, devido às distorções decorrentes da grande intervenção estatal na economia, foram cometidos equívocos na priorização das poucas iniciativas estruturais, bem como em relação ao destino dos escasos investimentos.²⁴

Havia uma enorme disparidade entre o tamanho da economia dos países envolvidos na Guerra do Paraguai. Importa explicar que, ao longo do desenrolar de um conflito, a robustez

da economia é fundamental para propiciar a sustentação do esforço de guerra. Essa característica avultava de importância no Século XIX, tendo em vista a longa duração dos conflitos, que geralmente eram medidas em anos.²⁵

No que se refere ao comércio exterior, o volume de recursos movimentado pelo Paraguai era quase 65 vezes menor que a soma do montante gerido por Uruguai, Brasil e Argentina. Já a capacidade de arrecadação de impostos guarani era cerca de 22 vezes menor que a dos países aliados. Com o bloqueio do Rio Paraná (executado pela Marinha Imperial, logo no início do conflito), o governo paraguaio passou a dispor apenas dos recursos oriundos dos impostos. Enquanto isso, seus adversários prosseguiam em situação de relativa normalidade comercial.²⁶

Devido às peculiaridades da economia paraguaia, os investimentos naquele país eram considerados de risco. Por isso, o governo paraguaio encontrava muita dificuldade em auferir financiamento externo. Essa situação se acentuou durante o desenrolar da guerra, dada a dificuldade de acesso do Paraguai ao exterior. Por outro lado, o Brasil, por exemplo, não tinha dificuldades em obter os financiamentos que necessitava.²⁷

Logo, a expressão econômica do Poder Nacional do Paraguai não oferecia respaldo para que o país deflagrasse o conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai.

Análise da expressão psicossocial

A população paraguaia, em 1860, era quase 28 vezes menor que a soma das populações brasileira, argentina e uruguaia. Dessa forma, o Paraguai, durante um esforço de guerra, possuía muito menor capacidade de fornecer e repor tropas

e, ao mesmo tempo, dispor de mão-de-obra para manter sua economia. Essa desvantagem avultava de importância no Século XIX, uma vez que nessa época os conflitos, em média, duravam anos.²⁸

O país apresentava baixos índices de desenvolvimento social no período pré-guerra, como péssima distribuição de riquezas (que terminavam por se concentrar em mãos do Estado - aí entendido como a Família López - ou da elite); relações de trabalho com características que remontavam ao período colonial e bastante próximo à escravidão; extremo controle estatal sobre a população; dentre outras. Assim, não encontrava fundamento a alegação de que no país vigorava um modelo de desenvolvimento autônomo e socialmente mais justo.²⁹

O isolacionismo e o autoritarismo do regime trouxeram diversas consequências para a sociedade guarani. Primeiro, implicou no alheamento da população, tendo como consequência a tendência de superestimar os pontos favoráveis e subestimar aqueles desfavoráveis. Além disso, o povo não tomava parte nas discussões do governo, e, por isso mesmo, não havia oposição ou manifestações da opinião pública.³⁰

O controle do governo sobre a imprensa contribuía para essa conjuntura, uma vez que não havia meios eficazes para a circulação de notícias ou para disseminação de ideias contrárias. De certa forma, o baixo nível educacional do povo também colaborava com a situação, pois implicava em pouca capacidade de discernimento e preocupação com aspectos mais práticos da vida, como a rotina diária. “É equivocada a apresentação do Paraguai como um Estado onde haveria igualdade social e educação avançada”.³¹

Alguns autores contradizem essa percepção em relação à educação. Sobre o assunto, QUEIROZ

(2014, p. 209) argumenta que se trata de fenômeno da absolutização de fenômenos sociais, muito comum em determinadas tendências historiográficas. Realmente ocorreu um importante programa educacional na gestão de José Gaspar Rodriguez de Francia, que foi ampliado no Governo de Carlos López. Contudo, essa iniciativa restringiu-se à parte da população escolar para-guaia do sexo masculino.³²

Uma sociedade com essas características sociais aceitaria com mais facilidade decisões do governo, mesmo aquelas mais extremas, como a de deflagrar uma guerra. Afinal, a população não tinha noção dos acontecimentos, não possuía capacidade e não poderia fazer juízo de valor das informações, e, por isso mesmo, tendia a acreditar em dados oficiais repassados pelo Estado - ainda que aparentemente com lógica não consistente.

O governo dispunha de fortes mecanismos para coagir a população a atuar em prol de um esforço de guerra. Um deles era o fato de que o Estado era o maior empregador do país, controlando todos os bens em circulação. Havia ainda uma rede de informantes e espiões, que exerciam vigilância constante; atuando sobre qualquer ato que insinuasse oposição. E, por fim, existia o controle estatal sobre a Igreja, que permitia empregar os religiosos e a própria religiosidade do povo em favor dos interesses do país.³³

Por outro lado, qualquer diminuição dos mecanismos de controle, seja pela perda da capacidade do governo em aportar recursos, ou ainda pelo enfraquecimento da rede de informantes, impactaria negativamente no poder de coação. Em relação à questão dos recursos mais especificamente, quando da análise da expressão econômica, verificou-se que a capacidade financeira do Estado sofreria forte decréscimo (que, ao longo

do desenrolar do conflito, se confirmou), devido a um eventual bloqueio do Rio Paraná.

Dessa forma, embora alguns aspectos favorecessem o esforço de guerra, os pontos desfavoráveis, em particular a dimensão populacional, prevaleceram. Dessa forma, a expressão psicossocial do Poder Nacional do Paraguai não propiciava embasamento suficiente para que esse país empregasse a força conforme conjuntura analisada.

Análise da expressão militar

O processo de modernização militar - em curso no país desde o governo de Carlos López e acentuado na gestão de Solano López - era bastante dependente da Inglaterra, seja no concorrente a pessoal, material e consultoria. Importante destacar a inexistência de investimentos em infraestrutura no Paraguai, que permitissem atenuar essa situação. Assim sendo, o bloqueio do acesso desse país ao mar impediria a entrada de insumos militares no país.³⁴

A mobilização militar paraguaia chegou a 77 mil homens em 1864 - um efetivo que quase alcançava o triplo do somatório dos exércitos brasileiro, argentino e uruguai. Essa vantagem numérica era extremamente favorável ao Paraguai, em caso de conflito.³⁵

Contudo, a manutenção desse efetivo implicava em comprometimento de cerca de 38,5% da população masculina em idade produtiva, com impacto extremamente negativo na agropecuária do país – atividade econômica que dependia sobremaneira de mão-de-obra. Além disso, o país teria muita dificuldade, seja em repor baixas de combate ou de ampliar suas tropas.³⁶

A conjuntura em tela é bastante desfavorável em caso de conflito de longa duração e com

perspectiva de grande quantidade de perdas humanas. E justamente essa era a característica das guerras travadas ao longo do Século XIX.

Os exércitos mobilizados por Brasil e Argentina, ao início da guerra, eram menores que o efetivo paraguaio. Todavia, esses países detinham muito maior capacidade de repor baixas e de ampliar suas tropas, sem comprometer as respectivas economias.³⁷

A Marinha Paraguaia dispunha, ao início do conflito, de onze barcos, sendo que nenhum era de guerra e somente um deles estava armado. Enquanto isso, somente a esquadra brasileira era composta de 42 embarcações (ou 37 segundo alguns autores). Esse contexto era desfavorável ao Paraguai, que dependia da ligação com o mar, por intermédio do Rio Paraná, para garantir o prosseguimento de sua economia, bem como a entrada de meios militares. E, como se percebe, a Força Naval paraguaia não tinha capacidade de assegurar o livre trânsito nessa via.³⁸

Quanto às tropas guaranis, existia uma desproporção muito grande entre o número de oficiais e de praças, principalmente soldados – eram 88 oficiais em uma força de 77 mil homens. Dessa forma, o Exército do país, embora numeroso, constituía uma grande massa, sem efetivo comando, condição essa que prejudicava sobremaneira sua operacionalidade.³⁹

A alteração na estratégia militar do país - que assumiu uma postura ofensiva, a partir da ascensão ao poder de Solano López -, impediu uma adequada consolidação da estrutura defensiva, em curso desde 1854. Tampouco houve condições para uma apropriada preparação da investida bélica (conforme a envergadura planejada), dado, principalmente, o pouco tempo para o redirecionamento de todos os esforços.⁴⁰

Não havia critérios para promoção e não existiam locais para a formação de oficiais e sargentos. Desse modo, a ascensão na carreira ocorria por indicação, o que privilegiava os bajuladores do regime. Muitos eram promovidos sem possuírem capacidade para tal. Ao mesmo tempo, Solano López atuava para anular aqueles que se destacavam pela liderança.⁴¹

Os equipamentos e técnicos importados ao longo do processo de modernização foram, em sua maioria, empregados na preparação de posições defensivas. Por isso, havia grande deficiência em outros setores do Exército.⁴² Na artilharia, a maioria dos canhões era antiquada, remetendo ao período colonial - com alma lisa, pequeno alcance e pouca capacidade de penetração. O diminuto número de canhões de alma raiada prejudicava a capacidade do país de atuar contra barcos encouraçados em uma situação de bloqueio do Rio Paraná. Os fuzis da infantaria eram também obsoletos, do tipo de chispa e não funcionavam embaixo de chuva ou quando molhados. O número de cavalos era muito reduzido, afetando sobremaneira a mobilidade e a logística da tropa. O país não possuía tradição militar e carecia de experiência em combate.⁴³

Como ocorria em relação à política, as decisões no campo militar eram tomadas quase que pessoalmente por Solano López. Não havia uma estrutura de processo decisório, o que potencializava a possibilidade de erro. Assim, esse governante, além de concluir incorretamente que o Brasil invadiria o Paraguai, também subestimou a capacidade de seus oponentes. Por isso, equivocadamente, o país adotou uma postura ofensiva em relação a Brasil, Argentina e Uruguai; quando a análise do panorama militar, indicava que

o Paraguai deveria ter permanecido em defensiva.⁴⁴ Ademais, Solano López deflagrou o conflito em momento inóportuno, pois havia muito suprimento bélico a ser entregue ao país. Com o início da guerra, a entrega não se concretizou, devido ao bloqueio naval do Rio Paraná.⁴⁵

Analizando o planejamento da ofensiva guarani, constatou-se que o Exército Paraguaio não dispunha de envergadura suficiente para atuar simultaneamente em duas frentes: no Mato Grosso e no sul. Além disso, a ação em território mato-grossense desviou meios importantes que poderiam ser empregados na frente mais importante (a meridional), além de haver proporcionado tempo para que os aliados pudessem melhor se preparar para a investida prioritária paraguaia.⁴⁶

O sucesso dessa ação militar dependia de muitas condicionantes externas, sobre as quais Solano López não detinha controle, como o auxílio das milícias opositoras argentinas para reforçar suas tropas, a adesão e liderança do caudilho Justo José Urquiza, bem como o fornecimento de cavalos para apoiar a invasão do território brasileiro. Para agravar a situação, a atitude das tropas paraguaias que ocuparam a cidade argentina de Corrientes contribuiu para que o suporte esperado não se consumasse.⁴⁷

Também não estava claro como a esquadra brasileira seria aprisionada ou destruída, pois, tanto o Paraguai como Urquiza, pretenso aliado, não dispunham de meios para tal ação. Por fim, não havia embasamento estratégico para considerar que as operações militares seriam rápidas.⁴⁸

O analisado permite concluir que a expressão militar do Poder Nacional do Paraguai não oferecia respaldo para que o país deflagrasse o conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai.

Análise da expressão científico-tecnológica

O Paraguai vivenciou situação de isolamento político até o fim do Governo de Francia. Nessa época, havia uma débil ligação com o exterior, por intermédio de um reduzido comércio. A prioridade era o fortalecimento do regime e da independência do país. Nesse ambiente, havia reduzida disponibilidade de recursos para aplicação no desenvolvimento interno.

A partir da gestão de Carlos López, houve a abertura da economia e o país passou a exportar produtos agropecuários. Grande parte do capital decorrente da exportação era revertido em um processo de modernização bélica, especialmente no que se refere à preparação de posições fortificadas. Contudo, esse relativo progresso tecnológico permaneceu restrito ao campo militar; não atingindo a agricultura, a pecuária ou a educação.⁴⁹ Além disso, não houve preocupação governamental em estabelecer iniciativas que permitissem a produção local dos insumos militares.

Esse contexto se acentuou radicalmente no Governo de Solano López. Vale destacar que o incremento da estrutura bélica paraguaia prosseguia fortemente estribado nas importações, sendo a Inglaterra seu principal fornecedor. Tal dinâmica praticamente consumia todo o orçamento do país.

Assim sendo, o desenvolvimento da infraestrutura do país nunca foi prioridade ao longo do período analisado. Em um primeiro momento, tal situação decorreu da ausência de capital para esse fim. Posteriormente, quando houve o ingresso de recursos na economia, priorizou-se o campo militar. Tal conjuntura levou a um país com baixo desenvolvimento sob diversos enfoques e pouco propício a iniciativas científico-tecnológicas.

Existiam poucas estradas no país. Os núcleos urbanos eram reduzidos e a população urbana estava concentrada em Assunção.⁵⁰ Praticamente inexistia imprensa, a população tinha baixo nível educacional, as técnicas empregadas na agropecuária eram rudimentares, quase não havia iniciativas locais de comércio e de indústria, dentre outros.

O autoritarismo, de certa forma, era responsável por muitas das condicionantes que ocasionavam essa situação, tendo em vista que a conjuntura fortalecia o regime. Nesse sentido, uma sociedade iletrada possuía menor capacidade crítica e discernimento político, era mais simples e manobrável pelo sistema.

Diversos autores buscam apresentar o panorama de um Paraguai desenvolvido à época imediatamente anterior ao início do conflito. Contudo, percebe-se exacerbação e absolutização enfática de “inúmeros fenômenos e processos (desenvolvimento, industrialização, alfabetização)”, embasados em motivação ideológica-nacionalista e em uma “descrição fenomênica e superficial de fatos objetivos determinados e limitados historicamente”, com o intuito de apresentar o país como um modelo de desenvolvimento autônomo e autóctone.⁵¹

Nesse contexto, seguem-se algumas constatações que contradizem esse suposto modelo. Por exemplo, costuma-se mencionar que a primeira ferrovia sul-americana foi construída no Paraguai, quando na verdade tratou-se da sexta. Exacerba-se muito a metalúrgica de Ibicuy como uma iniciativa pioneira; entretanto, tal empreendimento foi estabelecido com a total dependência de capital, recursos materiais e técnicos ingleses. Isso sem mencionar que o Brasil já dispunha de forjas desde o século XVI.⁵² O fato é que o “Paraguai não acumulara

capital nem tinha tecnologia para iniciar uma revolução industrial na região".⁵³

As poucas inovações tecnológicas existentes, como o incentivo à metalurgia, foram implementadas em um contexto de modernização militar,⁵⁴ e destinavam-se, principalmente, às fortificações. Além disso, essas iniciativas modernizantes eram totalmente dependentes de importação, em especial da Inglaterra - quase nada era produzido no Paraguai. Logo, esse reduzido nicho não resultava em avanço para o país.

Outro ponto bastante mencionado é que no país quase não havia escravidão. Contudo, tal quadro nada tem a ver com um modelo socialmente mais justo e desenvolvido. A quase inexistência de trabalho escravo era decorrente do acanhamento da economia local, que não justificava os vultosos investimentos necessários para o emprego do sistema escravocrata. Por isso, havia preferência pelo trabalho de nativos - mestiços e índios.

Além disso, não se constata esforço por parte dos dirigentes paraguaios em modificar a dinâmica econômico-social herdada da época de dominação espanhola.⁵⁵ Afinal, na metade final do século XIX, o país ainda se mantinha economicamente com as mesmas atividades que vigoravam durante o período colonial: extrativismo e agropecuária.⁵⁶

Do exposto, conclui-se que a expressão científico-tecnológica do Poder Nacional do Paraguai não propiciava embasamento para que esse país

empregasse a força, contra uma aliança militar constituída por Brasil, Argentina e Uruguai.

Conclusão

Finalizada a análise, nenhuma das expressões do Poder Nacional do Paraguai, consideradas isoladamente, sustentavam o emprego da força, como uma alternativa para que esse país alcançasse seus objetivos.

Como exposto, esse Poder é constituído pelo somatório de suas manifestações - política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica. Portanto, é válido inferir que a integração das considerações parciais atinentes a cada uma dessas expressões propiciará uma conclusão englobando o conceito de Poder Nacional como um todo.

Nesse sentido, restou claro que o Poder Nacional paraguaio, à época do início da Guerra do Paraguai, analisado sob a metodologia preconizada pela ESG, não fundamentava a decisão de Solano López de empregar a força contra uma aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai.

Posteriormente, o desenrolar dos fatos veio a comprovar a ausência de respaldo para a iniciativa bélica do Paraguai. Ao final do conflito, esse país encontrava-se derrotado militarmente, com a economia destroçada, tendo a maioria absoluta da população masculina morta, ameaçado de perder grande parte de seu território para a Argentina, e sob intervenção político-militar brasileira.



Referências

BRASIL. **Manual Básico ESG – Volume I – Elementos Fundamentais.** Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014. 4v. Disponível em <<http://docplayer.com.br/98625345-Escola-superior-de-guerra-manual-basico-volume-i-elementos-fundamentais.html>> Acesso em 08 mar. 2019

_____. **Manual Básico ESG – Volume II – Assuntos Específicos.** Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014. 4v. Disponível em <<http://www.adesgsp.org.br/download/ManualBasico2014Vol2.pdf>> Acesso em 1º abr. 2019.

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Poder Nacional e Grande Estratégia:** uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../tde.../2017_RonaldoGomesCarmona_VOrig.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019.

CARDOZO, Efraim. **Breve historia del Paraguay.** Assunção: Servilibro, 2011. 175 p.

CASTRO, João Augusto de Araújo. **O poder nacional** - Limitações de ordem interna e externa. Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 6, p. 216-240, mar 1999. Disponível em <http://seer.cgee.org.br/index.php/partnerias_estrategicas/article/viewFile/65/57>. Acesso em: 06 mar. 2019.

CAWTHORNE, Nigel. **Uma nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2015. 256 p.

DELGADO, Ramón Teodoro. **La conducción del exército paraguayo en la guerra contra la triple alianza 1864-1870.** Assunção: Marben Editora e Gráfica, 2012. 432 p.

DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil.** 2. Ed. São Paulo: Planeta, 2016. 334 p.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p.

LIMA, Luiz Octavio de. **A Guerra do Paraguai.** 1. ed. São Paulo: Planeta, 2016. 431 p.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A guerra é nossa:** a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 169 p.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações** – a luta pelo poder e pela paz. 6. Ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003, 1094 p. Disponível em <funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em 07 mar. 2019.

QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a revisão:** Genocídio americano – a Guerra do Paraguai. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. 386 p.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. **A avaliação de poder nas relações internacionais. Lua Nova,** São Paulo, n. 46, p. 119-134, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 mar. 2019.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. **Poder nacional, cultura política e paz mundial.** Conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962). Rio de Janeiro: ESG, 2014, 288p. Disponível em <https://www.santiagodantas.com.br/wpcontent/uploads/poder_nacional_cultura_politica_e_paz_mundial-ocr-1.pdf>. Acesso em 12 mar. 2019.

VARGAS, João Augusto Costa. Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araújo Castro. Brasília, FUNAG, 2013. 265 p. Disponível em <funag.gov.br/loja/download/1074-um-mundo-que-tambem-e-nosso.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019.

Notas

- ¹ ROCHMAN, 1999, p. 119 e 120.
- ² ROCHMAN, 1999, p. 121, 124 e 199; MORGENTHAU, 2003, p. 199 a 320.
- ³ VARGAS, 2013, p. 49 e 50; CARMONA, 2017, p. 12, 23, 24 e 29; CASTRO, 1999, p. 217, 218, 219 e 238; SAN TIAGO DANTAS, 2104, p. 115 e 131.
- ⁴ BRASIL, 2014, p. 40
- ⁵ DORATIOTO, 2012, p. 24, 26, 27 e 32; LIMA, 2016, p. 33; QUEIRÓZ, 2014, p. 49 a 51.
- ⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 32-33.
- ⁷ DELGADO, 2012, p. 24; DORATIOTO, op. cit., p. 26, 28 e 45.
- ⁸ CARDOZO, 2011, p. 88; DELGADO, op. cit., p. 26 e 27; DORATIOTO, op. cit., p. 32, 33, 35 e 41; LIMA, op. cit., p. 70.
- ⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 44 a 49.
- ¹⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 44 e 45.
- ¹¹ DORATIOTO, op. cit., p. 463, 464 e 465; LIMA, op. cit., p. 369.
- ¹² CARDOZO, op. cit., p. 54 a 60, 69, 72; DORATIOTO, op. cit., p. 40; LIMA, op. cit., p. 27, 28, 31 e 82.
- ¹³ CAWTHORNE, 2015, p. 33-34; DELGADO, op. cit., p. 29; DORATIOTO, op. cit., p. 24, 25, 30, 42 e 44; LIMA, op. cit., p. 28 a 32, 93; QUEIRÓZ, op. cit., p. 50 e 89.
- ¹⁴ CAWTHORNE, op. cit., p. 43, 44 e 112; DELGADO, op. cit., p. 28; DORATIOTO, op. cit., p. 19, 20 e 71; LIMA, op. cit., p. 20, 23 e 95; QUEIRÓZ, op. cit., p. 288.
- ¹⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 26, 62 e 71; LIMA, op. cit., p. 31.
- ¹⁶ CAWTHORNE, op. cit., p. 44; LIMA, op. cit., p. 20, 23 e 95; QUEIRÓZ, op. cit., p. 288; SIMÓN GUGGIARI, 1995 apud DELGADO.
- ¹⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 49; QUEIRÓZ, op. cit., p. 46
- ¹⁸ CARDOZO, op. cit., p. 88; DELGADO, op. cit., p. 26 e 27; DORATIOTO, op. cit., p. 32, 33, 35 e 41; LIMA, op. cit., p. 70.
- ¹⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 26 e 30; LIMA, op. cit., p. 81.
- ²⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 25 e 29; LIMA, op. cit., p. 28-30; QUEIRÓZ, op. cit., p. 51.
- ²¹ DORATIOTO, op. cit., p. 26, 29 e 30; LIMA, op. cit., p. 81.
- ²² DORATIOTO, op. cit., p. 26; LIMA, op. cit., p. 81.
- ²³ DORATIOTO, op. cit., p. 29 e 30; LIMA, op. cit., p. 35, 79 e 80; DORATIOTO, op. cit., p. 30; QUEIRÓZ, op. cit., p. 307
- ²⁴ DELGADO, op. cit., p. 30; DORATIOTO, op. cit., p. 29, 457 e 476; LIMA, op. cit., p. 35, 79 e 80; QUEIRÓZ, op. cit., p. 214.

- ²⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 91; DELGADO, op. cit., p. 73; PASTORE, 2017, p.181.
- ²⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 91; DELGADO, op. cit., p. 73.
- ²⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 91 e 92
- ²⁸ DELGADO, op. cit., p 22; DORATIOTO, op. cit., p. 91 e 456.
- ²⁹ DELGADO, op. cit., p. 30; LIMA, op. cit., p. 80 e 81; QUEIRÓZ, op. cit., p. 78 e 208.
- ³⁰ CAWTHORNE, op. cit., p. 99; DORATIOTO, op. cit., p. 61 e 62.
- ³¹ DORATIOTO, op. cit., p. 30; LIMA, op. cit., p. 31 e 32.
- ³² QUEIROZ, op. cit., p. 209.
- ³³ DELGADO, op. cit., p. 30; DORATIOTO, op. cit., p. 25 e 42; LIMA, op. cit., p. 81.
- ³⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 29, 30 e 39; LIMA, op. cit., p. 24.
- ³⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 91.
- ³⁶ CAWTHORNE, op. cit., p. 98; DELGADO, op. cit., p. 30.
- ³⁷ DELGADO, op. cit., p. 30; DEL PRIORE, 2016. p. 194; DORATIOTO, op. cit., p. 458 e 462; LIMA, op. cit., p. 369;
- ³⁸ LIMA, op. cit., p. 149; QUEIRÓZ, op. cit., p. 235.
- ³⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 92; LIMA, op. cit., p. 140
- ⁴⁰ DELGADO, op. cit., p. 29 e 30.
- ⁴¹ DELGADO, op. cit., p. 30; DORATIOTO, op. cit., p. 62 e 63; LIMA, op. cit., p. 21.
- ⁴² DELGADO, op. cit., p. 30.
- ⁴³ CAWTHORNE, op. cit., p. 111 e 112; DELGADO, op. cit., p. 30; DORATIOTO, op. cit., p 60, 62, 92, 93 e 135; LIMA, op. cit., p.22 e 149; QUEIRÓZ, op. cit., p. 232.
- ⁴⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 71 e 475.
- ⁴⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 93.
- ⁴⁶ DELGADO, op. cit., p. 65; DORATIOTO, op. cit., p. 135 e 475; LIMA, op. cit., p. 131, 134 e 144.
- ⁴⁷ DELGADO, op. cit., p. 63-65; DORATIOTO, op. cit., p. 134 e135; LIMA, op. cit., p. 152.
- ⁴⁸ DELGADO, op. cit., p. 65; DORATIOTO, op. cit., p. 135; LIMA, op. cit., p. 144.
- ⁴⁹ DELGADO, op. cit., p. 30.
- ⁵⁰ QUEIRÓZ, op. cit., p. 78.
- ⁵¹ QUEIRÓZ, op. cit., p. 322.
- ⁵² LIMA, op. cit., p. 80 e 81.
- ⁵³ MENEZES, op. cit., p. 164.
- ⁵⁴ DEL PRIORE, op. cit., p. 191.
- ⁵⁵ DEL PRIORE, op. cit., p. 191.
- ⁵⁶ LIMA, op. cit., p. 81.

O DNA norte-americano do Estado Islâmico

Reis Friede*

Introdução

E quase impossível não correlacionar a desastrosa política externa norte-americana (e suas correspondentes intervenções político-militares) no Oriente Médio e na Ásia com o fortalecimento do fundamentalismo religioso de feição islâmica.¹

“A Al-Qaeda não é resultado de nossas atividades. É o resultado das atividades de nossos amigos norte-americanos. Tudo começou durante a guerra dos soviéticos no Afeganistão, quando os agentes do serviço de inteligente norte-americano forneceram apoio às diferentes tendências do fundamentalismo islâmico, ajudando-as a lutar contra as tropas soviéticas no Afeganistão. Assim, foram os norte-americanos que fomentaram a Al-Qaeda e BIN LADEN.” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, p. 50)

As pretéritas intervenções britânicas na região sempre levaram em conta, como regra, a necessidade de contenção do fundamentalismo religioso nas nações de natureza teocrática, razão pela qual - na completa impossibilidade de transformação destas nações em democracias liberais - o Reino Unido sempre procurou estabelecer regimes autoritários seculares.

“O Islã, conforme definiu MAX WEBER, era uma ‘Kampfreligion’, uma religião de luta, que nasceu em uma comunidade carismática de guerreiros, sob o comando de MUHAMMAD, um ‘profeta guerreiro’, e de seus companheiros. (MAX WEBER, 1964, ps. 899-901) MAX WEBER não estava errado na sua avaliação, apesar de certa simplificação de seu raciocínio, muito criticada por alguns acadêmicos.” (IRA M. LAPIDUS; *The Institutionalization of Early Islamic Societies in TOBY E. HUFF e WOLFGANG SCHLUCHTER; Max Weber & Islam*, New Brunswick (USA) / Londres (UK), Transaction Publishers, 1999, ps. 13 – 151. BRYAN S. TURNER; *Weber and Islam*, Londres / Boston, Routledge & Kegan Paul, 1974, ps. 14, 39-55, 172-173)

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, particularmente, a Guerra Fria (1947-1991), entretanto, alteraram profundamente a percepção ocidental frente à gravidade das ameaças do radicalismo islâmico, especialmente no contexto do desafio (supostamente maior) do comunismo soviético.

Nesse sentido, ZBIGNIEW BRZEZINSKI, assessor de segurança nacional de JIMMY CARTER (1976-1980), convenceu o governo norte-americano a abrir uma terceira frente de confrontação na seara da Guerra Fria, com fulcro na concepção de HÉLÈNE CARRÈRE D’ENCAUSSE (*L’Empire éclaté*; Carrère D’Encausse, 1978, p.

* Desembargador Federal, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2^a Região (biênio 2019/21), Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Professor *Honoris Causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e Professor Emérito da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO).

282), que previa a desintegração da União Soviética como consequência de revoltas das populações islâmicas nas suas repúblicas asiáticas (Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão e Chechênia), construindo uma nova linha de contenção, no contexto da doutrina de construção de alianças nas cercanias da União Soviética, desenvolvida por GEORGE KENNAN.²

“ZBIGNIEW BRZEZINSKI, em 1979, interpretava que a revolução fundamentalista no Irã, a instituição da lei Islâmica (*Shari’ah*) pelo presidente MUHAMMAD ZIA-UL-HAQ (1979), no Paquistão, e outros fenômenos similares indicavam o despertar generalizado de uma consciência mais *autoassertiva*, baseada na etnicidade e nos princípios do *Qur’na*, e induziu o presidente JIMMY CARTER, do qual era assessor de Segurança Nacional, a abrir um terceiro *front* na Guerra Fria, levando contra Moscou os povos islâmicos da Ásia Central, no *Heartland* da Eurásia, com o fito de fraturar a (integridade político-territorial da) União Soviética.” (LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA; *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos*, 3^a ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2017)

Destarte, este representou, em última análise, a introdução do denominado *cinturão verde* (em alusão à cor do islã), com o nítido propósito de impedir o avanço dos soviéticos em direção às águas quentes, junto do Golfo Pérsico e do correspondente controle (ainda que parcial) do fluxo de petróleo para o Ocidente.

“A ideia de que o ‘fanatismo islâmico’ podia ser excitado contra a ortodoxia russa não era inteiramente nova. Constava nos *bulletins* da *Grande Armée* e no manifesto de 1806, de NAPOLEÃO BONAPARTE, traduzido pelo filólogo francês professor ANTOINE ISAAC, BARON SILVESTRE DE SACY (1758-1838), especializado

em vários idiomas, sobretudo o árabe, quando trabalhava para o Ministério dos Assuntos Estrangeiros da França, entre 1805 e 1811. BRZEZINSKI, porém, acreditava que a guerra santa (*Jihad*) contra os soviéticos no Afeganistão, a revolução fundamentalista no Irã, o forte apoio aos *mujahidins* afgãos e a instituição da lei islâmica (*Shari’ah*), no Paquistão, pelo presidente MUHAMMAD ZIA-UL-HAQ (1979) – todos esses fenômenos similares –, refletiam o despertar generalizado de uma orientação mais autoassertiva, baseada na etnicidade e na fé islâmica, razão pela qual os Estados Unidos ‘can accelerate this alliance of hostility’ com grande intensidade através de transmissões de rádio para a Ásia Central, na União Soviética, onde viviam aproximadamente 50 milhões de muçulmanos e de onde o Islã não fora extirpado.” (LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA; *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos*, 3^a ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2017, ps. 33-34)

O governo JIMMY CARTER (1977-1981) foi, desta feita, absolutamente simpático à ideia que, introduzida em sua administração, mais tarde, acabou por ser ampliada por seu sucessor, RONALD REAGAN (1981-1989).

“Os EUA podem e devem acelerar um conjunto de hostilidades (e rebeliões) islâmicas contra os soviéticos.” (ZBIGNIEW BRZEZINSKI; *Power and Principle - Memoirs of the National Security Adviser (1977-1981)*, New York: Farrar, Straus and Giroux, 1983, p. 226)

Gênese do Estado Islâmico e afinidades entre os EUA e o EI

Embora bastasse olhar as *faces exteriorizantes* de ambos *entes globais* para perceber a incontestável *semelhança física*, um rápido exame de DNA não deixa dúvidas: o Estado Islâmico (EI) é fruto de relações incestuosas dos Estados Unidos; ou,

mais precisamente, das políticas irresponsáveis de seus pretensos líderes, que apenas se qualificam, em muitos casos, como governantes despreparados para um cargo cuja importância transborda as fronteiras nacionais norte-americanas.³

“As intervenções militares realizadas no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003) pelo governo do presidente GEORGE W. BUSH concorreram para desestabilizar toda a região e fertilizaram o campo para o florescimento e a expansão do terrorismo, em meio ao caos econômico, social e político. A entidade celebriza como Al-Qaeda descentralizou-se ainda mais, multiplicou-se, com a formação de diversas associações assimétricas, entre as quais a Al-Qaeda na Península Árabe, Al Qaeda no Magreb Islâmico, Jabhat al-Nusrah, Boko Haram, Ansar al-Shari'ah, Somália al-Shabaab, Egyptian Islamic Jihad, etc. Essas associações e outras construíram uma vasta rede multinacional de franchises, com mais amplo alcance, de modo horizontal, não centralizado, i.e., sob o comando de emires regionais, responsáveis pela *Jihad* contra os infiéis (tanto as forças ocidentais e os cristãos quanto os xiitas e outras seitas islâmicas não sunitas), conectando diversos grupos radicais dos movimentos islâmicos no Afeganistão, no Iraque, na Síria, no Sudão, na Somália, na Nigéria, etc.” (ABDEL BARI ATWAN; *After Bin Laden: Al-Qa'ida, The Next Generation*, SAQI, 10/09/2012)

Se a *Al Qaeda* é filha biológica da irrefletida intervenção estadunidense na Guerra (da era soviética) do Afeganistão (1979-1989) - alimentada particularmente pela permanência das tropas ianques, especialmente na Arábia Saudita e após a Guerra do Golfo (1991) - o EI (ou ISIS, sua sigla em inglês)⁴ é, no mínimo, produto da desastrada aventura militar americana no Iraque, e, em partes, filho adotivo do irresponsável apoio às ações europeias de desintegração de países,

outrora estáveis, do Oriente Médio, sob uma romântica roupagem de ‘Primavera Árabe’, como se autoritarismos seculares pudesse ser mágica e instantaneamente substituídos por democracias liberais, ao arrepião de culturas milenares e de complexas heranças geopolíticas.

“A coisa mais deplorável é a tentativa de mudar regimes naquela parte do mundo (Oriente Médio), na expectativa de que, no dia seguinte, tudo se ajeite e que a democracia ao estilo norte-americano se estabeleça. Mas isso é impossível. Estamos testemunhando o que está acontecendo naquela região neste momento. De onde veio o Estado Islâmico? Nunca existiram terroristas ali antes. E, agora, eles têm uma cabeça de ponte naquela região e controlam dois terços do território iraquiano. E o mesmo vem acontecendo na Síria.” (VLADIMIR PUTIN, em entrevista a OLIVER STONE; *As Entrevistas de Putin*, 1. ed., Rio de Janeiro: BestSeller, 2017, p. 48)

Esse é, a propósito, o principal problema político nas relações bilaterais EUA-Rússia, sob a ótica desta segunda nação que, ao arrepião de muitas iniciativas no sentido de uma aproximação, vem, ao reverso, ampliando o “fossó” existente entre os interesses geopolíticos de ambas, situação ainda ampliada pela crescente atuação chinesa, de caráter disruptivo, nas relações internacionais.

“O relacionamento (da Rússia com os EUA) esfriou porque os Estados Unidos apoiaram grupos terroristas no Cáucaso. Isso sempre foi um problema em nossas relações bilaterais. (...) Depois, nossas relações esfriaram ainda mais, por causa da invasão do Iraque (2003) (...)

Houve outras questões que também nos preocuparam. Por exemplo, a saída unilateral dos Estados Unidos do Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM).” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, p. 74)

Gênese do terrorismo Jihadista

Ainda que não seja absolutamente correto afirmar que o nascimento do *terrorismo Jihadista* (islamismo radical)⁵ remonte ao final da década de 1970, posto ter origens muito mais distantes temporalmente, é fato que o ano de 1979 foi, particularmente, marcante no cenário internacional em decorrência de *iniciativas comissivas* (ou mesmo *omissivas*) por parte dos EUA.

No dia 1º de fevereiro, eclodiu a Revolução Iraniana, à luz da negligência omissiva de JIMMY CARTER. Em novembro, a Grande Mesquita em Meca foi assaltada por um grupo radical islâmico. Por fim, em dezembro, o Exército Vermelho invadiu o Afeganistão. As consequências das desastrosas políticas estadunidenses, que em muitos aspectos permitiram estes acontecimentos, ainda hoje se fazem sentir na geopolítica mundial.

Segundo ensinamentos de JOÃO MARQUES DE ALMEIDA (1979: *O Ano que Nasceu a Al-Qaeda*; Instituto Português de Relações Internacionais; 2004), “o ano de 1979 começou com o fim do reinado do Xá REZA PAHLAVI e com a conquista do poder no Irã pelo Aiatolá KHOMEINI. A criação da República Islâmica na antiga Pérsia teve um significado elevado para o Islã. Apesar da Revolução ter sido feita por um movimento xiita, a maioria dos muçulmanos percebeu que o islamismo político tinha real capacidade para chegar ao poder. Com o descrédito sofrido pelo nacionalismo árabe durante a década de 1970, as sociedades muçulmanas assistiram, gradualmente, à substituição do *pan-arabismo* pelo *pan-islamismo* como ideologia política de massas. Neste sentido, imediatamente após ter tomado o poder, KHOMEINI apelou à revolução islâmica. O novo Irã abria assim o caminho para a ‘Pax Islâmica’. Simultaneamente, o confronto com o ‘Grande Satã’

norte-americano acentuava-se, como demonstraram o assalto à Embaixada dos Estados Unidos em Teerã, em novembro de 1979, e a crise dos reféns que se seguiu. A Revolução Iraniana confirmava dois dos pontos centrais dos fundadores do islamismo radical. O poder tinha de ser conquistado através da revolução e os Estados Unidos, na sua condição de líder do mundo ocidental, eram o inimigo principal do Islã”.

“A galvanização provocada pela revolução islâmica no Irã sentiu-se, ainda em 1979, na Arábia Saudita. No dia 20 de novembro, cerca de duzentos militantes islâmicos armados ocuparam a Grande Mesquita de Meca como forma de protesto contra a corrupção interna e a política saudita de alinhamento automático com os americanos. Apesar de ter enfrentado uma forte resistência, o exército do reino acabou por derrotar os assaltantes. Todavia, e com algum espanto, o mundo ficou sabendo da existência de uma oposição islâmica na Arábia Saudita, como de resto se tem confirmado nos últimos tempos. No entanto, o acontecimento mais significativo para o futuro do islamismo radical não foi nem a Revolução Iraniana, nem a crise saudita. O momento crucial ocorreu no fim do ano, no Afeganistão. Aparentemente, quando ocuparam a Rádio Kabul na noite de 27 de dezembro de 1979, os paraquedistas soviéticos afirmaram o seguinte: ‘viemos para salvar a revolução’. Em vez de salvarem a revolução socialista, plantaram as raízes para a emergência de uma ‘revolução islâmica’. À semelhança do que tinha acontecido na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1968, a intervenção da União Soviética no Afeganistão visava consolidar as conquistas da revolução socialista de abril de 1978. Desde o Verão desse ano, a oposição ao regime socialista recorria à violência para combater o governo afegão. A resistência fundava no Islã a sua legitimidade política e os atos de violência eram vistos como o início da ‘Jihad’ contra um governo apoiado por uma potência vizinha ‘infiel’

que, além do mais, tinha enviado as suas tropas para o Afeganistão. Historicamente, a religião sempre teve uma importância central na sociedade afgã. Num país com várias identidades étnicas e culturais, e onde o Estado é uma realidade distante para a maioria da população, a religião muçulmana constitui o fator de união. Convém, no entanto, distinguir o conservadorismo religioso, com claros traços fundamentalistas, e próprio de uma sociedade bastante tradicional, do radicalismo islâmico.

No Afeganistão, o Islã esteve sempre associado a uma organização tribal da sociedade e serviu como fator de unidade nacional e de resistência à expansão dos impérios vizinhos, principalmente o russo e o britânico. Faltava-lhe, contudo, os traços modernos que definem o islamismo radical: um projeto revolucionário, uma concepção totalitária do Estado e uma visão de unidade islâmica transnacional. Até os anos 70, a sociedade afgã não era suficientemente moderna para poder gerar um movimento político islâmico. A modernização dos anos 70 e 80, juntamente com a radicalização provocada pela invasão soviética, contribuíram de um modo decisivo para a emergência do radicalismo islâmico no país. Embora necessários, estes processos foram insuficientes. Precisaram de ajudas externas.

Nesse sentido, é correto afirmar que, em larga medida, o radicalismo religioso chegou ao Afeganistão com a vinda dos combatentes islâmicos de todo o mundo muçulmano, especialmente dos países árabes. Até meados dos anos 1980, a ajuda externa era quase exclusivamente financeira. A partir de 1984, começaram a chegar voluntários de todo o mundo muçulmano para ajudarem a causa afgã. Foi assim que a 'Jihad' contra o invasor soviético se transformou na grande causa do movimento radical islâmico, contribuindo para a sua mobilização política. Aliás, deve notar-se que o apelo à 'Jihad', fora do Afeganistão, foi feito por grupos radicais islâmicos e não por Estados muçulmanos. Na segunda metade da década de 1980, a

causa afgã suplantou mesmo a causa palestina. Calcula-se que entre 1982 e 1992, cerca de 35 mil combatentes islâmicos de todo o mundo estiveram na guerra do Afeganistão. Estas brigadas islâmicas internacionais, ou 'Jihadistas', receberam a ajuda dos serviços de informação do Paquistão e das organizações islâmicas paquistanesas, nomeadamente o Jamaat-e-Islami de Mawdudi e as Madrassas (com amplo e irrestrito apoio norte-americano)." (JOÃO MARQUES DE ALMEIDA; 1979: *O Ano que Nasceu a Al-Qaeda*, Instituto de Relações Internacionais, 2004)

Muito embora o autor citado reduza a importância do protagonismo dos EUA no episódio, através do maciço apoio econômico e militar norte-americano aos chamados insurgentes, é fato que os governos JIMMY CARTER (que iniciou o processo) e RONALD REAGAN (que ampliou a participação estadunidense com foco em seu projeto de "vencer a Guerra Fria") foram os principais responsáveis pela radical transformação de pequenos e precários grupos, desprovidos de armamento e treinamento militar adequado (e com recursos econômicos muito aquém de suas necessidades), em verdadeiras *células terroristas* de grande poder combatente, capazes não somente de vencer o gigante militar soviético, obrigando a uma vergonhosa retirada de tropas em 1989 (repetindo, em certa medida, a humilhante derrota norte-americana do Vietnã em 1975), como bem assim a empreender ataques de grande envergadura, como o primeiro atentado às torres gêmeas em 1993.

"A CIA, com a colaboração do serviço de inteligência do Paquistão (ISI) e da Arábia Saudita, recrutou cerca de 100.000 'combatentes pela liberdade' nos países islâmicos da África do Norte e do Oriente Médio para lutar contra os comunistas ateus, uma operação na qual o dinheiro do comércio de drogas desempenhou relevante

papel. A CIA virtualmente criou OSAMA BIN LADIN, um dos organizadores do recrutamento de *mujahidin*, instigou o fundamentalismo islâmico, refratário, em sua essência, à civilização capitalista, cujos costumes e produtos grande parte dos mulçumanos, embora seletiva ou secretamente os assimilasse e usasse, sempre percebeu como pecado, não permitidos pelos Sunna, pelo modo de vida e pelas tradições do Islã. Esse movimento, após a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, cresceu no Oriente Médio e na Ásia Central, regiões de maior importância econômica e estratégica para as potências industriais do Ocidente, devido às grandes jazidas de gás e petróleo lá existentes. E, manipulados política e culturalmente por serviços secretos estrangeiros (v.g. Arábia Saudita, Paquistão), movimentos islâmicos sunitas, de caráter fundamentalista, começaram a deflagrar diversos conflitos civis, a partir da dissolução da União Soviética (1991) no Tadjiquistão, Uzbequistão, Azerbaijão, na Tchetchênia e em outras repúblicas do Cáucaso.” (SHIREEN HUNTER; *Islam in Russia: The Politics of Identity and Security*. Nova York/Londres, M. E. Sharpe, 2004, ps. 328-330, 348-355).

Não obstante seja verdade que, à época, os EUA *apoiam todas as forças que combatiam os soviéticos, incluindo as que mais tarde deram origem à Aliança do Norte, adversária dos Talibãs e da Al-Qaeda na guerra civil afgã nos anos 90 - sendo também forçoso reconhecer que, no contexto da Guerra Fria e da estratégia de contenção à expansão soviética, fazia, para expressiva parcela dos estrategistas do Pentágono, todo o sentido apoiar os grupos que combatiam o Exército Vermelho no Afeganistão - é lícito, entretanto, afirmar, em tom de sublime advertência, que resta absolutamente conclusivo o fato de que os norte-americanos não anteciparam (como deveriam fazê-lo) a natureza da ameaça da Al-Qaeda e do radicalismo islâmico sunita*, produzindo “artificialmente” um formidável

adversário que se reproduziu de forma surpreendente, quebrando todos os anteriores paradigmas em relação à natureza da guerra - forjando um novo terrorismo, de alcance global - passando a ser, em muitos sentidos, o principal inimigo dos EUA e convalidando-se como a maior ameaça à *democracia liberal* no século XXI.

“BILL CASEY, diretor da CIA no governo de RONALD REAGAN, fez um esforço especial (e isso está documentado) para instigar os muçulmanos no Cáucaso, na Ásia Central, contra a União Soviética. Seu plano era maior do que apenas derrotar a União Soviética no Afeganistão. Ele esperava uma mudança de regime na União Soviética.” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: As Entrevistas de Putin, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, p. 50)

Ao que tudo indica, os EUA repetiram o mesmo erro de *dosimetria* quanto à dimensão do *apoio* (armas, suporte logístico, treinamento e auxílio econômico) concedido historicamente a todos aqueles que - com objetivos próprios e muitas vezes inconfessáveis - aliaram-se, momentaneamente, à causa defendida pelos norte-americanos, seja no caso remoto da Segunda Guerra Mundial - em que a maciça ajuda estadunidense aos soviéticos (US\$ 1.078 bilhão, ou metade do montante que foi gasto com o Projeto Manhattan, incluindo o envio de 14.795 aviões, 7.056 tanques e 131.633 metralhadoras/fuzis), através do programa Lend-Lease,⁶ para vencer o adversário alemão não somente viabilizou um avanço das tropas russas muito além do que seria sensato permitir, como ainda se constituiu na *base inicial* da espetacular máquina de guerra que a URSS forjou contra o Ocidente durante a Guerra Fria - seja no caso mais atual dos grupos *islâmicos radicais*, e na própria criação e fortalecimento da Al-Qaeda em que, à época, os EUA chegaram,

inclusive, a fornecer modernos mísseis terra-ar *Stinger* (e seu correspondente treinamento de manuseio e de táticas de emprego), tecnologia e, fundamentalmente, treinamento com explosivos de alto poder destrutivo que transformou, na prática, grupos com restrito poder ofensivo em “*combatentes do terrorismo global*”.

O nascimento da Al-Qaeda

As origens da *Al-Qaeda*, como força de combate efetiva, remontam ao início da invasão soviética ao Afeganistão (1979-1989), ocasião em que vários *não-afegãos* e voluntários árabes se uniram a um movimento concebido, liderado e financiado pelos Estados Unidos, com apoio do Paquistão, contra o Exército Vermelho. OSAMA BIN LADEN, membro de uma abastada e proeminente família árabe-saudita, liderou um grupo informal que, gradualmente, se tornou uma grande agência de levantamento de fundos e recrutamento para a causa afegã. Este grupo canalizou combatentes islâmicos para o conflito, distribuiu dinheiro norte-americano e forneceu logística e recursos estadunidenses, para as forças de guerra e para os refugiados afegãos.

“Lamentavelmente, o princípio geral de alguns países é apoiar pessoas que possuem visões radicais, a fim de obter ajuda para combater aqueles que aparentemente, são seus inimigos. A questão e o maior problema é que fazer uma distinção entre tais pessoas é impossível. Porque essas pessoas também evoluem e mudam. Elas se adaptam às condições, o que torna impossível entender quem está usando quem: se os serviços de Inteligência dos Estados Unidos estão usando os radicais islâmicos (ou vice versa). Os radicais entendem que os serviços de inteligência querem usá-los para lutar por seus próprios interesses, e ganham dinheiro, conseguem apoio, obtêm armas e, em seguida, desferem um golpe pesado contra seus benfeiteiros. (...) (Isso aconteceu no passado e acontece no presente),

no apoio norte-americano aos chechêniros e na Síria (...). Em vez de tentar juntar forças para combater uma ameaça comum, alguém está, o tempo todo, procurando usar a situação para seu próprio benefício e seus interesses de curto prazo. Porém, no final das contas, são eles os prejudicados por aqueles que apoiam. Foi o que aconteceu na Líbia, quando o embaixador norte-americano morreu.” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, ps. 53-54)

Segundo magistério de JOÃO MARQUES DE ALMEIDA (1979: *o Ano que Nasceu a Al-Qaeda*, Instituto Português de Relações Internacionais, 2004: www.ipri.pt), BIN LADEN desempenhou papel crucial na formação da *Al-Qaeda*, *verbis*:

“O milionário saudita foi um dos que chegou ao Afeganistão para combater os soviéticos. A sua visão do mundo tinha sido profundamente influenciada pelo radicalismo islâmico dos membros da Irmandade Muçulmana egípcia e pelo pensamento de SAYYID QUTB, que se refugiaram no reino saudita após terem sido expulsos do Egito nos anos 60. Alguns deles, incluindo um irmão de QUTB, foram mesmo professores de BIN LADEN na Universidade. Sob uma aparente estabilidade, vivia-se uma atmosfera de radicalismo político e religiosos na Arábia Saudita, que culminou no assalto à Grande Mesquita de Meca. Estes meios radicais eram compostos por jovens universitários e com uma posição social privilegiada, à semelhança do que se passava com BIN LADEN. A invasão do Afeganistão levou a que muitos destes jovens sauditas, juntamente como os seus professores universitários, sentissem o apelo da ‘Jihad’ contra o infiel soviético.

Em 1979, BIN LADEN deslocou-se aos campos de refugiados no Paquistão, iniciando a ajuda financeira (inicialmente com incipientes recursos próprios e, posteriormente, com fartos recursos norte-americanos) à resistência afegã. Em 1982, entrou finalmente no Afeganistão,

juntando-se aos ‘mujahidin’. Quando, em 1984, regressou ao seu país, afirmou que tinha ‘vivido mais em dois anos no Afeganistão do que poderia viver em cem anos noutro sítio qualquer’. Com o aumento da chegada dos combatentes muçulmanos dos países árabes, a partir de 1984, BIN LADEN montou campos de treinamento militar (utilizando-se de expressivos recursos estadunidenses) na fronteira do Paquistão com o Afeganistão, por onde passavam aqueles que ficaram conhecidos como os ‘afegãos árabes’. Foi a partir deste momento que BIN LADEN plantou as raízes para o que viria a ser a Al-Qaeda. No mesmo ano, BIN LADEN conheceu o médico egípcio, AYMAN AL-ZAWAHIRI, membro da Irmandade Muçulmana, o qual tinha fugido da prisão no Egito, e foi um dos principais dirigentes da Al-Qaeda, sendo mesmo considerado o principal cérebro dos ataques do 11 de Setembro.

BIN LADEN e AL-ZAWAHIRI representam os dois padrões de árabes que se transformaram, durante a década de 80, nos ‘soldados do Islã’. Por um lado, o filho de uma família milionária da Arábia Saudita, desiludido com o seu país e à procura de um rumo que acabasse com o vazio de uma vida abastada e fácil. Por outro, um intelectual com ideologias próprias. Milhares de jovens sauditas e de outras monarquias do Golfo seguiram os passos de BIN LADEN. Aliás, as idas para a ‘guerra santa’ no Afeganistão tornaram-se tão comuns que passaram a ser conhecidas como ‘Jihad Tours’. Estas estadias contribuíram para a radicalização dos jovens sauditas, integrando-os no movimento radical islâmico. O outro tipo de ‘Jihadistas’ era constituído por intelectuais e membros das profissões liberais dos países do Médio Oriente e do Magreb, muitos deles com passado político, normalmente associado à Irmandade Muçulmana. Quando os soviéticos se retiraram do Afeganistão, os membros das brigadas islâmicas internacionais tinham duas soluções: regressar para os seus países, onde iriam tentar fazer revoluções, como aconteceu na Argélia, no Egito e na Arábia

Saudita, ou então combater outras guerras de libertação em nome do Islã, como na Caxemira, na Chechênia ou na Bósnia. Quanto ao Afeganistão, um pouco mais moderno e muito mais radicalizado, após o fracasso da revolução socialista, o mesmo passou a ostentar condições de receber a revolução islâmica. A geração da ocupação soviética, educada nas Madrassas do Paquistão, onde aprendeu as lições do islamismo radical, iria finalmente criar uma República Islâmica em meados dos anos 90. Entretanto, o percurso do islamismo radical foi para outras terras.

Empolgado com a abertura soviética, com a queda do Muro de Berlim e com as revoluções democráticas da Europa Oriental, o Mundo Ocidental - e os Estados Unidos em particular - ignorou a importância de uma segunda data crucial para o islamismo radical: 1989. No Afeganistão, as tropas soviéticas retiravam-se esgotadas e humilhadas, e os combatentes islâmicos proclamavam vitória. Simultaneamente, o enfraquecimento da União Soviética abria caminho para o aumento do islamismo na Ásia Central. Na Palestina, o Movimento da Resistência Islâmica (Hamas) passava a liderar a Intifada. No Sudão, a Frente Islâmica Nacional, liderada por Hassan al-Turabi, conquistava o poder através de um golpe de estado. Na Argélia, a Frente de Saudeação Islâmica ganhava as eleições regionais, as primeiras eleições livres desde a independência do país. Do Irã, KHOMEINI, proclamava a ‘fatwa’, a declaração de morte, contra o britânico SALMAN RUSHDIE, o autor dos “Versos Satânicos”. Dito de outro modo, em 1989, o ‘Jihad’ afegão derrotou uma das duas superpotências, um dos principais ideólogos do movimento islâmico internacional, TURABI, chegou ao poder através da revolução e o líder da Revolução iraniana expandiu as leis do Islã para a Europa ocidental. Em suma, um ano de vitórias e de expansão para o islamismo radical.” (JOÃO MARQUES DE ALMEIDA; 1979: *O Ano que Nasceu a Al-Qaeda*, Instituto de Relações Internacionais, 2004)

É importante destacar que, após a retirada soviética do Afeganistão em 1989, vários veteranos da guerra desejaram voltar a lutar novas guerras pelas causas islâmicas. A invasão e ocupação do Kuwait pelo Iraque, em 1990, levou o governo estadunidense a decidir enviar suas tropas, em coligação com a Arábia Saudita e diversas outras nações, com o intuito de expulsar as forças iraquianas daquele país. A Al-Qaeda se inclinava, à época, fortemente, contra o regime de SADDAM HUSSEIN, na exata medida em que este era acusado pelos fundamentalistas muçulmanos de ter tornado o Iraque um Estado laico. BIN LADEN ofereceu os serviços dos seus combatentes ao trono saudita, mas a presença de forças “infiéis” em território islâmico sagrado (a concepção prevalecente é que se tratava de uma luta entre islâmicos) foi vista por BIN LADEN como um ato de traição. Então este, outrora financiado e treinado pelos EUA, decidiu opor-se aos seus antigos aliados. A Al-Qaeda passou a considerar os Estados Unidos como opressivos contra os muçulmanos, citando, como argumentos sofismáticos, o apoio estadunidense a Israel nos conflitos entre palestinos e israelitas e, sobretudo, a manutenção da presença militar estadunidense em vários países islâmicos, particularmente na Arábia Saudita, após o fim da guerra, em 1991.

“Em Agosto de 1990, o Iraque de SADDAM HUSSEIN invadiu o Kuwait. Receando uma possível agressão iraquiana, o reino saudita pediu proteção militar aos Estados Unidos, cuja administração rapidamente deslocou tropas para o país. O movimento radical islâmico saudita assistiu assim à chegada de pretensos soldados infiéis à terra sagrada do Islã. Para evitar a presença militar norte americana, BIN LADEN ainda ofereceu os serviços da Al-Qaeda para combater as tropas iraquianas. O governo saudita recusou a oferta. Como resposta, os radicais islâmicos declararam inválida a custódia da monarquia saudita

*dos lugares sagrados do Islã, Meca e Medina. BIN LADEN comparou o estabelecimento de bases militares americanas na Arábia Saudita com a invasão soviética do Afeganistão. Convencidos de que tinham desempenhado um papel central na derrota do império soviético, BIN LADEN e os seus companheiros convenceram-se que também seriam capazes de vencer o império americano (não obstante sua existência efetiva derivar-se diretamente do financiamento, treinamento e suporte estadunidenses). A declaração de guerra aos Estados Unidos teve o seguinte título: ‘declaração da Jihad contra a ocupação americana dos lugares sagrados’. Simultaneamente, BIN LADEN apelava à revolução contra a monarquia saudita. Desde a chegada das tropas soviéticas e de BIN LADEN ao Afeganistão, em 1979, o caminho tinha sido longo. Para defender o uso do território do Afeganistão com o objetivo de desestabilizar as colônias britânicas na Índia, TROTSKY afirmou um dia que ‘a estrada da revolução para Paris e Londres passa pelas cidades do Afeganistão’. Oitenta anos mais tarde, ‘a estrada para Nova Iorque e Washington voltou a passar pelo Afeganistão’. +Desta vez, com mais sucesso.” (JOÃO MARQUES DE ALMEIDA; 1979: *O Ano que Nasceu a Al-Qaeda, Instituto de Relações Internacionais*, 2004)*

Apesar do fantástico crescimento do grupo que passou a ter alcance de letalidade no contexto global, vários estudiosos, como MICHAEL SCHEUER, um ex-analista da CIA sobre terrorismo, acreditam que a Al-Qaeda evoluiu para um movimento “(...) no qual a Jihad é autossustentável, os guerreiros islâmicos lutam contra a América com ou sem a aliança de BIN LADEN e da Al-Qaeda originária, e no qual o nome traz inspiração para novos ataques internacionais”.

A inteligência do Presidente GEORGE BUSH, em 1991, com o intuito de manter o partido Baath no poder, ainda que preferencialmente sem a liderança de SADDAM HUSSEIN - assegurando um Iraque secular - foi, entretanto, contrastada com o despreparo de seu filho GEORGE W. BUSH no

comando da denominada Segunda Guerra do Golfo (Guerra do Iraque), em 2003, o que permitiu não somente a desintegração efetiva daquele país, como ainda, de forma colateral, o amplo fortalecimento de uma nova e revigorada *Al-Qaeda* e, mesmo, o surgimento de outros grupos radicais, além de, posteriormente, o próprio nascimento do Estado Islâmico (EI ou ISIS) como resultado direto das desastrosas políticas de desestabilização e derrubada de *regimes autoritários* (porém, *seculares*), principalmente na Líbia e, ainda que sem êxito (por força da intervenção russa) na Síria, patrocinados pelos principais protagonistas da União Europeia, com amplo e irresponsável apoio de BARACK OBAMA, no contexto histórico do que se convencionou chamar de “Primavera Árabe”.

“Não foi apenas BUSH filho que errou em suas ‘intervenções’ no Oriente Médio. BARACK OBAMA comandou uma desastrada ofensiva para derrubar MUAMAR KADAFI, deixando como herança uma Líbia em guerra civil. Na Síria, o governo OBAMA apoiou uma oposição controlada por terroristas Jihadistas. (...) Sem dúvida, fazem falta, na política externa norte-americana, líderes como BUSH pai.” (GUGA CHACRA; *O Primeiro Bush e o Oriente Médio*, O Globo, 06/12/2018, p. 23)

“Acho que foi um erro (os EUA) enviarem tropas para o Iraque (em 2003) e derrubar SADDAM HUSSEIN. (...) O presidente BUSH (pai), por sua vez, agiu muito bem em 1991. Ele foi cauteloso. Ele respondeu à agressão e, em seguida, parou, no tempo certo (...) É deplorável a tentativa de mudar regimes naquela parte do mundo, na expectativa de que, no dia seguinte, tudo se ajeite e que a democracia ao estilo norte-americano se estabeleça. Mas isso é impossível. Estamos testemunhando o que está acontecendo naquela região neste momento. De onde veio o Estado Islâmico? Nunca existiram terroristas ali antes. E, agora, eles têm, uma cabeça de ponte naquela região e controlam dois terços do território iraquiano. E o mesmo vem

acontecendo na Síria. A Líbia, como Estado territorialmente íntegro, deixou de existir. (...) Podemos ver que o resultado de todas essa ações foi uma catástrofe.” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, ps. 47-48)

A ingenuidade infantil de simplesmente desejar transformar *ditaduras seculares* (construídas inicialmente pela lúcida estratégia britânica de oposição aos movimentos islâmicos radicais iniciais,⁷ como a *Irmandade Muçulmana*) em *democracias liberais estáveis* não só conduziu ao desastre da construção de uma perigosa *instabilidade política* em toda a região - quase conduzindo o próprio Egito ao colapso, se não fosse o tempestivo recuo estratégico dos EUA - como, ainda, ampliou as bases do *terrorismo islâmico*, criando novos grupos com seus principais líderes e integrantes, mais uma vez, financiados e treinados pelos EUA.

“O grupo ISIS nasceu das sobras da Al-Qaeda, que é uma organização fundamentalista islâmica internacional, constituída por células colaborativas e independentes que visam disputar o poder geopolítico no Oriente Médio. Inicialmente, a atuação do grupo tinha por objetivo expulsar as tropas russas do território afegão. Os Estados Unidos apoiaram o movimento e enviaram ajuda financeira à organização para a compra de armas e realização de treinamentos. Todavia, com a Guerra do Golfo (1991) e a instalação de bases militares estadunidenses na península arábica (sede dos principais santuários do Islã), BIN LADEN iniciou uma campanha contra os estadunidenses.

A desastrosa forma de ocupação durante a intervenção no Iraque em 2003, alijando do poder o partido Baath - com toda a sua estrutura administrativa - permitiu uma oportunística fusão entre uma insurgência reativa ao modo que os EUA alijaram do poder o partido de SADDAM HUSSEIN (e não propriamente o

mesmo) e os interesses de uma fragilizada Al-Qaeda, de nítida feição terrorista, que desejava se reerguer. Foi este casamento perfeito que permitiu a surpreendente criação de uma complexa organização estatal, chamada Estado Islâmico.” (REIS FRIEDE; Fragmentos de Palestra sobre Teoria do Estado e Sociologia dos Conflitos Proferida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME em 04/04/2018)

Gênese do movimento Talibã

O movimento *Talibã* surgiu, inicialmente, como uma *facção política armada*, na região fronteiriça compreendida entre o Afeganistão e o Paquistão, no final da década de 1980, quando aquele país ainda encontrava-se sob ocupação soviética (1979-1989), reunindo, sobretudo, integrantes da etnia *pashtun* (maioria étnica da população afgã) que, naquela oportunidade, resistiam à presença do exército vermelho.

Não obstante veementes negativas oficiais, é fato que o governo paquistanês esteve diretamente envolvido na fundação e no subsequente fortalecimento político, militar e econômico do *Talibã*. Naquele período de ocupação soviética, Islamabad forneceu apoio direto e indireto ao *movimento guerrilheiro* e treinou combatentes no Afeganistão, em obediência a diretrizes norte-americana, que objetivavam prejudicar a União Soviética, no contexto da Guerra Fria. Os EUA também forneceram amplo apoio financeiro e militar ao movimento, constituindo-se no principal responsável pela sua existência como grupo de grande potencial ofensivo.

Nesse sentido, assim como no caso da *Al-Qaeda*, é cediço reconhecer, independentemente de qualquer escopo analítico ou viés ideológico, que o *Talibã* também possui inconteste DNA norte-americano, não obstante a opinião contrária de alguns estudiosos sobre o tema:

“Pode-se dizer que os EUA não anteciparam a ameaça da Al-Qaeda e do radicalismo islâmico sunita; mas isto é consideravelmente diferente de lhe atribuir a paternidade do movimento de BIN LADEN.” (JOÃO MARQUES DE ALMEIDA; 1979: *o Ano que Nasceu a Al-Qaeda*, Instituto Português de Relações Internacionais, 2004)

Diferente de outras *fações terroristas*, entretanto, resta oportuno destacar que o *Talibã* chegou ao poder se estabelecendo no contexto político em um Estado - no caso, o Afeganistão, em 1996 - como entidade vitoriosa na guerra civil (entre grupos islâmicos) que se seguiu à retirada soviética, em 1989. No poder, o grupo guerrilheiro, fortemente armado e treinado pelos EUA e Paquistão, não teve muitas dificuldades em instaurar um *governo de terror*, impondo a *sharia*, ou, em outras palavras, oprimindo mulheres, perseguindo minorias étnicas, promovendo expurgos, chegando ao ponto de implodir, em cenas levadas a todos os lares do mundo pela TV oficial, as estátuas dos Budas de Bamiyan, patrimônios da humanidade.

Somente em 2001, após os atentados de 11 de setembro, o regime foi deposto por uma coalizão liderada pelos Estados Unidos, sob o argumento de abrigar membros da *Al-Qaeda*, incluindo seu líder, OSAMA BIN LADEN.

Entretanto, mesmo alijados do poder no Afeganistão e, após conseguirem - com considerável apoio de integrantes do Exército e do serviço secreto paquistanês - evadir-se das forças dos Estados Unidos, durante o verão de 2002, os integrantes do *Talibã* remanescentes começaram a se reagrupar, permitindo conceber uma *insurgência* que o Mulá MOHAMMED OMAR havia prometido durante os últimos dias do *Talibã* no poder.

Destarte, durante o mês de setembro de 2002, as forças talibãs iniciaram uma campanha de recrutamento em áreas *pashtuns* no Afeganistão e

no Paquistão para lançar uma “*Jihad*” renovada e lutar contra o governo afegão e a coalizão de países integrantes da OTAN, liderada pelos Estados Unidos. Panfletos distribuídos secretamente à noite também começaram a aparecer em muitas aldeias e no antigo reduto *talibã* no sudeste do Afeganistão. Pequenos campos de treinamento móveis foram estabelecidos ao longo da fronteira com o Paquistão por fugitivos da *Al-Qaeda* e do *Talibã* para treinar novos recrutas em táticas de guerra irregular de guerrilhas.

É importante mencionar que a maioria dos novos integrantes do *Talibã* foram retirados das madrassas ou escolas religiosas das áreas tribais do Paquistão, de onde o *Talibã* tinha inicialmente surgido, sendo certo que as principais bases, algumas com cerca de 200 homens, foram criadas nas áreas tribais montanhosas do Paquistão no verão de 2003.

Nesse diapasão analítico, vale registrar que a determinação dos paramilitares paquistaneses, estacionados nos postos fronteiriços com o objetivo de evitar essa infiltração, foi logo posta em cheque, restando evidente que as operações militares paquistanesas se encontravam seriamente comprometidas e não teriam qualquer eficácia, conforme se verificou mais tarde.⁸

O desvio de foco e de atenção por parte da administração de GEORGE W. BUSH, devido à decisão concomitante de iniciar novas operações militares, no contexto da Guerra do Iraque, associados à topografia e ao isolamento do local, adicionados à profunda desconfiança do governo paquistanês com a política externa dos Estados Unidos, e ao fortalecimento da *Al-Qaeda* na região, favoreceram enormemente o aumento da *insurgência talibã*, conduzindo a um verdadeiro impasse no conflito, mormente se também

considerarmos as ínsitas restrições ao emprego do poder militar estadunidense em decorrência de aspectos próprios de *Assimetria Reversa*⁹ não mais neutralizados (pelo menos em parte, conforme se planejou inicialmente) pela via de utilização de forças militares paquistanesas no contexto da concepção (pelo menos parcial) de “*guerra por procuração*”.

O financiamento guerrilheiro passou a ser feito através da venda de ópio (uma vez que a atual insurreição depende de seu comércio para comprar armas, formar os seus membros e conquistar apoio), como restou sobejamente demonstrado. Afinal, em 2001, o Afeganistão produziu apenas 11% do consumo mundial de ópio, chegando a produzir mais de 93% da produção mundial, em 2015, sendo que o comércio de drogas é responsável por pelo menos metade do Produto Interno Bruto - PIB do Afeganistão.

Com a eleição de BARACK OBAMA à presidência dos Estados Unidos, em 2008, mudou-se o *foco* da ação militar global no contexto da chamada *Guerra ao Terror*, deslocando-o pendularmente do Iraque para a fronteira Afeganistão-Paquistão. O chamado “Plano Obama” previa a derrota da *Al-Qaeda* no Afeganistão e no Paquistão através de uma crescente (e pouco refletida) ajuda financeira à Islamabad, o aumento da própria presença militar dos Estados Unidos no Afeganistão e negociações com os membros moderados do *Talibã* com o objetivo de torná-los um partido político.

A estratégia, contudo, não obteve os resultados esperados, mormente pelo fato de que a porosa região fronteiriça entre o Afeganistão e o Paquistão, controlada por líderes tribais da etnia *pashtun*, se transformou, na prática, no bastião do grupo islâmico *Talibã* e da *Al-Qaeda*, ao mesmo tempo em

que o suposto “aliado” Paquistão, desde o início do conflito e, mais recentemente com indisfarçável cinismo, passou a ser acusado de fazer “vista grossa” aos extremistas islâmicos do *Talibã*. Os Estados Unidos passaram então a externar de forma mais contundente (ainda que sem muitos resultados práticos) sua insatisfação com a permissividade na fronteira afegã-paquistanesa, onde ainda existem inúmeros focos de militantes do *Talibã* e *Al-Qaeda* agindo livremente, bem como com as operações militares paquistanesas que se revelaram de efetividade, no mínimo, duvidosa. Mais estarrecedor foi a constatação de que o ISI (serviço secreto paquistanês) é constantemente acusado, por parte dos oficiais norte-americanos, de manter estreitos laços com radicais islâmicos e de colaborar internamente com os insurgentes.

Após maio de 2011, a morte de OSAMA BIN LADEN - localizado, pelos serviços secretos estadunidenses, em território paquistanês, na cidade de Abbottabad, instalado há cinco anos em residência confortável a pouca distância (pouco mais de um quilômetro) de uma unidade militar (Academia Militar do Paquistão) - fez com que os EUA mudassem radicalmente de estratégia, ao mesmo tempo em que, em represália, muitas figuras afegãs proeminentes foram assassinadas pelos insurgentes, incluindo MOHAMMED DAUD, AHMED WALI KARZAI, JAN MOHAMMAD KHAN, GHULAM HAIDER HAMIDI, BURHANUDDIN RABBANI e outros. Em resposta a este novo desafio, grandes operações militares foram iniciadas dentro do Afeganistão contra os insurgentes, com o propósito de interromper suas redes logísticas e forçá-los à mesa de negociação.

Ainda assim, países da região, particularmente o Paquistão e o Irã (apesar de sua orientação *xiiita*), continuam a ser frequentemente acusados de

financiar e apoiar *grupos insurgentes*, tornando extremamente difícil (e complexa) uma vitória derradeira contra o *Talibã* e demais *grupos islâmicos radicais* que, outrora existentes, se fortaleceram, ou que, simplesmente, foram criados no contexto da denominada *Guerra ao Terror* em solo afegão.

Notas complementares

1. A origem do Islamismo

O profeta do Islamismo, MAOMÉ, nasceu na cidade de Meca no ano de 571, e, já em sua adolescência, teve contato com o Cristianismo (Catolicismo), que, por sua vez, se encontrava completamente desfigurado (naquele tempo) em relação aos seus preceitos originários. Tal fato permitiu, por exemplo, que MAOMÉ tivesse a impressão de que os cristãos acreditavam que MARIA era, de fato, DEUS, ou que, de certa forma, fizesse parte da divindade, permitindo a construção de uma (natural) reação inicial adversa ao Cristianismo. Portanto, toda a crescente aversão às ideias cristãs, por parte de MAOMÉ, se deve a esta (particularmente) “versão deformada” (do Catolicismo) do início da Idade Média, com a qual o Profeta teve contato.

Mais tarde, com aproximadamente 25 anos de idade, MAOMÉ declarou ter recebido uma “visita especial” do anjo GABRIEL enquanto meditava em uma caverna. Segundo o profeta, GABRIEL lhe disse três vezes: “Recita! Recita! Recita!”. Logo a seguir, MAOMÉ, assustado e confuso com a aparição do anjo e de suas palavras, fugiu apressadamente da caverna.

Segundo relatos históricos, em um período entre seis meses e três anos, MAOMÉ ficou sem receber novas “visitas” ou revelações. Após esse espaço de tempo, entretanto, as aparições voltaram,

fosse na forma do anjo GABRIEL, ou como visões e sensações que o atingiam a qualquer momento do dia. Para MAOMÉ, tais “sintomas” só poderiam ser encarados como revelações que ele estaria recebendo de DEUS, referido como ALÁ na religião islâmica.

As ditas sensações, revelações e aparições do anjo GABRIEL perseveraram por cerca de 23 anos até a morte de MAOMÉ, aos seus 62 anos de idade, em junho de 632. Nas aparições de GABRIEL, o anjo sempre trazia as mensagens de ALÁ, e MAOMÉ, como não possuía a habilidade da escrita, decorava e recitava as referidas revelações, transmitindo-as para indivíduos próximos, os quais transcreviam as palavras do Profeta. Foi unicamente deste “acervo” de revelações que veio a ser composto o Alcorão (livro sagrado do Islã).

Desta feita, de forma diversa do apregoado pelo senso comum, é cediço concluir que, em verdade, o Profeta (por ser analfabeto) jamais pôde conferir pessoalmente a autenticidade das transcrições, fato que ensejou a possibilidade de diferentes interpretações sobre os escritos do Livro Sagrado, pelos mais variados ramos do Islã-mismo até a presente data.

Vale registrar, em necessária adição, que, inicialmente, MAOMÉ não recebeu os devidos créditos pela “obra”. Porém, o mesmo começou a ser reconhecido pelos familiares e amigos como um verdadeiro Profeta de DEUS (ALÁ). Algum tempo depois, já com mais seguidores, o Profeta se mudou da cidade de Meca para Medina, e, nesta nova localidade, tornou-se não só um importante prócer religioso, como também um líder político e militar.

Nesse sentido, resta categórico que a nova religião que MAOMÉ estava trazendo para co-

nhecimento do povo formava uma visão de civilização que incluía não somente uma liderança espiritual, como também a criação de um Estado e, por conseguinte, de um sistema político que seguia leis políticas e religiosas. Destarte, é válido consignar que a intenção de MAOMÉ, desde as suas origens, sempre foi a de criar uma *Nação Islâmica*, uma concepção nacional que fosse guiada e orientada pelos escritos do Alcorão, ainda que estes tivessem sido “anotados” por terceiros, sem a efetiva possibilidade de plena verificação quanto à fiel reprodução gráfica.

Naturalmente, à medida que o movimento em torno de MAOMÉ se avolumou, focos de resistência começaram a se formar, inclusive em Medina. Em razão deste fato, guerras violentas irromperam entre os seguidores do Profeta e a aludida resistência. MAOMÉ liderou seu povo em mais de 20 guerras, provando ser um habilidoso guerreiro e uma grande referência militar.

Nesse sentido, MAOMÉ pode ser considerado, em qualquer contexto analítico, o árabe mais importante que já existiu e, talvez, o homem mais influente para a humanidade depois de JESUS, a julgar pelo expressivo número de seus seguidores. O Profeta Islâmico foi reconhecido, seguido e temido. Consolidou sua religião em um Império, o qual conquistou inúmeras terras e impôs sua “Lei”.

A partir da morte de MAOMÉ, várias disputas ocorreram no que tange à sua sucessão. Este processo não ocorreu de forma pacífica: vários indivíduos próximos ao Profeta (incluindo seus sogros, devido à grande quantidade de esposas que o mesmo possuía, além de tios e outros familiares) entraram em contenda para pleitear o título de Califa (nome dado àqueles que sucederam MAOMÉ como líder do movimento islâmico).

Não obstante, o Islamismo se propagou, fundamentalmente devido às conquistas de terras na Ásia, África e no Oriente Médio. Nos meados da Idade Média, o Islamismo havia avançado muito mais, em termos territoriais, do que o Catolicismo nos primeiros séculos da era cristã, sendo importante reconhecer que o crescimento do Islã foi reconhecidamente extraordinário durante o aludido período.

A fonte suprema de autoridade do Islamismo é o Alcorão (uma espécie de Constituição para os países teocráticos), ou seja, a “coleção” de revelações que MAOMÉ transmitiu aos seus fiéis, ainda que através da escrita por terceiras pessoas. Alcorão significa, por excelência, leitura ou recitação, esta última em alusão à forma como a obra foi elaborada e, também, com o intuito de transmitir a mensagem de que ele deve ser lido, recitado e decorado por todos aqueles que são seus seguidores.

O Alcorão, para o Islamismo, é a palavra *final* e *completa* de DEUS, a última revelação, superior às escrituras hebraicas (Antigo Testamento) e aos escritos do Novo Testamento (Bíblia). O livro sagrado Islâmico reconhece a procedência divina tanto da Lei de MOISÉS como do Evangelho; contudo, o Islã manifesta que as escritas de ambos os testamentos foram deturpadas (ainda que a fidelidade das palavras de MAOMÉ também jamais tenham sido conferidas pelo mesmo), e que JESUS, quando alçou ao céu, levou consigo a única cópia genuína do Novo Testamento. Por esta razão, para os seguidores do Islã, o livro sagrado usado pelos cristãos hodiernamente é apenas uma versão “adulterada” do dito Novo Testamento.

Nessa toada, o Alcorão encontra-se na base da cultura Islâmica, em seus movimentos filosóficos e em suas atividades culturais; ele traz determinações para todas as áreas da vida e regulamenta todas as atividades humanas, da mesma forma

que nas nações democráticas (onde “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”) as respectivas Constituições regem a vida social.

Existem, todavia, diferentes linhas de interpretação referentes ao Alcorão dentro do Islamismo (até porque, como afirmado alhures, o Profeta, por ser analfabeto, confiou a transcrição de seus pensamentos à seguidores), sendo a Suna a grande (e maior) diferença entre os seguidores da religião. A Suna é uma coletânea de histórias que, de certa forma, completam o Alcorão, tendo esta sido escrita cerca de 100 anos depois da morte de MAOMÉ. A Suna traz memórias, lendas, ditos e atos atinentes ao Profeta. Todavia, a Suna não é aceita pela unanimidade dos adeptos do Islamismo, mas, no entanto, é adotada pela maioria (cerca de 85% a 90%), razão pela qual a facção majoritária do Islã é denominada Sunita, enquanto a parte minoritária é titulada como Xiita (aqueles que não aceitam a Suna, mas apenas o Alcorão).

Em síntese, as diferentes interpretações concernentes ao conteúdo redacional do Alcorão, em conjunto com as divergências de opinião entre os Sunitas e os Xiitas, provocaram sobre o Islã, especialmente na contemporaneidade, diversas críticas pela Sociedade Internacional por conta de presumíveis costumes ultrapassados (principalmente em relação às mulheres) e, sobretudo, pelos atos terroristas praticados (supostamente) em seu nome. Em vista disso, surge uma linha mais moderna de interpretação do Alcorão, com o propósito de “suavizar” o impacto de alguns ditos presentes no livro sagrado, tornando-o (pretensamente) mais próximo das concepções (originárias de paz e harmonia) preconizadas por MAOMÉ e por suas revelações divinas.

2. GEORGE KENNAN: o arquiteto da política de contenção no contexto da Guerra Fria

Uma relativa convicção quanto à vitória sobre as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) fez com que, desde o início das hostilidades no contexto da Segunda Guerra Mundial, os Aliados abordassem os futuros problemas do pós-guerra em uma série de sete conferências em que se buscou, em última análise, um acordo comum objetivando construir novos alicerces para a paz mundial. Por força de naturais ambições nacionais, todavia, o que mais se constatou, durante todo o transcurso temporal das mesmas, foi uma acentuada e complexa *disputa política* que, por fim, se transformou em uma nova modalidade de confronto que se designou por *Guerra Fria*.

O primeiro encontro entre os dois principais representantes aliados teve lugar em TERRANOVA, em agosto de 1941, onde CHURCHILL e ROOSEVELT subscreveram a Carta do Atlântico, que acabou por se constituir no marco inicial da supremacia norte-americana do pós-guerra. Até aquele ano o chamado “*new deal*” ainda não conseguira resolver todos os problemas econômicos dos Estados Unidos e a Carta do Atlântico, neste aspecto, reservava, em alguns de seus principais dispositivos, grandes vantagens econômicas para os EUA (como a abertura de diversos mercados britânicos), bem como, reservava para a América o papel de principal fornecedor de armamentos para os países beligerantes, reativando a capacidade industrial norte-americana através da injeção de bilhões de dólares em ouro e outras formas de pagamento, além de créditos especiais a serem resgatados no futuro, após a conclusão do conflito.

CASABLANCA, em janeiro de 1943, foi o segundo encontro dos dois grandes, dessa vez com a presença de CHARLES DE GAULLE (como

representante da resistência francesa), ocasião em que se abordou, pela primeira vez, o objetivo de impor uma rendição incondicional à Alemanha, ao mesmo tempo em que fixava uma data para o desembarque aliado na Sicília. O desembarque na França (ainda que com algumas ressalvas do lorde inglês, que, prevendo um futuro e eventual confronto com a URSS, preferia um desembarque nos Balcãs, criando uma linha de contenção em relação à URSS, permitindo aos anglo-americanos, em última análise, chegarem primeiro à Alemanha e ocupar a Europa Oriental) restou estabelecido por CHURCHILL e ROOSEVELT, em WASHINGTON, no terceiro encontro, realizado em maio de 1943. No mês de agosto do mesmo ano, em um quarto encontro, ambos voltariam a se reunir em QUEBEC para discutir os projetos de desmembramento da Alemanha. Em TERRAÇO, no mês de novembro de 1943, os Aliados, já com a presença de STALIN, realizavam a quinta conferência para tratar do futuro da Alemanha, com base no chamado Plano MORGENTHAU, proposto pelo Presidente ROOSEVELT, que consistia na destruição de toda a indústria alemã e na transformação do povo alemão em pastores e camponeses, incapacitados para qualquer rearmamento. Tanto ROOSEVELT como CHURCHILL, entretanto, viriam a abandonar o projeto quando das primeiras dissensões com STALIN.

A sexta conferência, realizada em IALTA, na Crimeia (URSS), entre 4 e 11 de fevereiro de 1945, se destacou como o mais importante encontro dos Aliados durante a Segunda Grande Guerra. O clima era desfavorável ao Ocidente, pois além do encontro ter sido realizado em solo soviético, ocorreu com um ROOSEVELT doente, ao qual apenas dois meses separavam-no da morte (12/04/1945), e um CHURCHILL prestes a ser derrotado por CLEMENT ATTLEE

nas eleições britânicas, além do grande Projeto MANHATTAN ainda não estar plenamente concretizado. Nessa altura, apesar do exército norte-americano estar intacto (com um contingente de mais de 12 milhões de homens) e a indústria bélica se encontrar no auge da produção, a União Soviética se encontrava fortemente armada (sobretudo às custas de um amplo programa de auxílio econômico e militar norte-americano), constituindo-se no maior exército terrestre da Europa. O objetivo principal da conferência foi decidir o fim da guerra e, particularmente, a repartição das zonas de influência entre o Oeste e o Leste. A vontade de ROOSEVELT em poupar alguns milhares de vidas norte-americanas foi, neste sentido, segundo opinião dos mais renomados historiadores, o principal fator dos grandes equívocos perpetrados nas negociações em IALTA. O presidente dos Estados Unidos estava ciente de que um acordo completamente favorável ao Ocidente, como era possível à época, significaria uma eventual e arriscada confrontação direta com as tropas soviéticas, além de uma quase certa ausência de auxílio, por parte da URSS, contra o Japão na guerra da Ásia e do Pacífico (naquele momento considerado de grande importância).

Ainda assim, o primeiro-ministro britânico (que não compartilhava dos temores norte-americanos) conseguiu para a França uma zona de ocupação na Alemanha e um lugar na comissão de controle, ficando decidido que a Alemanha seria desarmada, desmilitarizada e desmembrada, exigindo-se lhe reparações pelos danos causados. No que concerne à Polônia, STALIN conseguiu que fosse admitido o governo comunista estabelecido em Lublin, para que, conjuntamente com os exilados de Londres, decidissem o futuro deste país. TITO foi reconhecido como

legítimo governante da Iugoslávia, atendendo a exigências soviéticas, bem como, as fronteiras polonesas foram fixadas segundo a linha dos rios Oder-Neisse, o que permitia à URSS conservar territórios da Polônia Oriental.

Com a capitulação da Alemanha (7 de maio de 1945), reuniram-se na sétima e última Conferência, em POTSDAM (arredores de Berlim), STALIN, HARRY TRUMAN (sucessor de ROOSEVELT) e CHURCHILL (em seu lugar, antes do encerramento dos trabalhos, entrou CLEMENT ATTLEE, novo primeiro-ministro inglês) com o objetivo de ratificar as decisões de IALTA. A conferência iniciou-se em 17 de julho de 1945, um dia após a explosão da primeira bomba atômica no Novo México, e terminou no dia 2 de agosto.

TRUMAN iniciara a conferência com um grande trunfo, pois fora avisado do sucesso da nova arma horas após o início da reunião. O clima do encontro foi de intensa desconfiança, o que não impediu, por outro lado, a ratificação de todas as decisões de IALTA, mesmo aquelas em que eram notoriamente desfavoráveis ao Ocidente. Não se chegou a nenhum acordo sobre a nova ordenação europeia, nem sequer sobre o destino da Alemanha, que, provisoriamente, ficaria sob o domínio dos quatro exércitos vencedores, aplicando-se o mesmo estatuto em Berlim (que ficava dentro da zona soviética). Os mais altos assessores de TRUMAN insistiram na utilização da ameaça nuclear para obrigar STALIN a respeitar o seu compromisso sobre a autodeterminação da Europa Oriental, conforme acordado em IALTA (mas, até aquele momento, ainda não respeitado). Contudo, os mesmos não tiveram qualquer sucesso, fato que propiciou, pouco tempo depois, a consolidação da chamada “cortina de ferro” (termo cunhado por CHURCHILL

em uma conferência para estudantes, em 5 de março de 1946, no Westminster College, no Missouri, EUA) pela União Soviética.

Somente em 1947 foram firmados tratados de paz com a Itália, Finlândia, Romênia, Hungria e Bulgária, tendo os três últimos sucumbido à ocupação soviética durante todo o período da Guerra Fria.

A ONU ficou constituída em 24 de setembro de 1945, sob a exigência do senado norte-americano do poder de veto, inicialmente, para sete nações: EUA, URSS, Reino Unido, França, China, Índia e Brasil, que se tornariam, desta feita, membros permanentes de um conselho de segurança. Sob o veto do primeiro-ministro britânico, foram retirados, entretanto, os nomes da Índia e do Brasil, formando os cinco primeiros o conselho de segurança conjuntamente com mais 10 nações eleitas e sem poder de veto. A existência da organização não impediu, todavia, a acirrada disputa na Europa e o consequente expansionismo soviético.

A Europa do pós-guerra emergiu numa grave crise econômica. O mercado negro tomou conta da economia, obrigando o Reino Unido a tomar medidas espartanas de austeridade. Na França assumiu a presidência o socialista AURIOL, durante a constituição da IV República. Na Itália, DE GASPERI aceitou a chefia do primeiro governo republicano de consolidação formado por democratas-cristãos, socialistas e comunistas. Na Bélgica, a monarquia conseguiu sobreviver com a substituição do Rei LEOPOLDO III por seu irmão CARLOS e, posteriormente, por seu filho BALDUÍNO. Na Alemanha, a comissão interaliada de controle levou a efeito a “desnazificação” combinada em POTSDAM, conduzindo a processo judicial aproximadamente seis milhões de alemães.

Na Grécia, o fim da guerra desencadeou uma guerra civil com objetivo de mudanças nas estruturas sociais e políticas. Confrontos violentos ocorreram no momento em que o governo de unidade de PAPANDREU ordenou a desmobilização das guerrilhas para as integrar ao novo exército nacional. STALIN combinara com CHURCHILL que a Grécia seria zona de influência britânica. Os comunistas, na sua luta, não contariam, pois, com nenhuma ajuda direta dos exércitos soviéticos. TITO seria quem, no mais alto grau, daria prosseguimento à longa e cruenta luta, até que em 1949 decidisse fechar as fronteiras, ficando assim os comunistas gregos isolados, apesar de terem chegado a dominar extensas zonas do norte do país.

No início de 1947, o governo britânico, que iria fazer face a uma profunda crise econômica, deu conhecimento a TRUMAN de que retiraria da Grécia 40.000 soldados antes de março. Neste momento, em todo o leste europeu libertado pelos soviéticos, os governos comunistas consolidavam a sua posição, em completo desrespeito ao que fora acordado em IALTA. A despeito da supremacia econômica (o PIB dos EUA representava, à época, 53% da renda mundial) e militar (os EUA possuíam o monopólio das armas atômicas) estadunidense, a política de Moscou continuava a abraçar e a incentivar o expansionismo hegemônico e oportunista sobre uma Europa completamente destruída e indefesa. No dia 11 de março de 1947, o Presidente TRUMAN declarava perante o Congresso que *“a política dos Estados Unidos será a de prestar apoio aos povos livres que resistem às tentativas de subjugamento por obra de minorias armadas ou de pressões do exterior”*, em uma acusação direta às atividades da URSS. Neste mesmo dia, o Congresso votaria um auxílio de

230 milhões de dólares (ou US\$3,5 bilhões em moeda de 2015) à Grécia e os primeiros conselheiros militares americanos começariam a se instalar em Atenas poucos dias depois.

Britânicos e norte-americanos estabeleceriam, nesse mesmo ano, na Alemanha, a unidade econômica de suas zonas de controle, iniciativa a que não tardaria a unir-se a França. Toda a política ocidental dirigia-se no sentido da *contenção da URSS nas suas posições geográficas* (o que, na fase de Guerra Fria, o público viria a justificar com frequentes apelos à defesa da chamada civilização cristã). Em 5 de junho de 1947, na Conferência de HARVARD, o General GEORGE C. MARSHALL expôs a necessidade de pôr em execução um programa de reconstrução europeia financiado pelos Estados Unidos. A URSS, pela voz de MOLOTOV, renunciou aos seus benefícios, obrigando a Tchecoslováquia, que já havia dado a sua adesão ao plano, a reconsiderar sua decisão. Durante os anos de 1948 e 1952, chegaram à Europa mais de 13 bilhões de dólares (algo em torno de US\$ 200 bilhões em moeda de 2015) destinados a diversos países, inclusive à Alemanha. Não obstante a soma destes novos recursos não ser superior à anterior ajuda econômica estadunidense para a reconstrução europeia (1945-1946), a grande novidade é que estes montantes eram destinados no contexto de uma nova forma de auxílio em que a própria Europa decidia livremente a destinação final do dinheiro em benefício de um embrionário mercado comum, o que acabou por permitir seu relativamente rápido crescimento e desenvolvimento econômicos no pós-guerra, bem como a realização do projeto de integração europeia.

Em resposta a estas decisões, constituídas à revelia de STALIN (sobretudo as referentes a

uma nova paridade para o marco alemão), o premier soviético ordenou o bloqueio total a Berlim, obrigando os Estados Unidos a operar uma gigantesca ponte aérea por quase um ano (24 de junho de 1948 a 11 de maio de 1949).

No Ocidente, em natural contraposição, o *anticomunismo* passou a adquirir foros de *cruzada*. Um ataque nuclear contra Moscou foi, inclusive, cogitado como solução emergencial para conter o avanço soviético sobre a Europa Ocidental, dentro de uma lógica em que se apresentava impossível uma confrontação convencional na Europa, face à magnitude do exército soviético (não desmobilizado no pós-guerra), fazendo nascer a concepção da “resposta nuclear de guerra total”, mais tarde evoluída para a ideia da “espada nuclear” e do “escudo convencional”. O General LEMAY, arquiteto da ponte aérea de Berlim e futuro comandante do Comando Aéreo Estratégico, SAC (criado em 21 de março de 1946 e comandado pelo mesmo no período de 1949 a 1957), apresentou - ainda que formalizada através de uma roupagem doutrinária de retaliação - um plano de ataque simultâneo às 70 principais cidades soviéticas utilizando todo o arsenal nuclear americano, que, à época, somava 133 bombas atômicas (Plano de Emergência de Guerra EWP 1-49). A ideia, contudo, foi descartada, por completo, por TRUMAN, alegando questões morais e humanitárias, o que veio a incentivar o início da doutrina de “resposta flexível” com o emprego conjunto de forças nucleares (limitadamente) e de forças convencionais.

Em 17 de março de 1948, em Bruxelas, os países do Benelux, Reino Unido, Itália e França constituíram, com propósitos defensivos, a União Europeia Ocidental, incapaz, contudo, de repelir qualquer ataque do exterior. Consternados com

as contínuas atitudes hostis da União Soviética, os EUA lançaram, como alternativa, a ideia de um tratado coletivo de defesa capaz de garantir a segurança de todos os países ameaçados pelo expansionismo moscovita.

Nesse contexto, é assinado o Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 4 de abril de 1949, com todos os membros do Pacto de Bruxelas, mais Portugal, o Canadá e os Estados Unidos. A Grécia e a Turquia aderiram ao tratado em 1952 e, três anos depois (1955), a República Federal Alemã (criada em 23 de maio de 1949), cujo rearmamento fora decidido pelos Aliados, constituindo um novo motivo de irritação para os soviéticos. A criação do Pacto de Varsóvia, no mesmo ano (14 de maio de 1955), viria a ser uma resposta evidente e a consolidação final do clima de Guerra Fria.

A contínua ação agressiva da União Soviética sobre os países ocupados por seus exércitos, em total desrespeito aos acordos de IALTA, deu origem a uma grande reação por parte do Ocidente. A URSS não estava organizando eleições livres em nenhuma das nações sob seu domínio, como fora acordado; mas, ao reverso, consolidando sua influência através de uma ocupação de cunho colonizador e de caráter permanente. Enquanto os países europeus livres procuravam aliar-se entre si numa tentativa de conter o avanço das novas “fronteiras soviéticas”, os Estados Unidos preocupavam-se não só no auxílio a estes países como também em estabelecer uma “*contenção eficiente*” que tivesse dispositivos mais globais, tanto no âmbito interno como no externo, com fundamento inicial na doutrina de NICHOLAS SPYKMAN (1893-1943), que, através de sua teoria do RIMLAND (poder periférico), advogava

uma política externa intervencionista e uma estratégia ampla de contenção.

Iniciava a era de *guerra fria* e de *confrontação bipolar*. Uma intensa e implacável caça às bruxas, empreendida pelo senador JOSEPH MCCARTHY, é iniciada dentro dos EUA, procurando eliminar, do seio do governo, espiões, colaboracionistas e agentes do comunismo internacional; ao mesmo tempo que começavam a florescer as ideias de GEORGE FROST KENNAN - um diplomata e intelectual que ajudou a estabelecer a embaixada americana em Moscou, em 1933, por indicação de ROOSEVELT - e que, descrente da aliança estratégica com os soviéticos, e, ao mesmo tempo, radicalmente contrário às teses de combate militar direto com a URSS (defendida, dentre outros, pelo General GEORGE S. PATTON (1885-1945), que, às margens do Rio Elba, afirmou: “com o 3º Exército, varreríamos o que restou dos soviéticos”), defendia uma “estratégia de contenção”, através da criação de um “muro de alianças” ao redor da URSS com o intuito de sublevar as aspirações expansionistas da *heartland* (no contexto da doutrina eurasiana do continentalismo de HALFORD MACKINDER, que antevia a Rússia como centro do poder mundial).

“A aliança estratégica com os soviéticos levara autoridades americanas a acreditar ingenuamente numa virada de curso do regime e, quem sabe, na paz duradoura. KENNAN não se iludia. A União Soviética jamais abandonaria o expansionismo e a inimizade com o Ocidente, na qualidade de elemento central do bolchevismo e, mais ainda, de uma profunda neurose russa (de invasões) anterior a qualquer ideologia.

Para se fazer ouvir, em fevereiro de 1946, KENNAN quebrou o protocolo e mandou uma mensagem de mais de 8.000 palavras ao Departamento de Estado. Por meio do longo Telegrama, conseguiu chegar

*a quem importava, e logo foi chamado a Washington para trabalhar diretamente sob o comando do Secretário de Estado GEORGE MARSHALL, planejando a política externa americana. Sua solução para a ameaça soviética era a ‘estratégia de contenção’ (numa adaptação revisional de SPYKMAN), termo que usou num artigo de 1947 para a revista Foreign Affairs. Consistia em ter uma presença constante, forte e inflexível no radar soviético, de modo a impedir que o comunismo expandisse seu poder. Com o tempo, dizia a teoria, a União Soviética sofreria um enfraquecimento econômico, moral e psicológico, que culminaria na implosão do sistema, exatamente o que aconteceu, ainda que muito tempo depois (46 anos) em relação às suas previsões (20 anos). No entanto, o momento em que as ideias de KENNAN foram adotadas pelo Estado americano marcou o início de seu afastamento do poder. A estratégia de contenção se consagrou através da Doutrina TRUMAN; com a diferença de incluir conflitos armados na periferia dos interesses soviéticos, algo que KENNAN sempre desejava evitar. Após desentendimentos com DEAN ACHESON, sucessor de MARSHALL, foi-lhe dado o cargo de embaixador em Moscou, mas uma declaração desastrada à imprensa fez dele persona non grata no país. Uma década mais tarde, sob a administração KENNEDY, não se saiu melhor na Iugoslávia, cuja embaixada também deixou.” (JOHN LEWIS GADDIS; *A Vida de George F. Kennan*, Globo Livros, 2015)*

Em 1949, os soviéticos explodem sua bomba atômica colocando fim ao monopólio nuclear norte-americano. Embora nada ficasse provado contra o casal ROSENBERG, levado à cadeira elétrica por crime de traição, não havia dúvida que aquela bomba não deixava de ser a “bomba dos Estados Unidos”. Era o fim da fase de *monopolarização* (1945-1949/1950) e o início da *bipolarização do poder global* que viria a ser consolidada mais tarde.

Apesar da grande perda, representada pelo fim do monopólio atômico, ainda não era o tér-

mino completo da supremacia militar dos Estados Unidos. Restava, ainda, a exclusividade em relação aos sistemas de armas estratégicos, capazes de alcançar o território soviético, uma vez lançados de bases americanas na Europa ou mesmo do território continental dos EUA; também iria existir um curto privilégio no que concerne à posse da bomba de hidrogênio (bomba de fusão) que perduraria por alguns anos, considerando que a alardeada detonação da bomba-H soviética, em 1953, constituía-se, na prática, em uma bravata, considerando tratar-se de um artefato atômico reforçado, pois não chegava a atingir rendimento superior a 400Qt (a primeira bomba-H norte-americana apresentou potência de 10,4Mt).

Ainda assim, essa perda relativa da supremacia, com o início da consolidação da *bipolarização* (iniciada com o fim dos monopólios nuclear e, posteriormente, estratégico) viria a acirrar, ainda mais, a necessidade de um *sistema de alianças* para conter a agressão. Tratava-se de isolar o “*grande urso*” com um profilático cinturão de canhões que travasse qualquer tentativa de expansão agressiva e oportunista consoante à doutrina defendida por KENNAN que, com maestria, muito bem compreendeu a real natureza das relações entre os EUA e a URSS no pós-guerra.

Meio mundo aderiu à cruzada da liberdade preconizada por Washington, e, a partir de 1947, foram constituídas as alianças aqui destacadas.

Não obstante a criação do Pacto de Varsóvia (1955-1991) - compreendendo a URSS, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia, em 1957 - o sistema de alianças ocidental ficou completo, motivando os dirigentes soviéticos a reestruturar suas políticas de expansão, compelindo NIKITA KRUS-

CHEV (primeiro soviético de 1953 a 1964) a proclamar a possibilidade de *coexistência pacífica* e a “*evitabilidade*” do confronto bélico entre o Ocidente e o Oriente, permitindo, de acordo com a arquitetura planejada originalmente por KENNAN, a vitória do Mundo Livre sob o prisma do poder nacional de viés *econômico*, em lugar da dimensão militar.

“O funcionário que brande o poder disciplinador do partido comunista; o servidor da polícia secreta que sacrificou suas relações familiares aos sombrios ditames de sua profissão; (...) todos eles, e muitos outros além deles, venderam a alma à teoria de que o mundo exterior é ameaçador e hostil.” (GEORGE KENNAN; *Foreign Affairs*, 1947)

3. A crise de liderança (e de prestígio político) estadunidense

Liderança política, ao lado do desenvolvimento de uma *estratégia nacional* adequada e de uma efetiva *determinação governamental*, se afiguram, sem a menor sombra de dúvida, *elementos fundamentais* para o sustentável e contínuo desenvolvimento de qualquer *sociedade estatal* moderna.

Muito embora seja cediço reconhecer que o fator *liderança*, isoladamente considerado, não se encontre diretamente associado ao fenômeno do relativo declínio do poder perceptível de uma nação, não há qualquer divergência, entre os estudiosos do tema, no sentido de que a *manifestação de seus efeitos*, todavia, estejam umbilicalmente vinculados à relativa ausência de uma sinérgica *liderança*.

Aliás, é a própria história que se encarrega de, muito claramente, demonstrar, com maestria, a plena validade desta assertiva, posto que, em várias situações perfeitamente delineadas no espaço-tempo compreendido entre a segunda metade do século XX e os dois primeiros de-

cênios deste século, a *passividade*, aliada a uma comprometedora ausência de *firmeza de propósitos*, bem como de uma necessária *condução diligente* relativa aos rumos dos acontecimentos, nos mais variados cenários internacionais, conduziu irremediavelmente aos mais diversos *insucessos* (e até mesmo a autênticos *desastres*) nos confrontos, diretos ou indiretos, de natureza política, econômica e também bélica que a humanidade se viu obrigada a testemunhar.

A absoluta correção, bem como nítida clareza, da presente afirmativa também se demonstra pelo excessivo *prolongamento temporal* de conflitos, inclusive militares, que se estabelecem, como natural efeito consequente, da nítida ausência de *liderança política* perfeitamente observável em episódios selecionados, permitindo, destarte, a inexorável exteriorização dos indesejáveis efeitos do que convencionamos denominar de *Assimetria Reversa*, com todas as suas nefastas consequências.

Por outro prisma, necessário afirmar que *liderança* não implica em falta de *equilíbrio* e de *serenidade*; muito pelo contrário, *liderança* revela a necessária *inteligência* e *sabedoria* de se ter a plena consciência da *oportunidade* e da *conveniência* quanto ao adequado emprego eficiente dos quatro *elementos básicos do Poder Nacional* disponíveis (militar, econômico, político e psicossocial), respondendo, em cada momento, com necessária *firmeza*, aos mais diversos *desafios* na exata medida em que os mesmos se apresentam.

Nesse sentido, não faltam episódios pontuais (ou mesmo distendidos temporalmente) em que restam evidentes o nítido declínio do *poderio relativo* dos EUA por ação direta de uma observável ausência de uma consistente e firme *liderança política*.

Talvez os mais contundentes exemplos históricos de sinérgica ausência de *liderança política*

tenham sido observados nos contextos dos governos HARRY TRUMAN (1945-1952: administração presidencial em que se observou o menor índice de aprovação de um presidente em toda a história dos EUA - 22%, obrigando-o a declinar de sua indicação para um segundo mandato e na qual se inaugurou a concepção de “guerra limitada”, que não somente conduziu à ascensão chinesa no cenário internacional, como a um humilhante “empate técnico” no conflito coreano ao preço de 33.686 baixas norte-americanas no campo de batalha); JOHN KENNEDY / ROBERT KENNEDY / MCNAMARA (1961-1963: arquitetos da consolidação de Cuba como pólo irradiador da subversão internacional, como bem assim da própria vitória cubana na chamada “Crise dos Mísseis de 1962”); LYNDON B. JOHNSON / MCNAMARA (1963-1969: principal responsável pelo desastroso envolvimento americano no Vietnã e da consequente derrota naquele conflito, em 1975, durante a administração NIXON); e JIMMY CARTER [1976-1980: protagonista do momento histórico em que, - após a derrota norte-americana no Vietnã (1975); o início da insurreição na América Central (final da década de 70); a expansão soviético-cubana na África (1976-1982); a queda do Xá do Irã e a instalação do regime islâmico (1979-1980); bem como a humilhante situação dos diplomatas-reféns na Embaixada dos EUA em Teerã - a outrora imbatível superpotência estadunidense manifestou seus primeiros sinais de exaustão econômica, em relação à emergência dos chamados *Tigres Asiáticos*, em particular do Japão, e militar, em face da outrora magnitude e robustez, ainda que para alguns meramente aparente, do poderio bélico soviético].

Tal como nos dias atuais, vale mencionar que a irreversibilidade do declínio do poderio relativo

norte-americano era, à época, anunciada aos quatro ventos, sendo certo que, muito provavelmente tal *tendência* somente foi revertida com a “renascença nacional”, defendida, com notável veemência por RONALD REAGAN que, ao final de seu período governamental de 12 anos (oito anos de administração REAGAN e quatro de administração de seu vice-presidente GEORGE BUSH), simplesmente logrou exorcizar a ameaça econômica japonesa, e, especialmente, e de forma absolutamente sem precedentes, neutralizar o supostamente imbatível poder militar do adversário da Guerra Fria, com a decretação do fim da União Soviética.

Neste sentido, resta consignar que a nova ameaça à retomada da hegemonia estadunidense, bem como a pretensa e correspondente *monopolaridade*, pretensamente estabelecida desde 1991, em decorrência do *ocaso* do poderio militar soviético e da exaustão da ameaça econômica japonesa - repousa muito mais do que qualquer questão relativa a sua *economia* ou ao próprio *dynamismo de seu parque industrial*, na ressentida *ausência de líderes* capazes de conduzir o povo estadunidense à plena realização de suas aspirações fundamentais.

Trata-se, na hipótese vertente, de uma histórica falta de *líderes verdadeiros*, que não se confundem com simples *administradores nacionais*, e que não somente busquem refletir a grandeza da nação, que se forjou, ao longo de sua história, com nítidas aspirações de grandeza, reafirmando, desta feita, os grandes ideais da Declaração de Independência estadunidense de 1776, no contexto da *Revolução Americana* (a mesma que, em grande medida, foi, mais tarde, “copiada” pelos povos europeus muito mais antigos, particularmente os franceses, com sua revolução em 1789), mas, igualmente, que sejam inspiradores de uma

permanente *reinterpretação* dos valores democráticos em natural evolução.

Destarte, o que mais afflige a América é, sem dúvida, a absoluta carência de *presidentes* que se mostraram, no período em que residiram na Casa Branca, verdadeiros líderes e que, a seu tempo, lograram mudar a face do país, conduzindo (ou reconduzindo) os destinos da nação e projetando efetivamente o poder nacional estadunidense no cenário internacional. Líderes da estirpe de ABRAHAM LINCOLN (1861-1865: que se afirmou com a vitória na Guerra de Secessão e na consequente manutenção da integridade territorial dos EUA, com a abolição da escravatura e com a imposição do processo de industrialização), WOODROW WILSON (1913-1921: que logrou encerrar a Primeira Guerra Mundial com uma retumbante vitória norte-americana), FRANKLIN ROOSEVELT (1933-1945: responsável pela brilhante estratégia que não somente encerrou o ciclo de multipolaridade de poder global, com a vitória estadunidense na Segunda Guerra Mundial, mas conduziu os EUA a uma posição hegemônica no cenário internacional) e RONALD REAGAN (1981-1989: que, através de sua doutrina de *contraforça*, venceu a Guerra Fria, restabelecendo uma relativa e renovada hegemonia global estadunidense).

Não obstante seja cediço reconhecer, neste diapasão analítico, que tem sido constantemente identificado um verdadeiro *hiato* entre a incontrastável capacidade militar atual dos EUA vis-à-vis com o tímido, ainda que consistente, crescimento econômico estadunidense que, segundo os mais severos críticos, impediria os EUA de, no futuro próximo, ostentar as condições necessárias para a manutenção, no longo prazo, de seu *poder relativo*, vis-à-vis com a

alardeada, porém em forte declínio na linha do tempo, ascensão de natureza *econômica* e util, porém sólida e indiscutível, emergência de índole *militar* chinesa, o problema central, não obstante a constatação objetiva de ordem *econômica*, continua a ser protagonizado pela *crise de liderança*, ou seja, pela ausência de *comando político* e pela absoluta falta de uma *estratégia nacional* coerente e corajosa que, com necessária *determinação governamental*, possa conduzir (ou reconduzir) a América ao seu suposto destino de ser e continuar sendo a principal potência político-econômica e militar do planeta.

Curioso observar, neste contexto, a criticável estratégia de BARACK OBAMA, denotando a sua absoluta ausência de liderança política de, em suas palavras, “*preparar os EUA para um novo mundo multipolar*” em que a América deixará (de forma aparentemente irreversível, como também se supunha durante o governo JIMMY CARTER), de ser a potência dominante e hegemônica.

Por efeito conclusivo, tal como no passado recente, somente resta uma única alternativa viável à nação estadunidense: a conscientização do *povo americano* quanto ao seu lamentável equívoco de ter, reiteradas vezes, conduzido à Presidência da República postulantes a *líderes* (não obstante toda a sorte de “boas intenções”) reconhecidamente despreparados para a função. E, neste passo, resta fundamental aos americanos uma necessária e profunda *reflexão* para que - independentemente do comportamento, presente e futuro, do atual mandatário que ocupa a Casa Branca - urgentemente possam repensar o seu próprio destino, reafirmando a concepção originária inaugurada pelos chamados Pais Fundadores (e também dos denominados Pais Criadores, que foram responsáveis pela primeira Constituição escrita do mundo)

e, por via de consequência, a correspondente grandeza da nação norte-americana.

4. ISIS

ISIS é uma das diversas abreviações para o Estado Islâmico do Iraque (EI) e do “Levante”, que foi reforçado pela forma como se deu a ocupação norte-americana do Iraque, podendo ser encontrado também como EIIL, EIIS ou ISIL. Ele é composto por Jihadistas Islamitas que atuam no Oriente Médio com a pretensão de tomar o controle de áreas muçulmanas, a começar pelo Levante (Jordânia, Israel, Palestina, Líbano, Chipre e Hatay) para serem governados pelo Califa ABU BAKR AL-BAGHDADI, que se declarava a autoridade religiosa sobre todo o mundo muçulmano e morreu em julho de 2018. Este grupo passou a se intitular Estado Islâmico (EI), depois de proclamar seu califado. No entanto, não existe reconhecimento da comunidade internacional dessa proclamação, mesmo estimando-se que cerca de 30 mil muçulmanos largaram seus países em busca de viver no autointitulado EI, considerada uma organização terrorista pela maioria dos países e também pela ONU.

5. Jihadismo e Islamismo Radical

Segundo lições de MAJID KHADDURI (*War and Peace in the Law of Islam*, Johns Hopkins University, Baltimore, 1958), “Jihad” consiste, fundamentalmente, em um conceito da religião islâmica que significa, de forma objetiva, “empenho” ou “esforço”. Comumente é traduzida como uma forma de luta, projetada em uma vontade pessoal de se buscar e conquistar a fé perfeita. Aquele que segue a “Jihad” é conhecido como *Mujahid*.

Muito embora a “Jihad” e o seu correspondente movimento denominado por “Jihadismo” não

possam ser interpretados como termos sinônimos da expressão “Islamismo Radical”, resta indubitável que, em um sentido prático, ambas designações têm sido constantemente utilizadas como sinônimas, sobretudo para disfundir *ações de terrorismo*.

No que alude especificamente o vocabulário, é importante destacar que existem duas formas de entender interpretativamente a “Jihad”: a primeira através da luta do indivíduo consigo mesmo, pelo domínio da alma (única concepção expressamente presente no Alcorão e também conhecida como “*Jihad Maior*”) e a segunda como um esforço que os muçulmanos fazem para levar a teoria do Islã a outras pessoas, muitas vezes de forma impositiva (“*Jihad Menor*”). Sendo assim existem o *daru-l-islam*, que seria a habitação, a busca pela fé, e o *daru-l-harb* que se trata da guerra contra os infiéis, que precisa ser tratada para a tranquilidade dos crentes. Sendo assim, a Jihad também pode ser considerada a guerra contra os que ameaçam a comunidade muçulmana, os descrentes ou os não muçulmanos. Essa ação contra os infiéis pode ser ofensiva ou defensiva, e faz parte das obrigações de um jihadista. Inclusive baseando-se nos critérios definidos por uma jurisprudência religiosa, uma tradução aproximada de Jihad poderia ser “Guerra Santa”.

Foi basicamente nos textos do século XI de AL-KHATIB AL-BAGHDADI que se procurou emprestar uma nova interpretação ao Alcorão, disfundindo-se a ideia - que se consolidou em grande parte, tanto na jurisprudência *sunita*, como na doutrina *xiita* - de que a “Jihad” se constitui em uma luta *exterior* e de *conquista*.

Com efeito, nenhuma das quatro escolas de jurisprudência *sunitas*, nem a tradição *xiita*, se referem à “*Jihad Maior*”, sendo certo que nenhuma das

seis maiores coleções de *hadith* (SAHIH BUKHARI; SAHIH MUSLIM; DAWUD; AL-SUGHRA; TIRMIIDHI E IBN MAJAH) - que se constituem nos textos mais importantes para a formação identitária e teológica do Islã - se referem, nas 200 vezes que se reportam a "Jihad", à "Jihad Maior", mas apenas à "Jihad" de luta exterior e conquista. Ou seja: dizer que a verdadeira "Jihad" é uma luta interior é, não só, uma posição herética face àquelas escolas ortodoxas de jurisprudência, mas ir contra as próprias palavras do profeta muçulmano MAOMÉ que, por exemplo, disse:

1. «Está escrito que AMR BIN ABASAH disse: “fui ter com MAOMÉ e perguntei: ‘Oh mensageiro de Alá, qual é a melhor jihad? MAOMÉ disse: ‘A de um homem cujo sangue é derramado e o seu cavalo é ferido’”» (Sunan Ibn Majah 2794).

2. «Está escrito segundo a autoridade de ABU HURAIRA que MAOMÉ disse: ‘Aquele que morreu mas não lutou no caminho de Alá nem expressou alguma determinação por lutar, morreu como morrem os hipócritas» (Sahih Muslim 2:4696) (cf. ALFRED MORABIA; *Le jihad dans l'Islam médiéval*, Paris: Albin Michel, 1993); NICOLA MELIS (*Trattato Sulla Guerra. “Il Kitab al-jihad di Molla Hüseyn”*, Cagliari: Aipsa, 2002); e RUDOLPH PETERS (*Islam and Colonialism: The Doctrine of Jihad in Modern History*, Haia: Mouton, 1979).

6. Lend-Lease

Quando se iniciou oficialmente a Segunda Guerra Mundial na Europa, no dia 1º de setembro de 1939, a maior parte da população norte-americana, bem como a maioria dos integrantes do Congresso Nacional estadunidense, estavam completamente arraigados, no âmbito das relações internacionais, a uma postura de nítida

feição *isolacionista* e de completa *neutralidade* em relação a um conflito que se desenrolava no continente europeu e que, por esta razão, era considerado, restritamente, apenas como mais uma “guerra europeia”, não obstante o anterior início do expansionismo japonês sobre a Ásia, inaugurado em 1931, e fortemente ampliado a partir de 1937.

Nesse contexto, pesquisas de opinião pública, realizadas à época, indicavam que mais de 70% da população dos EUA expressavam-se de forma radicalmente contrária ao envolvimento norte-americano no conflito “europeu”.

No entanto, o então Presidente norte-americano, o democrata FRANKLIN DELANO ROOSEVELT (1933-1945), figurava, no que concerne a este tema, como uma voz isolada, ainda que de grande e reconhecida lucidez estratégica, na exata medida em que antevia, naquele conflito, de forma completamente distinta de outras importantes lideranças americanas, uma oportunidade histórica de catapultar os EUA a uma posição hegemônica global, cabendo recordar que os EUA já se constituam, desde o início do século XX, na maior potência econômica do planeta.

Ainda assim, ROOSEVELT, mesmo sendo contrário ao posicionamento que pugnava pela equidistância dos EUA em relação à guerra, e diante daquela postura radical da sociedade e de grande parte dos congressistas, não vislumbrava, de imediato, nenhuma oportunidade real e politicamente factível que possibilitasse a realização de algo de grande magnitude a fim de prover um auxílio efetivo, por parte dos EUA, aos Aliados da Europa, ainda que sem o correspondente envio (e consequente envolvimento direto) de tropas norte-americanas ao solo europeu.

Por ocasião do segundo semestre de 1940, ou seja, menos de um ano após o início da guerra, a Alemanha, de forma absolutamente surpreendente para as suas próprias lideranças e, igualmente, para o assombro da maior parte do mundo civilizado, já controlava, direta ou indiretamente, toda a parte central e ocidental do continente europeu. Nesse contexto inicial de sucesso germânico, a França, considerada, à época, a maior potência militar continental da Europa, havia sofrido uma inusitada e humilhante derrota político-militar. Por sua vez, o Reino Unido, a segunda maior potência econômica do planeta, no âmbito de seu vasto império, resistia e figurava como o último obstáculo real à implementação do nazismo alemão sobre todo o oeste europeu.

Naquela época, o primeiro ministro britânico WINSTON CHURCHILL (1940-1945) mantinha uma excelente e cordial relação com o presidente norte-americano, o que permitia ao estadista inglês lhe formular constantes pedidos de ajuda. ROOSEVELT, mais do que qualquer outro líder mundial, compreendia perfeitamente que uma eventual queda do Reino Unido para a órbita de influência alemã possibilitaria a HITLER dominar o restante da Europa, incluindo os férteis campos agrícolas ucranianos e as gigantescas extensões territoriais russas. Ademais disso, se o Reino Unido sucumbisse, a Alemanha poderia, por meio de uma provável ação coordenada com a Itália e com o Japão, estender o domínio destes países sobre o Mediterrâneo e a Ásia, respectivamente.

Nesse contexto, o presidente norte-americano encontrava-se inserido em uma posição política extremamente complexa frente à guerra, uma vez que, mesmo diante da ameaça de domínio alemão sobre o Reino Unido (e sobre o Império

Britânico de modo geral), o Congresso dos EUA havia aprovado, ainda nos anos de 1930, uma lei de *neutralidade* que expressamente vedava a comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra, excetuando-se o caso em que houvesse pagamento *direto e à vista*.

Contudo, nesse exato momento histórico, o Reino Unido estava completamente *cercado, isolado*, sob constante risco de invasão e com sua economia sendo gradativamente destruída, quadro caótico decorrente, dentre outros fatores, de uma inteligente combinação de contínuos ataques promovidos pela *Luftwaffe* (a força aérea alemã) sobre o território britânico, associados a persistentes tentativas de bloqueio naval às suas principais ilhas componentes (Inglaterra, País de Gales e Escócia). Em tais condições fáticas, era impossível ao primeiro ministro britânico custear a compra de armamentos norte-americanos nos exatos termos da legislação vigente, exceto em prestações futuras, vale dizer, por meio de financiamento.

Foi exatamente diante dessa complexa e delicada situação que o Presidente norte-americano elaborou um inteligente *artifício legal* para fornecer suprimentos (alimentos e matérias-primas, incluindo alumínio e aço de todos os tipos), blindados, aviões, armas leves e munições, caminhões e veículos de transporte (tais como caminhões e jipes), petróleo, material de construção, entre outros diversos itens, ao Reino Unido.

Não obstante tal estratégia de ROOSEVELT, efetivamente baseada em uma criativa hermenêutica legal, ter sido amplamente rotulada, por muitos congressistas, como uma engenhosa manobra do presidente para pôr fim ao *isolacionismo* norte-americano, posição esta que, conforme restou afirmado, era amplamente apoiada pela população

estadunidense, é fato histórico que a inovadora “concepção político-jurídica” rooseveltiana logrou-se vitoriosa em seus objetivos fundamentais.

Com efeito, em 11 de março de 1941, por meio de um inteligente expediente, construído pelo brilhantismo intelectual de ROOSEVELT, era finalmente aprovada no Congresso norte-americano uma nova lei (revogadora, em parte, do antigo dispositivo legal que vedava a comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra) que possibilitava aos EUA *emprestar* (posto que se não podia *vender* a prazo) equipamentos e suprimentos (de todas as espécies) a qualquer país, especialmente ao Reino Unido, tendo como garantia de pagamento futuro os próprios territórios (e seus direitos de exploração econômica) e bases militares britânicas no exterior.

Sempre que confrontado por jornalistas sobre o novo regramento legal editado pelo Parlamento, o presidente norte-americano, de modo extremamente perspicaz, citava uma *parábola* envolvendo o hipotético episódio de um incêndio, cuja essência abrange a seguinte ideia central: “quando a casa do seu vizinho está pegando fogo, você não *vende* a ele o balde d’água (ou a mangueira), você o *empresta* para que o fogo seja apagado o mais depressa possível”.

Assim, tendo em vista o novo quadro normativo estabelecido, ainda em março de 1941 os EUA começaram a enviar volumosas quantidades de suprimentos ao Reino Unido, remessa operacionalizada pela via naval do Oceano Atlântico, o que ensejou, no plano concreto da guerra, a clássica *Batalha do Atlântico*. Decerto que tal auxílio permitiu aos britânicos reorganizar a sua indústria, reequipar suas forças armadas e municiar

seus meios combativos, tudo de acordo com as necessidades do conflito.

Nessa época, a União Soviética ainda era considerada, pelo menos em tese, uma presumida aliada da Alemanha nazista, tendo em vista a existência de um pacto de não-agressão, celebrado em 23 de agosto de 1939, denominado de *Pacto Molotov-Ribbentrop*, em alusão aos Ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS (VYACHESLAV MOLOTOV) e da Alemanha (JOACHIM VON RIBBENTROP), respectivamente. Entretanto, tal quadro de “aliança” começaria a mudar em junho de 1941, quando da invasão alemã ao território soviético, concretizada por meio da conhecida *Operação Barbarossa*, considerada a maior operação militar da história, evento que envolveu aproximadamente mais de três milhões de soldados alemães, húngaros, romenos e italianos, e que, segundo a historiografia, alterou radicalmente a própria concepção geopolítica da Segunda Guerra Mundial.

No que concerne aos momentos iniciais da *Barbarossa*, a investida alemã revelou-se cruel e sanguinária. De fato, em menos de seis meses do início da aludida operação, os soviéticos perderam cerca de dois milhões de homens, entre mortos, feridos e capturados. Enquanto isso, o exército alemão já havia alcançado os arredores de Moscou, além de ter incorporado, ao Terceiro Reich, grandes e importantes extensões territoriais da Ucrânia (com grande parte de seu povo envolvendo-se no conflito de forma “cooperativa”, agradecendo aos “libertadores alemães”) e da Bielorrússia.

Diante de tal cenário, a União Soviética, a par de todos os acontecimentos, apresentava que sucumbiria ao domínio nazista mesmo antes do final de 1941. Na visão dos principais líderes

aliados (ROOSEVELT e CHURCHILL), o colapso pleno (e supostamente irreversível) do regime soviético, bem como sua correspondente submissão ao Terceiro Reich, eram uma simples questão de tempo. Caso isto ocorresse, haveria a consequente incorporação, ao domínio germânico, das imensas extensões territoriais, indústrias e demais riquezas (incluindo inesgotáveis matérias-primas estratégicas, como o petróleo) da URSS, quadro que estaria em perfeita sintonia com os planos arquitetados por ADOLF HITLER no livro *Minha Luta* (*Mein Kampf*, em idioma alemão), texto escrito em 1925, quando ele cumpria pena na prisão de Landsberg, tendo em vista sua condenação por ter liderado o fracasso do *Putsch da Cervejaria* (9 de novembro de 1923), uma tentativa de golpe de estado que ocorreu em Munique, com o expressivo apoio de parcela da sociedade alemã.

Obviamente que um eventual colapso da URSS no âmbito da *Barbarossa* preocupava sobremaneira a liderança aliada. Em razão disto, os EUA, inicialmente por meio dos britânicos, começaram a enviar, sem uma estratégia mais elaborada e à margem de estudos mais aprofundados, um amplo auxílio financeiro e militar à URSS. Em 1942, a ajuda em questão passou a ser intensificada, bem como remetida de forma direta por meio de rotas especiais que passavam pelo Ártico, pelo atual Irã e pelo Oceano Pacífico. Como se vê, tais rotas não cortavam o Oceano Atlântico, evitando, pois, o risco iminente de haver algum tipo de ataque (de interdição naval) promovido pelos temíveis *U-Boots* alemães.

Nesse sentido, por meio do Ártico, os norte-americanos conseguiram enviar diretamente quase quatro milhões de toneladas de suprimentos. Da mesma forma, pelo chamado *corredor persa*, região onde se localiza o atual Irã, foram

transportados cerca de 4,2 milhões de toneladas. E, por fim, pela rota do Pacífico, os EUA encaminharam aproximadamente 8,2 milhões de toneladas.

Nesses transportes era enviada uma quantidade imensurável e variada de itens, exatamente como foi feito quando do auxílio ao Reino Unido. Em uma determinada ocasião, chegou-se mesmo a se conseguir uma inusitada e surpreendente transferência de uma fábrica (completamente equipada) de pneus, cujas instalações haviam sido construídas pela Ford.

Para se ter uma dimensão da magnitude da ajuda fornecida aos russos, cumpre registrar que, entre 1941 e 1945, os norte-americanos entregaram mais de 400.000 jipes e caminhões, 7.056 blindados (entre os quais mais de 4.000 tanques de combate M-4 Sherman), 35.000 motocicletas, 2.000 locomotivas, 14.795 aviões (dos quais 4.700 eram P-39 Airacobra), além de quatro milhões de toneladas de alimentos, notadamente carne enlatada, açúcar, sal e farinha, gêneros que eram distribuídos para as tropas que combatiam os alemães nas frentes de batalha.

Do mesmo modo, no período compreendido entre 1942 e 1945, os EUA remeteram um impressionante total de 18 milhões de toneladas de suprimentos aos soviéticos, o que se deu com o propósito de manter estas tropas em condições plenas de operação. Entretanto, no mesmo período, os Estados Unidos forneceram às suas próprias tropas, que combatiam no norte da África e na Europa, uma quantidade de suprimentos apenas ligeiramente maior do que aquela fornecida aos russos: na ordem 22 milhões de toneladas.

Nota-se, claramente, um dos primeiros equívocos estratégicos cometidos pelos EUA na condução da guerra, erro que se traduziu na precariamente planejada (sobretudo em seus presumíveis efeitos posteriores) e reconhecidamente

desproporcional entrega direta de equipamentos militares e auxílio econômico a um país dotado, à época, de indifarçados interesses hegemônicos e expansionistas. Conforme restou consignado, houve, no episódio em questão, uma absurda e paradoxal proximidade entre os gastos realizados pelos norte-americanos com as suas próprias tropas em comparação com aqueles destinados aos efetivos da URSS. Não é desarrazoado afirmar que tal paradoxo constitui a principal razão que ensejou o surgimento, no cenário geopolítico do pós-guerra, de uma União Soviética extremamente robustecida (amplamente armada e equipada, registre-se) e dotada de uma capacidade de ameaçar e conquistar a Europa Oriental, permitindo, em última análise, que se originasse um novo desafio à paz mundial, com o início da chamada Guerra Fria (1947-1991).

Como se não bastasse o mencionado desacerto americano, o Reino Unido, após o período de extraordinária adversidade experimentado no início do conflito, também passou a enviar, de variadas formas, um amplo e desproporcional auxílio à União Soviética. Assim, a partir do ano de 1943, Londres encaminhou a Moscou uma enormidade de artigos, entre os quais se destacavam: uma quantidade superior a 3.000 caças Hawker Hurricane, 4.000 aviões de reconhecimento e transporte, 5.200 blindados, 4.000 caminhões, 15 milhões de botas, 1.700 motocicletas, 600 conjuntos completos de radares e sonares (incluindo, de forma indireta, a tecnologia destinada à produção de tais equipamentos), além de milhares de armas antitanques e antiaéreas.

Esses elevados quantitativos de materiais enviados pelos EUA e pelo Reino Unido à URSS refletiam, em certa medida, uma preocupação, que posteriormente se constatou exagerada (e,

sobretudo, artificialmente ampliada), por parte dos chefes de Estado daquelas nações com uma possível vitória da Alemanha nos embates travados contra os soviéticos. ROOSEVELT e CHURCHILL vislumbravam que uma eventual queda total da União Soviética diante da Alemanha nazista direcionaria o supostamente “gigantesco” poderio militar deste país (cuja dimensão, em sua essência, era superestimada) para dominar, primeiramente, o Reino Unido e, posteriormente, os Estados Unidos, o que, em verdade, nunca passou de um “cenário fantasioso”.

Ainda que muitos líderes militares dos EUA enxergassem com preocupação a magnitude do auxílio concedido, sem qualquer garantia real de pagamento ou contrapartida futura, à URSS, é fato que uma visão relativamente míope acabou por predominar em relação à presente questão, encobrindo não apenas uma inteligente manobra empregada por STALIN para, uma vez custeado pelo poderio econômico anglo-americano, compor, no futuro, uma União Soviética militar e economicamente poderosa, mas também o próprio caráter *totalitário* do regime comunista e de seus planos expansionistas, os quais, em muitos aspectos, eram *ideologicamente* (ainda que, naquele momento histórico, não *potencialmente*) mais ameaçadores para as democracias liberais (representadas pelos EUA e pelo Reino Unido) do que o próprio regime nazista.

Não obstante, e por necessária prevalência de uma “justiça histórica”, oportuno reconhecer a importante contribuição da própria determinação nacional da URSS no que se refere ao desenrolar dos acontecimentos históricos ora narrados, em especial o fato de os soldados soviéticos do Exército Vermelho terem lutado com extrema bravura, defendendo cada centímetro da União

Soviética, cujas terras, para eles, possuem natureza sagrada, afirmação amplamente comprovada por meio do grande número de soldados e civis soviéticos mortos entre 1941 e 1945. Muito embora não se disponha de dados quantitativos exatos, os números de falecidos gravitam em torno de 25 milhões, sendo certo que nenhum outro país sofreu tantas perdas humanas em uma guerra, quando cerca de 80% da população masculina nascida em 1924 morreu no conflito.

Contudo, mesmo diante de todo o esforço moral e motivacional do Exército Vermelho, é interessante consignar que a ajuda dos britânicos e dos americanos foi, em última análise, absolutamente fundamental, e reconhecidamente indispensável, para a manutenção da resistência dos soviéticos aos avanços alemães. Sem a esmagadora assistência material proveniente, em particular, dos EUA, o que incluía a reposição quase que instantânea dos equipamentos bélicos e víveres indispensáveis ao esforço de guerra, a vitória soviética (através de suas conquistas em batalhas-chaves, a partir de 1943, e as exitosas contraofensivas, a partir de 1944) sobre os alemães teria sido impossível.

Por oportuno, cumpre consignar que o Brasil também se revelou um grande beneficiado pelo *Lend-Lease*, recebendo mais suprimentos, inclusive, do que alguns países que estavam no epicentro da guerra, como a Bélgica e a Holanda, e ficando atrás somente do Reino Unido, da União Soviética, da França e da China.

O registro dos elevados aportes realizados pelos EUA nos países acima referidos evidência a extrema importância do denominado *Lend-Lease* para o sucesso dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. De fato, desprovidos da ajuda norte-americana, a maior potência econômica e industrial, à época, muito provavelmente teria sido inútil toda a de-

terminação da resistência britânica e, igualmente, todo o sangue derramado pelos soviéticos.

Cabe registrar, ademais, o modelo político-jurídico adotado para o funcionamento do *Lend-Lease*. Nesse sentido, a norma jurídica editada, interpretada em sua hermenêutica extensiva, simplesmente autorizava o governo norte-americano a realizar o *emprestímo* de armamentos, ou qualquer outro artigo de defesa, ou informação, que o presidente norte-americano julgasse necessário para a segurança nacional dos EUA. A regra em questão previa (ainda que, no caso soviético, sem nenhuma salvaguarda real) que os armamentos emprestados seriam devolvidos (ou seus respectivos valores pagos, em ouro e/ou outros ativos econômicos) após o término do conflito.

Entretanto, após o fim da guerra, apenas uma pequena parcela do material “emprestado” pelos EUA foi efetivamente devolvida ou resarcido economicamente, especialmente pelos soviéticos. Muitos líderes norte-americanos, de forma pouco inteligente, já não exigiam (ou mesmo sequer desejavam) mais o retorno desses armamentos, embora devessem, por obrigação legal, cobrá-los através de contrapartidas econômico-financeiras. A propósito, existiam até mesmo alguns congressistas norte-americanos – desconhecedores dos riscos que tamanho “poder de fogo”, em mãos estrangeiras, poderiam representar, no futuro, contra a própria segurança nacional estadunidense –, que, em tom coloquial, afirmavam que “emprestar armas é como emprestar um chiclete; depois de usado você não o deseja mais”.

Com efeito, muitos armamentos (de última geração e com grande poder bélico, inclusive) permaneceram nos países destinatários, excetuando-se a devolução da maioria dos navios de guerra, o que efetivamente aconteceu. A URSS,

em particular, recebeu um total de US\$ 1.078 bilhão em equipamentos bélicos, quantia que, em valores históricos, equivale, aproximadamente, à metade de todo o custo do Projeto Manhattan, programa que conduziu os EUA ao “clube atômico”. Em contrapartida real, durante todo o conflito, a União Soviética enviou apenas algumas toneladas de minérios para o Tesouro americano, praticando, assim, uma espécie de *Lend-Lease* ao “reverso” com os EUA, estipulado, entretanto, em cerca de ínfimos US\$ 2 milhões em valores históricos.

Vale frisar, por oportuno, que o suposto restante dos débitos do *Lend-Lease* foram (*formalmente*, ainda que não *efetivamente*) quitados, por meio do pagamento final de um valor de US\$ 20 bilhões, pela Rússia, ao Clube de Paris, em 2006, quinze anos após o fim da URSS, o que signifcou, na prática, parcela muito pouco expressiva, particularmente em face de todos os benefícios (diretos e indiretos) que aquela nação recebeu dos EUA, inclusive com transferência de tecnologia bélica sensível.

Por outro lado, embora os britânicos também tenham pago uma reduzida parte dos bens que lhes foram enviados durante o conflito, tendo sido o restante convertido, em 1945, em um empréstimo para pagamento em parcelas e com juros baixíssimos, cuja última prestação restou adimplida já no século XXI, é fato que as transferências de todos os segredos militares ingleses (e respectivas tecnologias de ponta) para os EUA, bem como o fim do monopólio comercial com suas colônias, além do deslocamento das bases militares inglesas no hemisfério ocidental para os EUA, exigências estas incluídas nos termos da chamada “Carta do Atlântico” (1941), representaram, na prática, uma

plena e amplamente satisfatória composição do *Lend-Lease* para com os britânicos.

7. A concepção teocrática Islâmica

As regras de vida social estabelecidas por MAOMÉ, segundo a crença islâmica, teriam sido compiladas de revelações divinas recebidas pelo profeta que viriam a se tornar o livro Alcorão. Trata-se, em última análise, de um guia e objeto de estudo dos seguidores da religião islâmica (muçulmanos). Com a morte de MAOMÉ (em 632 d. C), surgiram dois grupos em discussão pela linha sucessória, que ficaram conhecidos como *xiitas* e *sunitas*. Os *xiitas*, que abrangem cerca de 15% da população de seguidores do Islã, acreditavam que apenas descendentes diretos do profeta MAOMÉ teriam a sabedoria necessária para conduzir os fiéis. Este grupo se destaca por seguir rigidamente o Alcorão e a Sharia (Código de Leis do Islamismo, profundamente baseada no Alcorão e marcado pela não existência de separação entre Estado e Religião), não se apoian-do em escritos de nenhum outro livro. Os *sunitas*, que são mais de 80% da população islâmica, por sua vez, reconhecem apenas líderes eleitos pelo povo islâmico. Debruçam-se não só no Alcorão e na Sharia, como também na Suna (ou seja, explicações e interpretações das leis contidas no Alcorão; trabalhando com exemplos e aplicações práticas destas leis).

“Eles dizem viver segundo as regras estabeleci-das no século XII pelo profeta Maomé.” (Visão dos Militares Norte-Americanos durante a In-vasão do Iraque em 2003)

8. A visão paquistanesa da guerra ao terror

Importante consignar que um dos argumen-tos principais, defendidos pelo Paquistão, para

não reprimir com maior veemência (e com utilização de maior contingente militar) a *insurreição islâmica radical*, inclusive em seu território - contribuindo, desta feita, de forma muito mais decisiva, com a guerra ao terror travada no vizinho Afeganistão - repousa exatamente na suposta necessidade da manutenção de uma elevada *prontidão*, por parte das forças armadas paquistanesas, junto à fronteira com a Índia, em função da histórica (e jamais satisfatoriamente resolvida) disputa pela região da Cachemira.

Aliás, este é exatamente um dos “gargalos”, muito mal resolvidos, relativos à pífia estratégia político-militar dos EUA (e da OTAN) na Guerra do Afeganistão.

Em face da inevitabilidade da exteriorização fenomenológica da *Assimetria Reversa* naquele conflito, não há, ao que tudo indica, solução viável para o satisfatório deslinde do mesmo que não passe por uma maior (e ativa) participação do exército paquistanês (este sem as inerentes limitações restritivas de emprego da força militar) no combate à insurreição afegã. Tal empreitada, cumpre destacar, entretanto, somente poderá realisticamente ocorrer, em sua indispensável plenitude, se os EUA lograrem, em conjunto com a China e a Rússia, equacionar uma solução viável para o conflito Indo-Paquistanês ou, no mínimo, forjarem, em conjunto, uma comprovada (e sustentável) garantia de segurança para o Estado Paquistanês frente a Índia (inclusive com a presença de tropas destes países estrategicamente posicionadas), ainda que os fundamentos das desconfianças paquistanesas em relação às supostas intenções hostis indianas (aos olhos dos observadores ocidentais, chineses e russos), possam ser consideradas absolutamente infundadas.

9. Assimetria reversa

Conforme reiterado em diversos artigos e obras de nossa autoria, o emprego da expressão “Guerra Assimétrica” tem sido frequentemente desvirtuado de sua correta e originária tradução, desafiando a necessária consistência epistemológica que deve moldar os termos e expressões de natureza científica, emprestando-lhes o correspondente rigor técnico.

Nesse sentido descritivo, vale mais uma vez frisar que a *assimetria* se revela não apenas como um conceito antigo, mas, sobretudo, consagrado pela doutrina militar, refletindo, sobretudo, um *desbalanceamento* de forças no campo de batalha.

Destarte, não é a *assimetria*, ao contrário do que muitos estudiosos advogam, uma *forma ou modalidade* de guerra que se pode simplesmente buscar ou mesmo almejar volitivamente em um contexto conflitual. Muito pelo contrário, a *assimetria* é apenas e tão somente um fenômeno inerente à natureza do conflito que se revela através do *desequilíbrio* de forças entre adversários no campo de batalha.

Na verdade, o evento que se revela relativamente novo e, de uma certa feita, inédito, responde pela expressão análoga *assimetria reversa*, consistente na busca de um sinérgica *ruptura*, particularmente no contexto da guerra irregular (porém, não inerente e exclusiva à mesma), obtida através de um efeito *contrário* (*oposto*, portanto, ao *pretendido* e/ou *previsto* pelo adversário de maior potencial) em favor do oponente de menor potencial *dissimétrico* (mormente na hipótese de confrontações *regulares*) ou *issimétrico* (preponderante nos casos de conflitos *irregulares*), através do emprego de meios notadamente *ortodoxos* na primeira variante e *heterodoxos* na segunda, e, sobretudo, da ampla exploração, em ambas situações, quanto às limitações do uso da capacidade militar (e econômica) superior do adversário assimétrico.



Biblioteca do Exército



Biblioteca do Exército (BIBLIEx) - Casa do Barão de Loreto é uma centenária instituição cultural do Exército Brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral.

SEJA NOSSO ASSINANTE

e receba em sua residência nossos livros publicados.

Tel.: (21) 2519-5707

Praça Duque de Caxias, nº 25
Palácio Duque de Caxias
Ala Marcílio Dias - 3º Andar
Centro - CEP 20.221-260
Rio de Janeiro – RJ



Acesse:
www.bibliex.eb.mil.br



Livraria do Palácio Duque de Caxias



Vantagens da Assinatura



- Alta qualidade das publicações, de interesse para militares e civis de diversas profissões, com temas de Relações Internacionais, História Geral e do Brasil, História Militar, Chefia e Liderança, Geopolítica, Ciência Política, Tecnologia de Defesa etc.
- Pagamento com desconto em relação à compra de exemplares avulsos.
- Comodidade de recebimento dos livros no endereço do assinante, via postal.

Livros da Coleção General Benício



Tipos de assinatura:

- A - versão completa (10 livros, a R\$200,00)
- B - versão compacta (5 livros, a R\$150,00)

Ao efetuar sua solicitação à BIBLIEEx, o novo assinante poderá escolher títulos editados no ano corrente ou em anos anteriores.

A partir do ano seguinte ao da assinatura inicial, passará a receber somente os títulos dos futuros lançamentos.

Além dos livros, a BIBLIEEx publica revistas digitais, disponíveis gratuitamente no site:

- REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO
- A DEFESA NACIONAL
- REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tradição e qualidade em publicações



CONSÓRCIO

PLANEJOU, LEVOU!

IMÓVEL • CARRO • MOTO • BICICLETA • SERVIÇOS

QUEM PODE

Militares; servidores civis da administração direta e indireta da área federal; funcionários do Banco do Brasil; pensionistas, cônjuges e filhos de integrantes desses públicos; e outros mediante convênio

DIFERENCIAIS

- ✓ excelente Taxa de Administração
- ✓ alto índice de contemplação
- ✓ agilidade na liberação da carta de crédito
- ✓ grupos financeiramente equilibrados

Mais informações
0800 61 3040
www.fhe.org.br



FHE

FUNDAÇÃO
HABITACIONAL
DO EXÉRCITO



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br

